OPINIÃO

A verdade por trás das mentiras sobre a reforma da Previdência

José Carlos de Assis, página 2

SEU DIREITO

A dor somente tem preço para quem efetivamente a sente

Mônica Gusmão, página 12

Monitor mercantil

Rio de Janeiro, terça-feira, 16 de abril de 2019

ANO CVII - Nº 28.360

R$ 1,50 (Rio de Janeiro)

R$ 3,00 (outros estados)

Siga twitter.com/sigaomonitor

Acesse monitormercantil.com.br

ISSN 1980-9891

Só o mínimo para o salário mínimo

Proposta do Governo Bolsonaro, de R$ 1.040 para 2020, põe fim à política de ganhos reais

A proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) encaminhada nesta segunda-feira ao Congresso pelo Governo Jair Bolsonaro propõe que o salário mínimo do próximo ano seja corrigido apenas pela inflação, pondo fim a política implementada durante a gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva que estabelecia ganhos reais para os trabalhadores e ainda em vigor neste exercício.

Enquanto reduz o salário pago aos trabalhadores, o Governo Bolsonaro ampliou a previsão do rombo fiscal para 2020, dos atuais R$ 110 bilhões para R$ 124,1 bilhões.

No texto, que ainda depende de aprovação do Congresso, prevê que o novo piso salarial seja de R$ 1.040 a partir de janeiro do próximo ano, uma correção de 4,2% sobre a estimativa de variação da inflação. O salário mínimo atual é de R$ 998.

Pela política de valorização real implantada nas gestões petistas, o aumento do salário mínimo era feito com base na inflação acrescida ao PIB dos dois anos anteriores.

O fim do aumento real do valor do salário mínimo está contido no projeto do ministro da Economia, Paulo Guedes, para uma ampla desvinculação do Orçamento da União.

E mais. A proposta de LDO de 2020, não prevê concursos não autorizados nem reajustes novos para servidores. A única exceção, segundo o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, é a reestruturação das carreiras dos militares, que terá impacto previsto de R$ 86,85 bilhões nos próximos dez anos, isto para gerar uma economia, no mesmo período, estimada em R$ 97,3 bilhões com a reforma de Previdência dos militares – que na verdade se resumirá a pouco mais de R$ 10 bilhões.

O projeto da proposta da LDO estima que a economia deverá crescer 2,7% em 2020 e prevê inflação de 4% pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Fabio Pozzebom / ABr

Rodrigues: só militares serão beneficiados

Reprodução/YouTube

Incêndio destrói parte da Catedral de Notre Dame

Um incêndio de grandes proporções destruiu, nesta segunda-feira, boa parte da tradicional Catedral de Notre-Dame, no centro de Paris. A fumaça pode ser vista do topo do patrimônio considerado uma referência histórica da capital francesa.

O incêndio começou por volta das 18h50 (horário local), aproximadamente 13h50 em Brasília, e se estendeu por mais de quatro horas. A torre principal desabou. Segundo o governo francês, não havia informações sobre feridos.

O presidente da França, Emmanuel Macron, afirmou que a Catedral será reconstruída com a ajuda de "grandes talentos". Macron informou que será criado um fundo nacional e além-fronteiras para buscar a reconstrução do que foi destruído nesta segunda-feira.

Uma das mais importantes e famosas catedrais de Paris, a Notre-Dame, dedicada a Santa Maria, mãe de Jesus Cristo, foi construída entre 1160 e 1345, em estilo gótico. A igreja abriga aquela que se acredita ser uma das mais importantes relíquias da cristandade: os fragmentos da coroa de espinhos de Jesus Cristo. A relíquia é apresentada aos fiés a cada primeira sexta-feira do mês, às 15h, e na Sexta-Feira Santa, das 10h às 17h.

O presidente Jair Bolsonaro lamentou o incêndio utilizando sua conta pessoal no Twitter para expressar seu pesar pelo ocorrido, que classificou como "terrível".

"Em nome dos brasileiros, manifesto profundo pesar pelo terrível incêndio que assola um dos maiores símbolos da cultura e da espiritualidade cristã e ocidental, a catedral de Notre-Dame, em Paris. Neste momento sombrio, as nossas orações estão com o povo francês", escreveu.

Gasto com pessoal em estados cresceu quase três vezes mais que PIB

Os gastos com pessoal em 23 unidades da Federação tiveram um aumento real médio de 2,9% em 2018, na comparação com 2017. Esse resultado é quase três vezes superior ao crescimento de 1,1% verificado no Produto Interno Bruto no ano passado, segundo os Indicadores Ipea de Gastos com Pessoal divulgados nesta segunda. As despesas com inativos mantiveram uma trajetória ascendente, alcançando uma taxa média de crescimento de 7,6% em 2018 - 10 vezes mais que os gastos com ativos, que fecharam o ano em 0,7%.

A análise refere-se a 23 UFs porque não foi possível construir indicadores com os dados disponíveis para Amapá, Rio Grande do Norte e Roraima, nem com os existentes sobre inativos no Piauí. Esse conjunto de 23 estados gastou com pessoal, em valores reais, mais de R$ 373 bilhões em 2018. O montante inclui servidores ativos e inativos.

Rondônia (22,8%) e Tocantins (17,1%) foram os estados que registraram maior crescimento nos gastos com inativos. Das 23 UFs consideradas, apenas Rio de Janeiro e Sergipe não apresentaram aumento em 2018. Considerando apenas servidores ativos, 14 estados tiveram crescimento nos gastos: lideram a lista Ceará (12,79%) e Pará (8,52%).

Cláudio Hamilton dos Santos, um dos autores do estudo e pesquisador do Grupo de Conjuntura do Ipea, explica que, ao se considerar os números de servidores, o crescimento dos gastos com inativos não surpreende. "Esse cenário reflete o alto número de novas aposentadorias, fenômeno que já vem ocorrendo há alguns anos." Chama mais a atenção, segundo Santos, o fato de vários estados terem apresentado elevações nos gastos com ativos, o que não vinha ocorrendo em anos recentes.

Na análise do quantitativo de servidores em 2018, dois estados apresentam número de inativos maior que o de ativos: Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Os mineiros fecharam o ano com 283.614 inativos e 245.319 ativos.

IR: brasileiro deixa declaração para última hora

A 15 dias do fim do prazo, menos da metade dos contribuintes enviou a declaração do Imposto de Renda Pessoa Física. Até as 17h desta segunda-feira, a Receita Federal recebeu 13.627.760 declarações, equivalente a 44,7% do esperado para este ano.

O prazo para envio da declaração começou em 7 de março e vai até as 23h59min59s de 30 de abril. A expectativa da Receita Federal é receber 30,5 milhões de declarações neste ano.

Justiça proíbe construções e obras em condomínio na Muzema

A Justiça do Rio aceitou pedido do Ministério Público estadual determinando a suspensão de qualquer movimento de terras e impedindo a realização de obras e novas construções no Condomínio Figueiras do Itanhangá, na Muzema, onde 11 pessoas morreram e 13 estão desaparecidas, em consequência do desabamento de dois prédios na última sexta-feira.

Na decisão, o desembargador Caetano Ernesto da Fonseca Costa, da 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, deferiu parcialmente o efeito suspensivo requerido pelo Ministério Público, determinando a pronta suspensão de qualquer movimento de terras no citado condomínio, "de forma a impedir a realização de obras e novas construções, ainda que a título de acréscimos a edificações ali já existentes". A Justiça suspende também a alienação de qualquer lote ou fração de terreno e determina a retirada do local qualquer anúncio ou propaganda do loteamento.

No pedido, a 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa do Meio Ambiente da Capital, informou à Justiça que o desabamento de dois prédios erguidos ilegalmente no condomínio, resultaram em mortos, feridos e ainda desaparecidos.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 3,8680
Dólar Turismo	R$ 4,0170
Euro	R$ 4,3722

Cotações das moedas fornecidas pela plataforma BomCâmbio

IGP-M	1,26% (março) 0,88% (fevereiro)
IPCA-E	
RJ (dez.)	0,15%
SP (set.)	1,32%
Iuan	R$ 0,5772
Ouro (gr)	R$ 159,99
Selic	6,50%
Hot Money	1,08% a.m.

OPINIÃO

Não se trata só de destruir o presente; também evita o futuro

Roberto Amaral, página 2

A verdade por trás das mentiras sobre a reforma da Previdência

1 – É mentira que a reforma da Previdência proposta pelo governo é para cortar privilégios. Na verdade, ela não corta nenhum privilégio das castas realmente privilegiadas do Judiciário, do Legislativo e do Executivo. Essas castas ganham salários de marajás, muitas vezes acima do teto constitucional. Esses salários não serão tocados pela reforma, mas geram gordas aposentadorias ou pensões quando seus donos vão para a inatividade.

2 – É mentira que a Previdência está quebrada. A Seguridade Social, da qual faz parte da Previdência, teve uma redução de receita nos dois últimos anos por causa da profunda recessão que afeta o país. Com a recessão cai o PIB, a receita fiscal e a receita previdenciária. Acontece que a recessão é produto exclusivo da política econômica do governo, que nada faz para estimular a retomada da economia. O que está quebrado não é a Previdência. A política econômica neoliberal é que está quebrando o país.

3 – É mentira que a Previdência seja o maior peso para o orçamento público. Peso muito maior são os juros da dívida pública. As despesas com a Previdência contribuem para reduzir a queda do PIB porque constituem consumo, que alimenta a demanda, que estimula o investimento e o emprego. Na Europa, os gastos previdenciários são considerados "estabilizadores automáticos da economia". Sem eles, como querem proponentes da reforma, estaríamos afundando ainda mais na recessão.

4 – É mentira que as despesas com os juros são obrigações absolutas do Estado. Na verdade, essas despesas poderiam ser muito menores se as taxas de juros estipuladas pelo Banco Central no serviço da dívida pública fossem reduzidas. Além disso, o que a sociedade paga de juros não volta para a sociedade na forma de compras de bens e serviços, ou para investimentos reais; vai para a especulação financeira, somando juros sobre juros, sem nenhum efeito sobre o consumo e o investimento, mesmo porque, com queda de salários e empregos, reduz-se a demanda e o estímulo a investir.

5 – É mentira que o regime de capitalização beneficiaria o trabalhador. Na verdade, o regime de capitalização destrói a Previdência pública, sem deixar alternativa ao trabalhador, pois os empresários não empregariam ninguém que escolhesse o regime de previdência pública. A capitalização só serve ao empregador avaro, que já não terá obrigação de contribuir com sua parte solidária para a Previdência do empregado. Sozinho, o empregado vai ter que fazer uma espécie de caderneta de poupança por conta própria e entregá-la aos banqueiros privados, para especularem com ela à vontade, e sem obrigação de garantir um retorno decente.

6 – É mentira que o modelo de capitalização adotado no Chile na época do ditador Pinochet tenha sido um sucesso. Na verdade, tem sido um fracasso, com a drástica redução no valor de aposentadorias e pensões, em média, a 40% do salário mínimo. É nesse regime que se inspirou Paulo Guedes para propor a reforma brasileira. E o maior símbolo dela é o aumento brutal no número de suicídios de idosos que caíram na indigência como vítima do sistema. O que Paulo Guedes quer é uma espécie de holocausto de idosos pobres, cuja aposentadoria ou pensão ele pretende reduzir a meio salário mínimo, para, em contrapartida, engordar o bolso do sistema financeiro com o trilhão de reais que quer arrancar dos trabalhadores em atividade.

7 – É mentira que a reforma ajudará na retomada da economia e na geração de emprego. Acontece que a economia só vai retomar se crescer a demanda, pois o aumento da demanda favorece o investimento e o emprego, que gera mais demanda, num círculo virtuoso. Entretanto, todas as medidas econômicas adotadas no atual governo são no sentido de reduzir a demanda e liquidar empregos. Com a reforma previdenciária, a proposta não é diferente. As medidas sugeridas são contracionistas, tirando recursos de demanda do governo e dos cidadãos para queimar os recursos correspondentes na especulação financeira.

8 – Diante dessas mentiras, a palavra de ordem para o trabalhador e para o cidadão em geral é: resistam com todas as forças ao regime de capitalização. Ele é a cereja do bolo da reforma para o governo mentiroso. Guedes aceitará todas as mudanças que ele próprio considera secundárias em suas propostas de reforma, menos esta. E a razão não tem nada a ver com equilíbrio previdenciário. Tem a ver com os bilhões de reais com que quer encher os bolsos dos banqueiros, da mídia corrupta e dos parlamentares que se vendem. Esses são os inimigos de uma Previdência decente, para a qual queremos contribuir com propostas honestas, no devido tempo.

Este artigo e o correspondente vídeo do ex-senador Roberto Requião na internet inauguram uma série a ser publicada durante a vigília nacional de 30 dias contra a destruição da Previdência pública, a partir desta segunda-feira, dia 15.

❑ ***José Carlos de Assis***
Economista e jornalista.

Um governo a serviço da desconstrução nacional

Joaquim Nabuco lembrava que o câncer de nossa formação não era a escravidão, como fenômeno em si, mas seu legado. O mesmo se aplica à ditadura militar: a tragédia é sua obra, viva e daninha, que se manifesta na emergência de uma nova ordem autoritária, uma vez mais hegemonizada pela corporação militar.

O bolsonarismo, uma patologia, é, a um só tempo, um fruto dos 21 anos da ditadura e a expressão mais visível da sobrevivência dos piores valores do projeto militar. Denunciar esse legado é a tarefa requerida pelos 55 anos do golpe.

Na residência oficial do embaixador brasileiro em Washington, em jantar a representantes da extrema-direita dos EUA, onde tem sua alma, o capitão declarou haver chegado ao poder "não para construir", mas para "desconstruir muita coisa". Sua palavra está sendo cumprida com dedicação e competência exemplares. A economia soçobra, e a dignidade nacional foi ao chão.

A indústria de transformação, em queda continuada, conhece seu pior momento nos dois primeiros meses do novo regime: a atividade caiu 0,2% em relação ao ano passado, e 54% de todos os setores tiveram queda, acentuando o recuo da participação industrial no PIB, que não passa de ínfimos 11,3% (no final dos anos 80, representava 30%). Já é a menor desde 1947. Estamos em 40º lugar num ranking de 42 países.

O total de desempregados – considerados apenas os que deixaram de procurar emprego, isto é, excluídos os trabalhadores informais, o lumpesinato e os miseráveis que perambulam pelas ruas – permanece na assustadora cifra dos 14 milhões e, como vimos, não há sinais de recuperação da economia, donde se torna fácil concluir que esse montante só irá crescer.

O que há no horizonte, com a "reforma" antissocial da Previdência, é a perspectiva de restrições ao seguro desemprego. Enquanto isso, o governo insiste em desestabilizar o Mercosul, o principal importador de nossos produtos manufaturados. Evidentemente, ha método nessa loucura.

As fiesps da vida, dirigidas por figuras menores como os Skaf e quejandos, nada têm a dizer, pois o "mercado" só se interessa pela "reforma" da Previdência – penalizando os desempregados e os velhos e poupando os grandes salários – apresentada como panaceia para nos salvar da tragédia econômica. Essa, todavia, prosseguirá, pois se alimenta da brutal sonegação de impostos que tem na Avenida Paulista o seu altar.

A desconstrução prossegue. O capitão hostiliza os países árabes e, sem consulta à nação, simplesmente supondo que afaga Donald Trump ou atendendo às pressões dos setores mais atrasados do neopentecostalismo associado às alas radicais do sionismo, senão por ambas as razões, anuncia a transferência da embaixada do Brasil de Tel Aviv para Jerusalém, onde instala um escritório de negócios, ao tempo em que determina à nossa delegação na ONU, contrariando décadas de comportamento exemplar, seguir os EUA nas votações de interesse de Israel.

Não satisfeito, arrisca perigosas provocações ao Hamas. O que pretende? Nossa carne e frango têm no mercado árabe seu maior comprador. Empresas brasileiras exportadoras de aves já ensaiam instalar-se em países do Oriente Médio.

Por motivos que não se deu ao cuidado de explicar, o governo se mete no duelo comercial entre EUA e China, como linha auxiliar da política norte-americana. A China, porém, sabemos todos, ignora o capitão porque lhe convém, comprou 86% do total de soja que o Brasil exportou no ano passado, 50% de todas as vendas da Vale, e é um dos maiores importadores da soja brasileira. Tudo, ao final, termina por beneficiar os EUA, nosso competidor nessas e em várias outras commodities.

O crescimento do PIB, em 2019, segundo previsões do "mercado", será inferior a 2%, e o Banco Mundial vê o aumento da pobreza no Brasil "após uma década de ouro de 2003 a 2013", mas o governo não vê suas consequências na coesão nacional, enquanto estimula o dissenso, provoca os adversários, incita a violência e dissemina o medo.

A desconstrução vai em frente. O projeto do novo regime não consiste, tão-só, em destruir o presente; trata-se, já agora, de evitar o futuro, esmagando as atividades que asseguram, ou assegurariam, nosso progresso, nossa autonomia, nossa independência. Trata-se de destruir a educação e as expectativas de desenvolvimento em ciência e tecnologia.

O colegiado corporação-mercado, capitão-general, congelou nada menos de 42% do orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Dos cerca de R$ 5,079 bilhões previstos no Orçamento para 2019, foram bloqueados R$ 2,132 bilhões. As reservas para pagamento dos bolsistas do CNPq não chegarão a julho.

O Ministério da Educação (MEC), foi abatido com um congelamento de 24,7% das despesas discricionárias. Dos R$ 23,633 bilhões previstos no orçamento para 2019, nada menos de R$ 5,839 bilhões foram contingenciados, restando para empenho, ao sabor os czares do Ministério da Economia, menos de R$ 18 bilhões.

Acresce-se a ocupação, por militares, dos cargos técnicos das autarquias das áreas de ciência e tecnologia e educação, dela afastando os quadros da academia. Assim, o CNPq e a Capes são campos do ITA, e a Finep está sendo ocupada por coronéis do IME. Trocando em miúdos: estamos diante do desmonte do sistema nacional de ciência e tecnologia.

O sucessor do colombiano – macaco em cristaleira – já disse a que veio. Para ele, as universidades do Nordeste (detesta a escola pública) não deveriam oferecer cursos de Filosofia, Sociologia e coisas assim, comunizantes, mas se dedicar ao ensino de Agronomia, em convênio com Israel.

Mas o desastre é mais amplo ainda. O capitão age como detergente em nossa dignidade. Diz-se que copia Trump, seu ícone. Mas há diferenças. O presidente dos EUA é, com todos os seus rompantes e seu risível topete, como em sua bem organizada paranoia, um nacionalista de fato, adepto do protecionismo em termos de mercado internacional, e, de uma forma ou de outra, está preservando a economia de seu país e gerando emprego. Nada a ver com o que ocorre no lado de baixo do Equador.

O capitão, versão contemporânea da mais abjeta vira-latice, não cessa de tomar decisões que ora prejudicam nossos produtos, ora são obras de pura lesa-pátria, como a destruição da Petrobras, o programa de privatização selvagem e ao sabor da bacia das almas, e a entrega da base de lançamentos de foguetes de Alcântara, de decisiva e insuperável importância estratégica para nossa segurança e nossos interesses comerciais. Entregou-a aos EUA para quê? Por quê? A que preço? Não se sabe. Sabe-se, porém, que esta vilania foi a pá de cal no programa espacial brasileiro, de mais de 50 anos.

Sabe-se mais, que a política externa que desacata nossa história e relega a plano secundário nossos interesses, e a entrega de nossa economia, assim a olhos vistos, se fazem acobertadas pelo silêncio comprometedor das forças armadas brasileiras que, no passado, teceram uma louvável saga de defesa dos interesses nacionais, de que um só exemplo foi a consolidação do monopólio estatal do petróleo, obra histórica – fundamental para o desenvolvimento e segurança do país – que teve no general Horta Barbosa seu mais destacado condutor, e no Clube Militar, nele com destaque a atuação do também general Estilac Leal, um centro de debates.

As Forças Armadas de hoje, à míngua de lideranças à altura do desafio histórico que se coloca para os destinos do país, são corresponsáveis por uma política econômica que, em nome de um mercado licencioso, restringe os direitos sociais e consagra o Estado repressivo, nega a história e professa o anacronismo social, moral, jurídico, religioso. Ao fim e ao cabo, nossas Forças Armadas são o sujeito e o sustentáculo de uma política externa que prima pelo entreguismo, palavrão que volta à tona com o governo que sua aliança com o mercado levou ao Planalto.

Perorando sobre o óbvio, o general vice-presidente, em nova e doce vilegiatura, desta feita em palestra em Washington (sempre lá), reconheceu, para estudantes brasileiros, que, se o governo fracassar, a "conta" irá para as Forças Armadas. O governo já fracassou, e as Forças Armadas responderão pelo seu fracasso. E a História não esperará por muito tempo.

Para onde caminhamos? Doze soldados do Exército disparam 80 tiros de fuzil contra um carro onde se encontravam o músico Evaldo Rosa dos Santos, seu sogro, sua mulher, uma amiga e uma criança. Mataram o motorista, feriram o carona e, gravemente, um popular que tentou socorrer as vítimas. O governador do Rio de Janeiro autoriza às tropas da PM o fuzilamento de "suspeitos", e o capitão-presidente defende a posse e o uso indiscriminados de armas de fogo.

E a pergunta que não pode calar: afinal, quem mandou matar Marielle?

❑ ***Roberto Amaral***
Escritor e ex-ministro de Ciência e Tecnologia (2003–2004). www.ramaral.org

Acurcio Rodrigues de Oliveira (em memória)
Diretor-Presidente

Marcos Costa de Oliveira
Diretor de Redação

Monitor mercantil
Empresa jornalística fundada em 1912

Administração/Redação/Oficinas
Rua Marcílio Dias, 26 - CEP 20221-280
Telefone: (21) 3849-6444

Monitor Mercantil digital
www.monitormercantil.com.br

Correio eletrônico
Redação:
redacao@monitormercantil.com.br
Negócios e Empresas
empresas@monitormercantil.com.br
Monitor Financeiro:
monitorfinanceiro@monitormercantil.com.br
Pautas:
pautas@monitormercantil.com.br
Cartas:
cartas@monitormercantil.com.br
Publicidade:
publicidade@monitor.inf.br
Gráfica:
grafica@monitormercantil.com.br

São Paulo
Administração/Redação/Comercial
Avenida São Gabriel, 149/902
Itaim - CEP 01435-001
Telefones: (11) 3165-6192
(11) 3165-6233 / 3165-6252
Fax: (11) 3168-6817
Correio eletrônico: monitor.interpress@hipernetelecom.com.br

Brasília
Armazém de Comunicação
SCS – Ed. Denasa S/1301
Tel/Fax: 61-33213440
CEP: 70398-900
e-mail:armazem@armazemdecomunicacao.com.br

CONSELHO EDITORIAL

Adhemar Mineiro
João Paulo de Almeida Magalhães
(em memória)

José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro
Theotonio dos Santos
(em memória)

Filiado à
ANJ Associação Nacional de Jornais Brasil

Assinatura: **assinatura@monitormercantil.com.br**

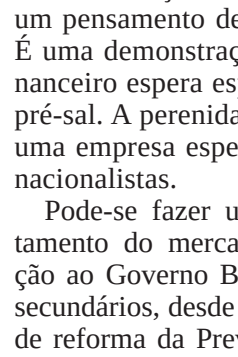
Assinatura trimestral	R$	99,00
Assinatura semestral	R$	198,00
Assinatura anual	R$	396,00
Avulso (RJ)	R$	1,50
Avulso (outros estados)	R$	1,80

Carga tributária aproximada de 14%

Distribuidor em Brasília: Mídia Distribuidora de Jornais Ltda.
ADE 28 Lote 11 Águas Clara
CEP: 71991-360 - Brasília - DF
Tel.: 55(61) 3204-0888 - Fax: 55(61) 3204-0801
midiadistribuidora@grupomidia.com.br / www.grupomidia.com.br

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal
Serviços noticiosos: Agência Brasil, Latino Americana

ASSOCIAÇÃO DOS EMBAIXADORES DE TURISMO DO RIO DE JANEIRO
AMIGO DO RIO
www.embaixadoresdorio.com.br



FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
e Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Três bilhões contra três trilhões

A gritaria foi geral no mercado financeiro após Bolsonaro impedir a Petrobras de aumentar o preço do diesel. O valor de mercado da companhia caiu R$ 32 bilhões, após o preço das ações desabarem 8% (já recuperaram 2% nesta segunda). A estatal deixa de ganhar R$ 14 milhões por dia com o adiamento. Se isso fosse levado até o final do ano, seriam R$ 3,6 bilhões a menos no caixa da companhia.

Ainda na semana passada, o governo anunciou que pagará US$ 9 bilhões (cerca de R$ 34 bilhões) pela parte da Petrobras no pré-sal conhecida como Cessão Onerosa. E o dinheiro só entrará no caixa da empresa no final do ano, após o filé ter sido leiloado. A Petrobras abrirá mão de uma área com potencial de lucro estimado em US$ 800 bilhões (cerca de R$ 3 trilhões). Mas nos dois dias seguintes ao anúncio, feito na terça-feira, as ações da estatal tiveram quedas leves, praticamente um ajuste após fortes altas na Bolsa de Valores nos pregões anteriores.

A diferença do comportamento reflete mais do que um pensamento de curto prazo em relação à empresa. É uma demonstração de que boa parte do mercado financeiro espera espetaculares lucros com os leilões do pré-sal. A perenidade da estatal – afinal, investe-se em uma empresa esperando que ela progrida – é coisa de nacionalistas.

Pode-se fazer um paralelo em relação ao comportamento do mercado e da grande imprensa em relação ao Governo Bolsonaro: críticas ferozes a aspectos secundários, desde que prossigam celeremente o projeto de reforma da Previdência e a vendas de estatais e do pré-sal. Aí, a mídia – incluindo as neo-odiadas Globo e Folha – sabe se comportar.

Rio na visão do cônsul

Em uma iniciativa da Associação dos Embaixadores de Turismo do Rio, com curadoria da bailarina Ana Botafogo e do professor Bayard Do Couto Boiteux, o Petit Palais, em Laranjeiras, sedia a exposição de fotos *O Rio, na visão de um norte-americano*. A abertura da mostra acontece no próximo dia 30, quando o cônsul geral dos Estados Unidos, Scott Hamilton, expõe 23 fotos da Cidade Maravilhosa tiradas por ele. A montagem ficou a cargo de Thiago Oliveira.

Para Boiteux, Hamilton consegue "captar a alma da cidade, fotografa com um olhar que aprecia a diversidade e a entende". O diplomata, além de fotógrafo e amante confesso do Rio, é formado em direito por Havard e em Política, Filosofia e Economia em Oxford.

A exposição, que conta com apoio da Fundação Cesgranrio, da Sérgio Castro Imóveis, da Escola de Turismo Cieth e do site Consultoria em Turismo, estará aberta até 9 de maio, de segunda à sexta, das 14h às 16h, na Rua das Laranjeiras, 490.

'Mimimi'

Nem emprego nem renda. Na posse, no Fórum Econômico Mundial e na Casa Branca, Bolsonaro frisou como prioridade de Estado "o fim do politicamente correto e do vitimismo". Ele moveu processo contra o chargista Aroeira por não ter gostado de um desenho seu. É "mimimi" que chama?

Rápidas

Está em transição de carreira? Você já pensou em ser consultor? Onde você estará daqui a um ano? São os temas da palestra que Luiz Affonso Romano, presidente da Associação Brasileira de Consultores (ABCO), fará no CRA RJ na próxima quarta-feira. Informações em cra-rj.adm.br/esta-em-transicao-de-carreira/ *** A Clínica Neurovida, unidade Recreio, realiza até quinta-feira campanha para arrecadação de roupas para crianças e adultos vítimas das chuvas que castigaram a cidade do Rio de Janeiro. Os donativos podem ser entregues na recepção de 8h às 17h, de segunda a quinta, e serão enviados para a Associação de Moradores do Terreirão. Detalhes em clinicaneurovida.com.br ou pelo WhatsApp (21) 97513-2413 *** O Centro Universitário Celso Lisboa, na Zona Norte do Rio, realizará um mutirão com alunos do curso de Ciências Contábeis, supervisionados por professores, para tirar dúvidas dos contribuintes sobre Imposto de Renda, às terças (17h às 20h30) e quintas (9h às 12h). O atendimento será no pátio (bloco A) na Rua 24 de Maio, 797, Engenho Novo *** O diretor do Instituto Carlos Chagas e chefe da Divisão de Cirurgia Plástica do Hospital Universitário Gaffrée e Guinle, Ricardo Cavalcanti Ribeiro, é um dos convidados do I Fórum Turismo de Saúde, nesta quarta, no Museu do Amanhã, no Centro do Rio de Janeiro *** O colombiano Pedro Galvis passa a comandar a Merck no Brasil a partir de 1º de maio, substituindo Guilherme Maradei, que irá para a diretoria de marketing em oncologia para o mercado dos EUA. Galvis será também gerente-geral da divisão de Biopharma.

Toma lá, dá cá fica para depois da Páscoa

CCJ opta pelo Orçamento impositivo antes da reforma da Previdência

Sem acordo entre coordenadores de bancada, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara decidiu, nesta segunda-feira, votar um requerimento para inverter a pauta da reunião e colocar como primeiro item a PEC do Orçamento impositivo, em vez da reforma da Previdência. A matéria prevê que o governo federal seja obrigado a liberar a verba de emendas parlamentares de bancada para ações previstas no Orçamento, apresentadas por deputados e senadores de cada estado para ações específicas naquelas unidades da Federação. A medida já foi aprovada pelo plenário do Senado no fim do mês passado. Como o texto foi modificado em relação ao aprovado pelos deputados, a proposta teve de ser novamente analisada pela Câmara.

O governo, aliados e defensores da reforma da Previdência tinham interesse em votá-la na comissão ainda nesta semana, ou seja, antes da Páscoa. Tanto é, que o presidente da CCJ, Felipe Francischini (PSL-PR), havia convocado a reunião tendo como primeiro item da pauta a Proposta de Emenda à Constituição que altera as regras de aposentadoria e benefícios.

Mas alguns partidos do centrão, apoiados pela oposição, pressionaram pela votação do Orçamento impositivo. Para alguns deles, até mesmo na opinião do líder do PSL, Delegado Waldir (GO), não haveria problema em votar as duas propostas nesta semana, mais curta por conta do feriado. Para a oposição, interessa debater mais profundamente a reforma e deixá-la para a próxima semana. "Somos favoráveis a votar os dois (Orçamento e Previdência), a ordem dos fatores não altera o produto", disse Waldir a jornalistas.

Diante do impasse, e da ameaça de atraso na tramitação da Previdência, chegou a haver uma reunião entre coordenadores de bancada na CCJ e o presidente do colegiado, mas não houve acordo nem para impedir estratégias de obstrução, nem para reduzir o tempo de fala dos inscritos.

Dessa forma, a discussão da reforma da Previdência só começará depois que o orçamento impositivo for analisado na comissão. A medida era o primeiro item da pauta do colegiado. Apenas três partidos foram contra a inversão (PSDB, Patriota e Novo).

Para o presidente do colegiado, deputado Felipe Francischini (PSL-PR), a mudança na pauta da comissão foi uma manobra entre partidos de oposição e o chamado "centrão", que reúne siglas como PP, PR e DEM. Segundo o parlamentar, a base do governo deveria se articular para evitar medidas consideradas protelatórias na comissão e, assim, impedir que o calendário de votação da reforma da Previdência seja afetado.

"Eu só acho que tinha que ter acordos prévios dos partidos governistas para que evitasse tanto a obstrução desnecessária quanto leitura de atas, como questão de discussão de ata, que são totalmente desnecessárias. Acho que isso tinha que acontecer para as próximas sessões", afirmou Franceschini.

A previsão de Francischini é que o relatório da reforma da Previdência seja analisado a partir das 10h de desta terça-feira. A tendência, no entanto, é de que a análise da reforma da Previdência seja adiada para a próxima semana. Até o momento, 104 deputados estão inscritos para debater a proposta. O tempo de fala de cada parlamentar foi reduzido para permitir que mais deputados falem. Assim, os membros da CCJ terão dez minutos cada um, e os não membros terão cinco minutos cada um, limitados ao máximo de 20 deputados não membros.

Museu de NY fecha espaço para evento em homenagem a Bolsonaro

O Museu Americano de História Natural, em Nova York, nos Estados Unidos, anunciou nesta segunda-feira que não sediará o evento que premiará o presidente Jair Bolsonaro (PSL) como "Pessoa do Ano" pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos. A cerimônia estava prevista para ocorrer em um dos salões do museu em 14 de maio.

Pelo Twitter, o museu afirmou que "em respeito mútuo pelo trabalho e pelos objetivos das nossas organizações individuais, concordamos em conjunto que o museu não é o melhor local para o jantar de gala da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos. Esse evento tradicional ocorrerá em outro local na data e hora originais".

A instituição acrescentou que não convidou o presidente e o espaço havia sido reservado pela Câmara de Comércio antes do anúncio de que ele seria agraciado. Anúncio ocorreu após aumento da pressão sobre o museu, para que não cedesse o seu espaço a uma pessoa que prega o racismo e a homofobia, como já tinha destacado o prefeito de Nova York, Bill de Blasio. Ele disse que o presidente Jair Bolsonaro (PSL) é um ser humano "muito perigoso".

"Ele é perigoso não apenas por causa de seu racismo e homofobia evidentes, mas porque ele é, infelizmente, a pessoa com mais condições de impactar sobre a Amazônia", disse Blasio ao pedir para que o Museu de História Natural de Nova York impedisse uma homenagem a Bolsonaro pela Câmara de Comércio Brasil-EUA seja realizada no local. O espaço já havia sido alugado para o evento.

Diesel: Petrobras nega interferência

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, afirmou nesta segundda-feira que a decisão de suspender o reajuste do óleo diesel foi empresarial, e não uma determinação do governo. Ele esteve reunido no Palácio do Planalto com ministros do governo, para discutir a política de preços de combustíveis e o tabelamento do frete para caminhoneiros. Segundo ele, o presidente da República apenas alertou que o aumento poderia desencadear insatisfação dos caminhoneiros.

Medidas para atender caminhoneiros

O governo federal deve anunciar nesta terça-feira novas medidas para atender o setor de transporte de cargas. O assunto foi tema de uma reunião no Palácio do Planalto, nesta segunda-feira, segundo informou a Secretaria Especial de Comunicação da Presidência da República, em nota à imprensa. Participaram da reunião os ministros Onyx Lorenzoni, da Casa Civil; Paulo Guedes, da Economia; Tarcísio Gomes, da Infraestrutura; Bento Albuquerque, de Minas e Energia;, Santos Cruz, da Secretaria de Governo; e Florano Peixoto, da Secretaria-Geral; além do presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, e do diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Oddone. O presidente do BNDES, Joaquim Levy, participou por meio de videoconferência.

6ª rodada de partilha do pré-sal

A 6ª Rodada de Licitações de Partilha da Produção deverá ser realizada no dia 7 de novembro. O pré-edital da licitação foi publicado nesta segunda-feira pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O documento estará em consulta pública até o dia 6 de maio. A audiência pública está prevista para o dia 10 de maio, no escritório central do órgão regulador, no centro do Rio de Janeiro. Também começou o prazo para o pagamento da taxa de participação e para a inscrição na rodada, que termina no dia 19 de setembro.

CARTA FABRIL S.A.
CNPJ/MF nº 18.369.472/0001-81
Aviso aos Acionistas. Encontram-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede da Cia., Rua da Assembléia, nº 10 - sala 3716 - Centro - RJ; CEP: 20.011-901, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social findo em 31/12/18. S. Gonçalo/RJ, 20/03/2019. A Diretoria.

CARTA GOIÁS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PAPÉIS S.A.
CNPJ/MF n° 03.752.385/0001-31
Aviso aos Acionistas. Encontram-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede da Cia., localizada na Rua da Assembleia, 10, sl. 3716 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20.011-901, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei n° 6.404/76, relativos ao exercício social findo em 31/12/18. Niterói/RJ, 20/03/2019. A Diretoria.

LICEU FRANCO BRASILEIRO S/A
CNPJ Nº 33.547.449/0001-23
Assembleia Geral Ordinária - Convocação - Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 26 de abril de 2019 em sua sede social à Rua das Laranjeiras, 5/11/13/15, Laranjeiras, às 15:00 horas, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: A) Aprovação das Demonstrações Contábeis do Exercício Social encerrado em 31/12/2018; B) Deliberação sobre o Resultado do Exercício; C) Fixação de Honorários da Diretoria, e D) Assuntos Gerais.
Rio de Janeiro, 10 de abril de 2019. A Diretoria

PROCTER & GAMBLE DO BRASIL LTDA
CNPJ: 59.476.770/0039-40
AUDITORIA AMBIENTAL
A empresa Procter & Gamble do Brasil LTDA., torna público que entregou a Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMAC, em 05/02/2019, RELATÓRIO DE AUDITORIA AMBIENTAL do ano de 2018 referentes às atividades de fabricação de cosméticos, produtos e perfumaria e de higiene pessoal e informa que este estará a disposição para consulta na Av. Estrada Marechal Miguel Salazar Mendes de Morais, 747, Taquara, no Município do Rio de Janeiro das 10:00 às 16:00hs.

Qbid.com www.brbid.com
DIAS 01, 02, 03, 04, 05, 08, 09, 10, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 22, 23, 24, 25, 26, 29 e 30 de Abril/2019 DIAS 02, 03, 06, 07, 08, 09, 10, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 30, 31 de Maio/2019
EQUIPAMENTOS E BENS DE CONSUMO
Leilões Somente Online
Leiloeira Público Oficial: Eduarda Goes MAT 236
JUCERJA. Descrição detalhada e condições do leilão em www.brbid.com
(21) 4441-9041/9042

SENDAS S.A.
CNPJ Nº 31.911.548/0001-17 - NIRE Nº 33300132643
Convocação. Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em AGO/E, a realizar-se em sua sede social, na Rod. Presid. Dutra, 4674, São João de Meriti - RJ., no próximo dia 26/04/2019, às 10h, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias: a) Relatório e contas da administração, balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras correspondente ao exercício social encerrado em 31/12/2018; b) Destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2018 e dividendos; c) Eleição da Diretoria e fixação dos seus honorários; e d) Outros assuntos de interesse da sociedade. São João de Meriti, 12/04/2019. Arthur Antônio Sendas Filho - Presidente.

Assine o Monitor Mercantil

GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO VAMOS VIRAR O JOGO
AGERIO Agência Estadual de Fomento

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.
CNPJ: 05.940.203/0001-81

Instrumento: 2º Termo Aditivo ao Contrato AgeRio/ADM nº 002/2017. Partes: Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A e Tokio Marine Seguradora S.A.
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência ao Contrato. Valor: R$75.180,00. Data da assinatura: 10/4/2019.
Fundamento: Proc. nº E-12/168/151/2017.

NEGÓCIOS INTERNACIONAIS

Antonio Pietrobelli
exportnewspietro.gmail.com

Participação do agronegócio nas exportações cresce 1,5%

No mês de março, as exportações do agronegócio somaram US$ 8,64 bilhões, valor 5,3% inferior aos US$ 9,12 bilhões exportados em março de 2018. A queda do valor exportado ocorreu em função, principalmente, da queda dos preços internacionais dos produtos exportados pelo Brasil. O índice de preço dos produtos exportados pelo agronegócio teve redução de 6,4%, porcentagem que foi em parte compensada pela elevação de 1,2% no volume das exportações.

A participação dos produtos do agronegócio nas exportações brasileiras, teve elevação de 1,5 ponto percentual, chegando a 47,6% de participação. O aumento da participação ocorreu apesar da queda de 5,3% nas vendas externas dos produtos do agronegócio, pois as exportações dos demais produtos apresentaram queda superior, de 14,2%. As importações de produtos do agronegócio também tiveram redução no mês, passando de US$ 1,29 bilhão em março de 2018 para US$ 1,14 bilhão em março de 2019 (-11,9%).

Os cinco principais segmentos exportadores do agronegócio brasileiro foram: complexo soja (US$ 3,98 bilhões; 46,0% do valor exportado); carnes (US$ 1,23 bilhão; 14,3% do valor exportado); produtos florestais (US$ 1,10 bilhão; 12,7% do valor exportado); café (US$ 467,39 milhões; 5,4% do valor exportado); complexo sucroalcooleiro (US$ 392,70 milhões; 4,5% do valor exportado).

A participação desses cinco principais segmentos foi de 83% do valor total exportado pelo agronegócio brasileiro em março. No mesmo mês do ano anterior, as exportações desses setores tiveram participação de 84,2% do valor total exportado em produtos do agronegócio. Ou seja, houve desconcentração nas exportações do setor.

O valor das exportações dos vinte demais setores do agronegócio foi de US$ 1,47 bilhão, cifra 2,3% superior àquela de março de 2018, que foi de US$ 1,44 bilhão. O principal segmento exportador do agronegócio em março foi o complexo soja, que aumentou sua participação para 46% do valor total das exportações, com vendas externas de US$ 3,98 bilhões. O setor cafeeiro foi o único dentre os cinco principais segmentos do agronegócio brasileiro que apresentou crescimento das exportações em março de 2019. As exportações do produto subiram para US$ 467,39 milhões (+12,3%), fruto do expressivo incremento de 38,9% no volume exportado. O preço médio de exportação, porém, teve queda de 19,1%.

Firjan seleciona empresas para Veste Rio

A Firjan Senai participa mais uma vez do Veste Rio, o mais importante evento de moda do Rio de Janeiro. A 7ª edição ocorre no Píer Mauá, de 24 a 28/04. E para fortalecer a indústria do Rio, o edital Programa Firjan Senai Moda vai selecionar 15 empresas fluminenses para participar com estandes no espaço outlet do evento. As empresas selecionadas terão direito a infraestrutura com baixos custos para exposição e venda de seus produtos. As vencedoras também vão receber uma capacitação de mix de produtos, desenvolvimento de coleção e planejamento. Será abordada a importância da participação em eventos.

As inscrições estão encerradas e o resultado será divulgado no dia 12/04. A capacitação será realizada pela equipe técnica da Firjan Senai entre os dias 15 e 22 de abril. Estão aptas a participar do edital empresas com CNAE da cadeia da Moda, sediadas no estado do Rio de Janeiro, associadas ou não à Firjan e sindicatos filiados. Existe a possibilidade de divisão dos espaços, a negociar com o evento, entre duas pessoas jurídicas, devendo tal condição ser sinalizada no momento da inscrição.

Edital e informações: www.firjan.com.br

Exportações de frango em março caem 9,5%

Levantamentos da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) mostram que as exportações brasileiras de carne de frango (considerando todos os produtos, entre in natura e processados) alcançaram 340,5 mil toneladas em março, volume 9,5% inferior que as 376,2 mil toneladas exportadas no mesmo período do ano passado. Em receita, o embarque mensal alcançou US$ 564,8 milhões, saldo 4,1% menor que as vendas de março de 2018, quando foram obtidos US$ 589,1 milhões.

No ano, o saldo acumulado é de 939,3 mil toneladas, número 7,6% inferior ao volume exportado no primeiro trimestre do ano passado, de 1,016 milhão de toneladas. Já o resultado em receita alcançou US$ 1,543 bilhão, desempenho 3,8% menor que o obtido em 2018, com US$ 1,604 bilhão

Abimaq destaca importância da Apex-Brasil

Desde 2000, a Abimaq tem mantido Convênios com a Apex-Brasil que deu origem ao Programa Brazil Machinery Solutions (BMS). Trata-se de um Projeto Setorial que tem como objetivo fomentar a exportação da indústria de máquinas e equipamentos pelo desenvolvimento sustentável no processo de internacionalização das empresas do setor, atualmente o maior exportador brasileiro de manufaturados. O fomento é possível pelo aprofundamento do relacionamento com empresas fabricantes de máquinas e equipamentos e execução de ações direcionadas à capacitação, informação, defesa de interesses, fortalecimento de imagem e agenda de promoção de negócios para o setor.

Em função dessa parceria, o Programa BMS atende atualmente a mais de 400 empresas de diferentes portes e níveis de maturidade exportadora. A capacitação e organização das empresas do setor possibilitou que nos últimos oito anos fossem realizadas cerca de 200 ações de promoção comercial entre feiras internacionais, projetos compradores, projetos imagem, missões comerciais e prospectivas, além de eventos de capacitação e qualificação das empresas para a internacionalização.

Esse trabalho permitiu a presença brasileira em praticamente todos os continentes, com forte atuação em países como os EUA, México, Alemanha, Argentina, Colômbia, Chile, Peru, África do Sul, entre outros, sendo que a diversificação de mercados também foi um dos pontos fortes do Projeto Setorial que em 2018 atingiu 159 destinos. Como resultado, nestes últimos oito anos, as exportações das empresas apoiadas crescessem 82%, ou mais de US$ 23,7 bilhões no período.

Preços de cesta da Páscoa vão subir em cerca de 5% este ano

A cesta de Páscoa deste ano estará com preços 5% mais caros, segundo a Associação de Supermercados de São Paulo (Apas). Do peixe, servido no almoço, até os ovos, os brasileiros vão ter que desembolsar um pouco mais esse ano para comemorar a data. Segundo a Associação Brasileira de Supermercados (Abras), o valor do bacalhau pode estar até 20% mais alto, em comparação com os preços do ano passado, que estavam em desaceleração. E, segundo a Apas, os ovos este ano podem ter aumento de até 30%, variando de R$ 10 até R$ 80.

Ao comprar um ovo de Páscoa de R$ 40, o consumidor paga R$ 24,58 efetivamente pelo produto e mais R$ 15,42 em impostos - a carga tributária do ovo é de 38,53% do preço final. O levantamento da carga tributária embutida nos preços de produtos tradicionais da Páscoa é da Associação Comercial de São Paulo (ACSP). O item mais tributado é o vinho importado (69,73%), cujo imposto até supera o valor do produto. Por exemplo, por uma garrafa de vinho de R$ 150 o brasileiro desembolsa R$ 45,40 pelo produto e mais R$ 104,60 em tributos. Já o vinho nacional tem carga menor, mas ainda muito alta, de 54,73%.

Quem for viajar no feriado de Páscoa pagará 36,28% de imposto sobre pacotes de viagens. Já passagens aérea e terrestre (ônibus) têm 22,32% de carga tributária. O consumidor que decidir cozinhar pagará 43,78% de imposto no bacalhau. E o que almoçará fora vai arcar com 32,31% de tributos. A lista foi encomendada pela ACSP ao Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) e pode ser conferida mais abaixo.

"Os brasileiros precisam se conscientizar de todo esse peso da carga tributária, que, se não fosse excessiva, potencializaria o poder de compra da população e engataria a máquina econômica", analisa Marcel Solimeo, economista da Associação Comercial de São Paulo (ACSP).

Ele comenta sobre o recorde da carga tributária em 2018, de 33,58% do PIB, segundo o Tesouro Nacional. "Isso revela que os problemas da União não estão no lado da receita, que continuam crescendo. Estados e municípios também apresentaram aumento da carga, mas muitos estão sem condições de pagar compromissos básicos, o que mostra que as despesas estão fora de controle e, sem uma reforma da Previdência como primeira medida no sentido de reduzir os gastos, vamos ter cada vez mais dificuldades para atender as necessidades básicas do cidadão e até mesmo pagar o funcionalismo público".

JANDAÍRA VENTOS S.A.
(em organização)
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2019
(Lavrada sob a forma de sumário de acordo com a autorização contida no art. 130, §1º, da Lei 6.404/76)

1. Data, Hora e Local: Aos 19/03/2019, às 10h, na Praia de Botafogo, nº 501, Bloco I, sala 701, parte, Botafogo, RJ. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença da totalidade dos subscritores do capital social inicial da Cia. em organização, nos termos do art. 124, §4º, da Lei nº 6.404/1976, os quais foram devidamente qualificados na relação de subscritores que integra a presente ata como Anexo I. **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Pedro Zinner, que convidou o Sr. Thiago Freitas para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia:** (i) aprovar a constituição de uma S/A sob a denominação **Jandaíra Ventos S.A.** ("Cia."); (ii) aprovar o projeto de Estatuto Social da Cia.; (iii) eleger os primeiros administradores da Cia.; (iv) fixar a remuneração global anual dos administradores eleitos; e (v) deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal da Cia.. **5. Deliberações:** Instalada a assembleia, a totalidade dos presentes deliberou, por unanimidade e sem ressalvas: (i) **aprovar** a constituição de uma S/A sob a denominação **Jandaíra Ventos S.A.**, com sede e foro na Praia de Botafogo, nº 501, Bloco I, sala 701, parte, Botafogo, RJ; (ii) **aprovar** o capital social inicial de R$ 1.000,00, representado por 1.000 ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, emitidas pelo preço unitário de R$ 1,00 cada uma, totalmente subscritas e integralizadas, em dinheiro, conforme relação de subscritores que integra a presente ata como Anexo I. O Secretário apresentou aos presentes o comprovante de depósito prévio em dinheiro do montante equivalente à totalidade do capital social da Cia., realizado em instituição financeira autorizada, nos termos dos arts. 80, III, e 81 da Lei nº 6.404/1976, estando a totalidade do capital social da Cia. integralizado nesta data, em dinheiro; (iii) **aprovar** o Estatuto Social da Cia., cuja redação consolidada integra a presente ata como Anexo II. Nesse momento, o Presidente da assembleia **declarou constituída** a **Jandaíra Ventos S.A.**; (iv) **eleger**, como primeiros administradores da Cia., nos termos do art. 87 da Lei nº 6.404/1976, o Sr. **Pedro Zinner**, brasileiro, casado, economista, RG nº 09.370.074-8, IFP/RJ, CPF/MF nº 034.007.097-86, residente e domiciliado na Praia de Botafogo, 501, Bloco I, sala 701, parte, RJ, para o cargo de Diretor Presidente, e o Sr. **Lino Lopes Cançado**, brasileiro, casado, engenheiro, RG nº 07924465-3, IFP/RJ, CPF/MF nº 012.321.167-00, residente e domiciliado na Praia de Botafogo, 501, Bloco I, sala 701, parte, RJ, para o cargo de Diretor sem designação específica, ambos com mandato de 2 anos, que se encerrará na AGO de 2021. Os Diretores eleitos tomam posse de seus cargos nesta data, mediante termo lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria, nos quais declararam, sob as penas da lei, que (i) aceitam a indicação ao cargo; (ii) não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração de sociedades empresárias; e (iii) não foram condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (v) **fixar** a remuneração global anual dos membros da Diretoria da Cia. no valor de R$ 23.952,00; e (vi) **determinar** a não-instalação do Conselho Fiscal da Cia.. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, da qual lavrou-se a presente ata que lida e achada conforme foi aprovada pela unanimidade dos subscritores do capital social da Cia. e assinada pelos presentes. Subscritores presentes: Eneva S.A. e Eneva Participações S.A. **Pedro Zinner** - Presidente; **Thiago Freitas** - Secretário. Subscritores: **Eneva S.A.; Eneva Participações S.A.; Visto do Advogado: Aline Pimpão Gomes** - OAB/RJ 163.145. **Anexo I: Relação de Subscritores da Jandaíra Ventos S.A.: Subscritor: Ações subscritas, Ações integralizadas, Valor integralizado, Eneva S.A.**, sociedade com sede na Praia de Botafogo, nº 501, Bloco I, sala 701, parte, Botafogo, RJ, CNPJ/MF nº 04.423.567/0001-21 e perante a JUCERJA NIRE 33.3.0028402-8, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por Pedro Zinner e Lino Lopes Cançado: 999, 999, R$ 999,00; **Eneva Participações S.A.**, sociedade com sede na Praia de Botafogo, nº 501, Bloco I, sala 701, parte, Botafogo, RJ, CNPJ nº 15.379.168/0001-27 e perante a JUCERJA NIRE 33.3.0030216-6, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por Pedro Zinner e por seu Procurador Lino Lopes Cançado: 1, 1, R$ 1,00; **Total:** 1.000, 1.000, R$ 1.000,00. **Ações subscritas:** todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas pelo preço de R$ 1,00 cada, perfazendo o total de R$ 1.000,00. **Forma de Integralização:** R$ 1.000,00 integralizados, à vista e em moeda corrente nacional. RJ, 19/03/2019. **Pedro Zinner** - Presidente; **Thiago Freitas** - Secretário. **Anexo II: Estatuto Social: Cap. I: Da Denominação, Sede, Objeto e Duração: Art. 1º.** A **Jandaíra Ventos S.A.** ("Cia.") é uma S/A, regida pelos termos do presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. **Art. 2º.** A Cia. tem sede e foro na Praia de Botafogo, nº 501, Bloco I, sala 701, parte, Botafogo, RJ. A Cia. poderá abrir, transferir ou encerrar filiais, agências, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante deliberação da Assembleia Geral de acionistas. **Art. 3º.** A Cia. tem por objeto social o desenvolvimento e a operação de projetos de unidades de geração eólica, em especial os projetos em Milagres, Santa Luzia e São Francisco. **§ Único.** A Cia. poderá exercer qualquer das atividades integrantes de seu objeto social, diretamente ou por meio de suas subsidiárias, associada ou não a terceiros, no País ou fora do território nacional. **Art. 4º.** A Cia. tem prazo de duração indeterminado. **Cap. II: Do Capital Social e das Ações: Art. 5º.** O capital social da Cia. é de R$ 1.000,00, dividido em 1.000 ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. **Art. 6º.** Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 1 voto nas Assembleias Gerais de acionistas, cujas deliberações serão tomadas na forma da legislação aplicável, do presente Estatuto Social e de eventuais Acordos de Acionistas devidamente arquivados na sede da Cia.. **Art. 7º.** A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas da Cia.. Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respetivo termo no Livro de Transferência de Ações Nominativas da Cia.. **Art. 8º.** Os acionistas têm preferência para a subscrição de novas ações decorrentes do aumento do capital social, na proporção de suas participações na Cia.. Caso algum acionista não exerça seu direito de preferência, caberá aos demais acionistas, na proporção de suas participações, o direito de subscrição das ações não subscritas pelo acionista desistente. **Cap. III: Da Assembleia Geral: Art. 9º.** A Assembleia Geral constitui órgão deliberativo da Cia., com poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto da Cia. e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. **Art. 10º.** A Assembleia Geral reunir-se-á na sede social: (i) ordinariamente, dentro dos 4 meses seguintes ao término do exercício social para: (i.1) deliberar sobre as contas e demonstrações financeiras do exercício findo, relatório dos administradores e parecer do Conselho Fiscal, se o órgão estiver em funcionamento; (i.2) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e (i.3) eleger os administradores e fixar a sua remuneração global; e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **Art. 11.** As Assembleias Gerais da Cia. serão convocadas pela Diretoria, cabendo aos acionistas presentes à Assembleia designarem o Presidente, o qual, consequentemente, indicará seu Secretário. As Assembleias Gerais também poderão ser convocadas na forma prevista no art. 123 da Lei nº 6.404/1976. **§ 1º.** A primeira convocação deve ser feita com, no mínimo, 8 dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral, contado tal prazo da publicação do primeiro anúncio de convocação, do qual constará, além do local, data e hora da assembleia, a ordem do dia. Caso a Assembleia Geral não se realize após a primeira convocação, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de 5 dias. **§ 2º.** Independentemente das formalidades de convocação para Assembleias Gerais, será considerada regularmente convocada a assembleia à qual comparecerem todos os acionistas da Cia.. **Art. 12.** Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de 1 ano, que seja acionista, administrador da Cia. ou advogado, nos termos do art. 126, §1º, da Lei nº 6.404/76. **Art. 13.** Somente poderão tomar parte da Assembleia Geral os acionistas cujas ações estejam registradas em seu nome, no livro próprio, até 48h antes da data da Assembleia Geral. **Art. 14.** As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos, não computados os votos em branco ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei, neste Estatuto Social ou em Acordo de Acionistas devidamente arquivado na sede da Cia.. **§ Único.** As matérias a seguir descritas dependerão do voto de acionistas que representem pelo menos 3/4 do capital votante da Cia.: (i) aprovação de cronograma físico-financeiro de empreendimentos relacionados ao objeto social da Cia.; (ii) qualquer aumento do capital da Cia. (exceto por imposição legal ou decorrente de aporte previsto em cronograma físico-financeiro), desdobramento ou grupamento de ações, resgate ou compra de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria, emissão ou venda de quaisquer valores mobiliários da Cia. conversíveis ou não em ações, inclusive, mas sem limitação, criação e emissão de ações preferenciais, debêntures, bônus de subscrição, partes beneficiárias ou opções de compra ou subscrição de ações; (iii) qualquer alteração material do Estatuto Social da Cia. conforme em vigor nesta data; (iv) cisão, fusão, incorporação da Cia. por outra sociedade ou de outra sociedade pela Cia., transformação ou outras formas de reorganização societária, incluindo a incorporação de ações da Cia.; (v) aprovação dos balanços, demonstrações financeiras e outros documentos previstos no Art. 133 da Lei nº 6.404/76; (vi) deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício ou de períodos intermediários, a não distribuição ou distribuição de dividendos e/ou remuneração sobre o capital próprio em montante diverso do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Cia. conforme em vigor nesta data; (vii) registro da Cia. como Cia. aberta, listagem de seus valores mobiliários em quaisquer mercados, ofertas de valores mobiliários de sua emissão pela própria Cia., o registro de ofertas de aquisição de ações para fechamento de capital e o pedido de fechamento propriamente dito; (viii) transferência de todos ou substancialmente todos os ativos da Cia. e o endividamento da Cia. para outros fins que não o desenvolvimento ou manutenção de empreendimentos relacionados ao seu objeto social; (ix) emissão de ações preferenciais ou a alteração das suas preferências ou vantagens; (x) autorização aos administradores da Cia. para confessar falência, promover dissolução e/ou liquidação, ajuizar pedido de processamento de recuperação judicial ou de homologação de plano de recuperação extrajudicial; (xi) autorização aos administradores da Cia. para exercerem o voto da Cia. em sociedades por ela investidas em relação às matérias acima e à eleição de administradores e membros do Conselho Fiscal; (xii) autorização prévia para assunção de responsabilidade ou obrigação ou, ainda, a celebração, pela Cia., de qualquer negócio jurídico ou transação, envolvendo valor superior a R$50.000.000,00 em uma só operação ou em uma série de operações em 12 meses, incluindo, mas não se limitando a, (a) tomada de empréstimos ou outros financiamentos; (b) concessão de garantias reais ou fidejussórias, ou avais, em favor da própria Cia., de sociedade por ela controlada ou de terceiro; (c) alienação, oneração ou qualquer forma de disposição de bens do ativo da Cia. ou de suas subsidiárias; e (d) a participação em processos licitatórios, em especial relacionados às atividades de geração de energia elétrica; (xiii) alteração de contrato de compra e venda de energia em geral celebrados pela Cia.; (xiv) diretrizes para o desenvolvimento, implantação, exploração e administração de empreendimentos relacionados ao objeto social da Cia.; (xv) nomeação e destituição dos membros da Diretoria e determinação de seus poderes, funções e remuneração; e (xvi) aprovação da política de dividendos da Cia. e alteração do dividendo mínimo obrigatório ou distribuição de dividendos em montante diverso do previsto no Estatuto, pagamento de juros sobre capital próprio ou retenção de lucro. **Cap. IV: Da Administração da Cia.: Art. 15.** A Cia. será administrada por uma Diretoria, com os poderes conferidos por lei e de acordo com o presente Estatuto Social, observadas as disposições aplicáveis de eventual acordo de acionistas devidamente arquivado na sede da Cia.. **Art. 16.** A remuneração global da Diretoria será fixada quando da eleição de seus membros, cabendo à Diretoria deliberar sobre a remuneração individual de cada Diretor. **Art. 17.** Os membros da Diretoria tomarão posse mediante assinatura do respetivo termo no Livro de Registro de Atas de Reuniões da Diretoria, permanecendo sujeitos aos requisitos, impedimento, deveres, obrigações e responsabilidades previstos nos Arts. 145 e 158 da Lei nº 6.404/1976. **Art. 18.** A Diretoria será composta de, no mínimo, 2 e, no máximo, 5 membros, sendo 1 Diretor Presidente e os demais Diretores sem designação específica, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral. Os Diretores exercerão as atribuições conferidas pela Assembleia Geral e atuarão no âmbito das atribuições assim conferidas. **§ Único.** Os Diretores serão eleitos para um mandato unificado de 2 anos, permitida a reeleição, e exercerão suas funções até a eleição e posse de seus substitutos. O prazo de gestão estender-se-á até a investidura dos novos administradores eleitos. **Art. 19.** Os membros da Diretoria têm amplos poderes de gestão dos negócios sociais para a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionem com o objeto da Cia.. A Cia. considerar-se-á obrigada quando representada: (i) por 2 Diretores em conjunto; (ii) por 1 Diretor em conjunto com 1 procurador com poderes especiais, devidamente constituído; (iii) por 2 procuradores em conjunto, com poderes especiais, devidamente constituídos; ou (iv) por 1 procurador, conforme os poderes constantes do respectivo instrumento de mandato, nesse caso exclusivamente para a prática de atos específicos. **§ 1º.** As procurações serão outorgadas em nome da Cia. por 2 Diretores em conjunto, devendo especificar os poderes conferidos e, salvo aquelas previstas no § 2º deste Art., terão período de validade limitado a 1 ano. **§ 2º.** As procurações para fins judiciais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado e aquelas outorgadas para fins de cumprimento de cláusula contratual poderão ser outorgadas pelo prazo de validade do contrato a que estiverem vinculadas. **§ 3º.** A representação ativa e passiva da Cia. em juízo, para receber citação ou notificação, prestar depoimento pessoal ou atos análogos, caberá a qualquer dos Diretores ou um procurador nomeado pela Cia. em procuração subscrita por dois Diretores em conjunto. **§ 4º.** É vedado aos Diretores e aos procuradores da Cia. obrigá-la em negócios estranhos ao objeto social, bem como praticar atos de liberalidade em nome da Cia.. **Art. 20.** Em caso de vacância de cargo na Diretoria, a Assembleia Geral será convocada, nos 30 dias seguintes, para prover o cargo vago, e o substituto eleito exercerá o cargo pelo prazo remanescente do mandato do substituído. **Art. 21.** A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada por qualquer de seus membros, e das reuniões será lavrada ata no Livro de Registro de Atas de Reuniões da Diretoria, assinada pelos presentes. **§ 1º.** Os avisos de convocação indicarão a ordem do dia e deverão ser entregues aos membros da Diretoria com 2 dias, no mínimo, de antecedência, dispensada a observância dessa formalidade quando a reunião contar com a presença da totalidade dos membros da Diretoria. **§ 2º**. As deliberações da Diretoria serão tomadas por unanimidade de votos. **Art. 22.** Compete à Diretoria: (i) praticar os atos de sua competência conferida por lei ou pelo presente estatuto; (ii) fixar a orientação geral dos negócios da Cia.; (iii) aprovar o orçamento anual da Cia.; (iv) convocar a Assembleia Geral; (v) declarar dividendos semestrais ou intermediários; (vi) contratar os auditores independentes da Cia.; e (vii) cumprir e fazer cumprir as deliberações dos acionistas tomadas em Assembleia Geral. **Cap. V: Do Conselho Fiscal: Art. 23.** A Cia. terá um Conselho Fiscal composto por 3 membros efetivos e igual número de suplentes, ao qual competirão as atribuições previstas em lei. **§ 1º.** O funcionamento do Conselho Fiscal não será permanente, sendo instalado pela Assembleia Geral, a pedido de acionistas nos termos do art. 161 da Lei nº 6.404/1976. **§ 2º.** A Assembleia que receber pedido de funcionamento do Conselho Fiscal e instalar o órgão deverá eleger os seus membros e fixar-lhes a remuneração, observado o limite estabelecido no art. 162, § 3º, da Lei nº 6.404/1976. **§ 3º.** Cada período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na data da primeira AGO após a sua instalação. **Cap. VI: Do Exercício Social, dos Lucros e de sua Distribuição: Art. 24.** O exercício social da Cia. se iniciará no dia 1º de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, findo o qual a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras do exercício e as submeterá à AGO, juntamente com a proposta de destinação do lucro do exercício. **§ Único.** A Cia. poderá, por deliberação da Diretoria, levantar balanços intercalares, distribuir dividendos intermediários e pagar juros sobre o capital próprio, observadas as disposições legais. **Art. 25.** Dos resultados apurados, serão, inicialmente, deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e para a Contribuição Social sobre o Lucro. **Art. 26.** A Diretoria apresentará à Assembleia Geral proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício que remanescer após as seguintes deduções ou acréscimos, realizadas nessa ordem: (i) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social. A reserva legal poderá deixar de ser constituída no exercício em que seu saldo, acrescido do montante de reservas de capital de que trata o art. 182, § 1º, da Lei nº 6.404/1976, exceder 30% do capital social; e (ii) 10% para pagamento do dividendo mínimo obrigatório dos acionistas. **Art. 27.** Salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, o dividendo será pago no prazo de 60 dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, sempre dentro do exercício social. **Cap. VII: Da Liquidação: Art. 28.** A Cia. entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma da liquidação, elegerá o liquidante e, se for o caso, instalará o Conselho Fiscal, para o período da liquidação, elegendo seus membros e fixando-lhes as respectivas remunerações. **Art. 29.** No caso de liquidação da Cia., depois de pagos ou garantidos os credores, serão apurados os haveres sociais, sendo que o ativo remanescente, se existente, deverá ser distribuído aos acionistas na mesma proporção do número de ações por eles detidas. **Cap. VIII: Das Disposições Gerais: Art. 30.** Aos casos omissos neste Estatuto Social aplicar-se-ão as disposições da Lei nº 6.404/1976 e alterações posteriores. Subscritores: **Eneva S.A.; Eneva Participações S.A. Visto do Advogado: Aline Pimpão Gomes** - OAB/RJ 163.145. JUCERJA em 10/04/2019 sob o nº 33300330127. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

Teatro do Oprimido na Califórnia

O grupo Cor do Brasil e o Coletivo Madalena Anastácia, do Teatro do Oprimido, encenaram, nesta segunda-feira, as peças "Suspeito" e "Nega ou Negra" respectivamente na Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA). Os grupos, que estão nos Estados Unidos a convite do Departamento de Artes Mundiais e Dança em parceria com o Departamento de Educação Prisional da UCLA e o Centro de Arte e Saúde Global na UCLA, esperam estimular mudanças na estrutura legislativa prisional americana a partir do Teatro do Oprimido, principalmente na 13ª Emenda que diz que uma pessoa presa pode fazer trabalho escravo. Será também uma oportunidade para amplificar e aprofundar o estudo do Teatro do Oprimido na UCLA.

A 13ª Emenda, faz uma alusão à Emenda Constitucional que, em 1865, aboliu a escravidão e os trabalhos forçados nos Estados Unidos, "salvo como punição de um crime pelo qual o réu tenha sido devidamente condenado". Nos EUA a maioria das pessoas em cárceres são negras e latinas. O Circuito Teatro do Oprimido 2018/2020 tem patrocínio da Petrobras.

PENTÁGONO S.A. - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

CNPJ nº 17.343.682/0001-38

Balanços Patrimoniais - Exercícios findos em 31/12/2018 e 2017 - Em R$ Mil

Ativo	2018	2017
Circulante	**6.725**	**6.535**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**1**	**7**
Disponibilidades	1	7
Títulos e Vals. Mobs. e Instrumentos Financeiros Derivativos	**6.096**	**5.708**
Carteira Própria	6.096	5.708
Outros Créditos	**628**	**820**
Rendas a Receber	320	293
Diversos	308	527
Não Circulante	**671**	**523**
Permanente	**671**	**523**
Investimentos	51	51
Imobilizado de Uso	**620**	**472**
Outras Imobilizações	1.605	1.201
(Depreciações Acumuladas)	-985	-729
Total do Ativo	**7.396**	**7.058**
Passivo		
Circulante	**3.959**	**3.996**
Outras Obrigações	**3.959**	**3.996**
Sociais e Estatutárias	200	136
Fiscais e Previdenciárias	3.453	3.668
Diversas	306	192
Patrimônio Líquido	**3.437**	**3.062**
Capital	1.200	1.200
De Domiciliados no País	1.200	1.200
Reserva Legal	240	240
Reservas Especiais de Lucros	1.997	1.622
Total do Passivo	**7.396**	**7.058**

Demonstração de Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e 2º semestre de 2018 - Em R$ Mil

	2º sem./ 2018	Exerc. 2018	Exerc. 2017
Receitas da Intermediação Financeira	**115**	**225**	**268**
Resultado de Títs. e Valores Mobiliários	115	225	268
Resultado Bruto de Interm. Financeira	**115**	**225**	**268**
Outras Receitas (Desp.) Operacionais	**6.362**	**9.970**	**9.582**
Receitas de Prestação de Serviços	10.201	17.927	16.446
Despesas de Pessoal	-1.507	-3.340	-2.776
Outras Despesas Administrativas	-1.172	-2.560	-2.230
Despesas Tributárias	-1.019	-1.790	-1.655
Aprovisionamento e Ajuste Patrimonial	-141	-268	-203
Outras Receitas Operacionais	-	1	-
Resultado Operacional	**6.477**	**10.195**	**9.850**
Resultado antes da Tributação s/o Lucro	**6.477**	**10.195**	**9.850**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**-2.542**	**-4.182**	**-4.314**
Imposto de Renda	-1.396	-2.292	-2.369
Contribuição Social	-1.146	-1.890	-1.945
Participação Societária no Lucro	-450	-450	-
Juros Sobre Capital Próprio	**-324**	**-324**	**-162**
Lucro (Prejuízo) do Exercício/Semestre	**3.161**	**5.239**	**5.374**
Quant. de Ações ao Final do Exerc./Sem.	**433.506.390**	**433.506.390**	**433.506.390**
Lucro (Prej.) p/ Ações do Capital Social	**0,007**	**0,012**	**0,012**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31/12/2018 e 2017 e 2º semestre de 2018 - Em R$ Mil

	Capital Social	Reserva Legal	Res. Especial de Lucros	Luc./ Prej. Acum.	Total
Saldos em 31/12/2016	**1.200**	**240**	**736**	**-**	**2.176**
Dividendos Distribuídos	-	-	-	-5.374	-5.374
Resultado do Exercício	-	-	-	5.374	5.374
Transferência para Reservas	-	-	886	-	886
Saldos em 31/12/2017	**1.200**	**240**	**1.622**	**-**	**3.062**
Mutações do Período	**-**	**-**	**886**	**-**	**886**
Saldos em 30/06/2018	**1.200**	**240**	**1.622**	**-63**	**2.999**
Dividendos Distribuídos	-	-	-	-2.723	-2.723
Resultado do Período	-	-	-	3.161	3.161
Transferência para Reservas	-	-	375	-375	-
Saldos em 331/12/2018	**1.200**	**240**	**1.997**	**-**	**3.437**
Mutações do Período	**-**	**-**	**375**	**63**	**438**
Saldos em 31/12/ 2017	**1.200**	**240**	**1.622**	**-**	**3.062**
Dividendos Distribuídos	-	-	-	-4.864	-4.864
Resultado do Exercício	-	-	-	5.239	5.239
Transferência para Reservas	-	-	375	-375	-
Saldos em 31/12/2018	**1.200**	**240**	**1.997**	**-**	**3.437**
Mutações do Período	**-**	**-**	**375**	**-**	**375**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 e 2º Semestre de 2018 - Em R$ Mil

	2º sem./ 2018	Exerc. 2018	Exerc. 2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro (Prejuízo) Líquido	**3.161**	**5.239**	**5.374**
Ajustes que não Representam Entradas e Saídas de Caixa:	**141**	**268**	**203**
Depreciações e Amortizações	141	268	203
Lucro (Prejuízo) Ajustado	**3.302**	**5.507**	**5.577**
(Aumento) Redução nos Ativos Operacionais:	**-2.766**	**-196**	**-1.756**
Aumento/Redução em Títulos e Valores	-3.033	-388	-1.745
Aumento/Redução em Outros Créditos	267	192	-11
Aumento (Redução) nos Passivos Operacionais:	**2.249**	**-36**	**702**
Aumento / Redução Sociais e Estatutárias	200	64	-31
Aumento/Redução de Exigibilidade com Encargos Sociais	2.080	-214	909
Aumento em Outras Obrigações	-31	114	-176
Caixa (Consumido) Gerado nas Ativ. Operacionais	**2.785**	**5.275**	**4.523**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Aquisição de Imobilizado	-62	-417	-28
Caixa (Consumido) nas Ativ. de Investimentos	**-62**	**-417**	**-28**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Dividendos Distribuídos	-2.723	-4.864	-4.488
Total das Atividades de Financiamentos	**-2.723**	**-4.864**	**-4.488**
Aumento (Redução) de Caixa e Equiv. de Caixa:	**-**	**-6**	**7**
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1	7	-
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1	1	7
Aumento (Redução) de Caixa e Equiv. de Caixa:	**-**	**-6**	**7**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31/12/2018 e 2017 (Em milhares de Reais, exceto valor Unitário e Quantidade de Ações)

1. Contexto Operacional: A **Pentágono S.A. DTVM** é uma Instituição Financeira, autorizada pelo Banco Central do Brasil, e tem por objetivo social, subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissão de títulos e valores mobiliários para revenda; intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado; comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros; administrar carteiras e da custódia de títulos e valores mobiliários; exercer funções de agente fiduciário; instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimentos, e de todas as atividades permitidas às Sociedades Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários, conforme disposições legais e regulamentares emanadas principalmente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e do Banco Central do Brasil (BACEN). **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e em consonância com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, instituído pelo BACEN. A autorização para a conclusão e divulgação das demonstrações contábeis foi aprovada pela Diretoria da Distribuidora em 13.03.2019. **3. Principais Práticas Contábeis:** a) O resultado das operações é apurado pelo regime de competência. b) Os ativos circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) e cambiais auferidos, deduzidos das correspondentes rendas de realização futura e/ou provisões para perdas. c) O Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução nº 3.604/08 do Conselho Monetário Nacional (C.M.N.), inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento inferior ou igual a 90 dias. d) Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias: I - títulos para negociação; II - títulos disponíveis para venda; e III - títulos mantidos até o vencimento. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria I são ajustados pelo valor de mercado, sendo estes ajustes com contrapartida em conta de resultado, e os classificados na categoria II são registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, em contrapartida do resultado e avaliados ao valor de mercado em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria III são avaliados pelo respectivo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos auferidos, reconhecidos em conta de resultado. e) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e demais direitos e obrigações, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado, modelos de avaliação de preços ou, ainda, com base no preço determinado para outros investimentos financeiros com características semelhantes. Assim, quando da liquidação financeira destes ativos e passivos, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. f) O imobilizado de uso é registrado pelo custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear com base no prazo de vida útil econômica dos bens. Os gastos diferidos correspondem, principalmente, a gastos com desenvolvimentos logiciais. A amortização é calculada pelo método linear com base nos prazos estimados de utilização e/ou de locação. g) Os passivos circulante e exigível a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) e/ou cambiais incorridos. h) A redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) é reconhecida como perda no resultado do período sempre que existirem evidências claras de que os ativos estejam avaliados por valor não recuperável. Este procedimento é realizado no mínimo no final de cada exercício. i) O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo: Contingências ativas - Não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. Contingências passivas - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado contabilmente. j) As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre o valor das diferenças temporárias, sempre que a realização desses montantes for julgada provável. Para o imposto de renda a alíquota utilizada é de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$ 240 e para contribuição social foi utilizada a alíquota de 20%. k) O lucro por ação e calculado com base na quantidade de ações em circulação na data do balanço. **4. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos:** Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira própria da distribuidora estão classificados na categoria disponível para venda e podem ser assim demonstrados:

Carteira Própria	31/12/2018 Custo atualizado	31/12/2018 Mercado	31/12/2017 Custo atualizado	31/12/2017 Mercado
Cotas Fundos Investimentos	6.096	6.096	5.708	5.708
Total	**6.096**	**6.096**	**5.708**	**5.708**

A Distribuidora está autorizada a realizar operações com instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender às necessidades próprias e de seus clientes, a fim de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. A administração desses riscos é efetuada através da determinação de limites e do estabelecimento de estratégias de operações, que nestes períodos, a Distribuidora não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos.

5. Outros Créditos	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Rendas a Receber	**320**	**293**
Dividendos a Receber	113	113
Serviços Prestados a Receber	207	180
Diversos	**308**	**527**
Adiantamentos e Antecipações Salariais	11	5
Adiantamentos p/ Pagamento de Nossa Conta	240	419
Devedores por Depósitos em Garantia	44	16
Impostos a Compensar	13	87
Total de Outros Créditos	**628**	**820**

6. Investimentos	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Anbima	6	6
Outros Investimentos	45	45
Total	**51**	**51**

7. Imobilizado de Uso	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Instalações	570	442
Móveis e Equipamentos de Uso	500	347
Sistema de Comunicação	96	96
Sistema de Processamento de Dados	439	316
Subtotal	**1.605**	**1.201**
(Depreciações Acumuladas)	(985)	(729)
Total	**620**	**472**

8. Outras Obrigações	**31/12/2018**	**31/12/2017**
a) Sociais e Estatutárias	**200**	**136**
Dividendos e Bonificações a Pagar	200	136
b) Fiscais e previdenciárias	**3.453**	**3.668**
Provisão Impostos e Contribuições Sobre Lucro	3.148	3.353
Impostos e Contribuições a Recolher	305	315
c) Diversas	**306**	**192**
Despesas de Pessoal a Pagar	306	192
Total	**3.959**	**3.996**

9. Patrimônio Líquido - a) Capital Social: Em 31 de dezembro de 2018, o capital social totalmente subscrito e integralizado é de R$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), em moeda corrente no País, dividido em 433.506.390 (quatrocentos e trinta e três milhões, quinhentos e seis mil e trezentos e noventa) ações Ordinárias Nominativas, todas sem valor nominal. **b) Reserva Legal:** Constituída à alíquota de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, limitada a 20% do capital social. **c) Distribuição de Lucros:** Os acionistas têm direito a dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido do período ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. **d) Participação nos Lucros:** Em 31 de dezembro de 2018 a empresa provisionou o valor a pagar de R$ 450 mil a título de Participação nos lucros, conforme acordo registrado em sindicato de classe.

10. Outras Despesas Administrativas	**2º sem./ 2018**	**Exerc. 2018**	**Exerc. 2017**
Despesas de Água, Energia e Gás	17	37	31
Despesas de Aluguéis	210	412	403
Despesas de Comunicações	55	117	131
Despesas de Manutenção e Conser. de Bens	78	111	109
Despesas de Material	22	41	25
Processamento de Dados	131	256	279
Despesas de Promoções e Relações Públicas	37	48	28
Despesa com Publicações	-	25	24
Despesas do Sistema Financeiro	20	57	110
Serviços de Terceiros	12	23	18
Serviços Técnicos e Especializados	454	1.074	801
Despesas de Transporte	8	21	20
Despesas de Viagem no País e no Exterior	58	132	44
Outras Despesas Administrativas	70	206	207
Total	**1.172**	**2.560**	**2.230**

a) Os serviços técnicos especializados referem-se a: Auditoria, Assessoria Jurídica, Financeira e Contábil, e Consultoria Técnica. **11. Receita de Prestação de Serviços:** As receitas estão assim distribuídas:

	2º sem./ 2018	**Exerc. 2018**	**Exerc. 2017**
Serviços de Agente Fiduciário, Custódia e Outros	10.201	17.927	16.446
Total	**10.201**	**17.927**	**16.446**

12. Gerenciamento de Risco - a) Risco de Mercado: O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva da empresa. A política da instituição, em termos de exposição ao risco de mercado é conservadora, com limites definidos e validados pela Diretoria, sendo o cumprimento deste, acompanhado diariamente. Dessa forma, a estrutura de gerenciamento do risco de mercado da empresa está apta a avaliar e monitorar os riscos associados, garantindo a eficiência na gestão de riscos, controlando ainda o PRE (Patrimônio de Referência Exigido) de sua carteira conforme determina a Resolução nº 3.490/07, revogada pela Resolução 4.193/13 do Banco Central do Brasil. O relatório de políticas de risco de mercado está à disposição dos interessados na sede da instituição. **b) Risco de Crédito:** É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados. A política de crédito da distribuidora considera variáveis internas, como os critérios para avaliação econômico-financeira dos clientes, a evolução e concentração da carteira, os níveis de inadimplência registrados, as taxas de retorno, a qualidade da carteira; e variáveis externas, como o ambiente econômico e as taxas de juros. **c) Risco de Liquidez:** De acordo com a Resolução nº 2.804, revogada pela Resolução 4.090/13 do Banco Central do Brasil, risco de liquidez é definido como a possível ocorrência de descasamentos entre o fluxo de recebimentos e pagamentos que possam afetar a solvência da instituição. Levando-se em consideração que os ativos sofrem restrição de liquidez, a identificação dos momentos nos quais a instituição poderá ter problemas dessa natureza é fundamental para a antecipação de planos de contingência, que tem como objetivo manter o bom funcionamento do negócio. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, com base em modelos estatísticos e econômico-financeiros, que são acompanhados diariamente pela área de risco. **d) Risco Operacional:** Conforme Resolução nº 3.380/06 informamos que a instituição dispõe de estrutura de gerenciamento de risco operacional, capaz de identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos associados as suas atividades. O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos. A instituição desenvolve permanentemente políticas, sistemas e controles internos para a mitigação e controle de possíveis perdas advindas da exposição de riscos inerente às suas atividades, com um conjunto de processos e rotinas adequados às suas modalidades operacionais, visando monitorar, controlar e assegurar o cumprimento das regras e normas aplicáveis para que práticas inadequadas não comprometam a condição dos negócios e acarretem perdas financeiras. **13. Acordo Basiléia:** O limite operacional foi definido pelo Comitê de Basiléia, que recomenda a relação mínima de 8,625% entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE). No Brasil, a relação mínima exigida é dada pelo fator F, que de acordo com a Resolução Bacen nº 4.193, de 01 de outubro de 2013, para as instituições financeiras e as demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), exceto cooperativas de crédito não filiadas a cooperativas centrais de crédito, deve ser de: • 9,875% de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016; • 9,250% de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017; • 8,625% de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018; • 8,000% de 1º de janeiro de 2019. O Índice de Basiléia em 31 de dezembro de 2018 foi de 12,27% (12,88% em 2017). **14. Ouvidoria (0800-2828605):** A Instituição, atendendo exigências contidas na Resolução 3.477/07, com alterações da Resolução 3.489/07 e, revogada pela Resolução 3.849/10, Circular 3.370/07 revogada pela Circular 3.503/10, do Banco Central do Brasil, procedeu à implantação do Setor de Ouvidoria, no prazo estabelecido legalmente, elaborando as Diretrizes Operacionais de Ouvidoria, de conhecimento público e de todos os funcionários, sendo designados como diretora responsável pela Ouvidoria, Sra. Nathalia Machado e como ouvidor, Sr. Marco Aurélio Machado Ferreira. Referidos normativos foram revogados pela Resolução nº 4.433/2015. Nesse sentido, a Distribuidora vem revisando suas diretrizes operacionais de Ouvidoria, para se adaptar às novas disposições. A Distribuidora divulga o seu canal de Ouvidoria no seu site www.pentagonotrustee.com.br. [PTGN: Resoluções revogadas.] **Marco Aurélio Machado Ferreira -** Diretor - CPF.029.833.137-35; **Marcelle Motta Santoro -** Diretora - CPF. 109.809047-06. **WLX Gestão Contábil Ltda.** - **Wellington Ribeiro da Cruz -** CPF: 044.304.747/29 - CRC: RJ-116678/O-1.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais

Aos Diretores e Acionistas da **Pentágono S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. Opinião**: Examinamos as demonstrações contábeis da **Pentágono S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Pentágono S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **Pentágono S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria**: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Provisão de Impostos e Contribuições sobre o Lucro:** Conforme mencionado nas Notas Explicativas n. 3j e 8b, para fins de mensuração da provisão de impostos e contribuições sobre o lucro, a Pentágono provisiona seus impostos, com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal, cujo valor apresentado nas demonstrações contábeis é de R$ (mil) 2.542 em dezembro de 2018 e R$ (mil) 4.314 em dezembro de 2017 e, após as antecipações obrigatórias durante o período, passou a pagar R$ 3.148 em dezembro de 2018 e R$ 3.353 em dezembro de 2017, devidamente registrado no passivo. As provisões são calculadas sobre o valor das diferenças temporárias, sempre que a realização desses montantes for julgada provável e são utilizadas alíquotas de acordo com a legislação pertinente. **Como nossa auditoria endereçou esses assuntos:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação de desempenho, a implementação e a efetividade operacional dos controles internos relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das Provisões de Impostos e Contribuições sobre o Lucro, bem como aqueles relacionados ao cumprimento de leis e regulamentos. Adicionalmente, avaliamos com base em Memórias de Cálculos, sobre a apuração dos Impostos e Contribuições, a suficiência das Provisões reconhecidas e dos valores divulgados, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizados em sua metodologia de mensuração, considerando, que o saldo das provisões apresentado no balanço de dez.18 da instituição. Este trabalho incluiu a análise da documentação e informações relacionadas. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativas às principais práticas contábeis em que a Pentágono está envolvida. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos os provisionamentos efetuados que são apropriados para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros Assuntos: Auditoria dos Valores Correspondentes ao Período Anterior:** Os Valores correspondentes ao período findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por nós auditores, de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório, em 29 de março de 2018, que não conteve qualquer modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Distribuidora é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da instituição. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 27 de março de 2019. ANEND - Auditores Independentes - Ato Declaratório CVM N.º 9210 - CRC-RJ n.º 003550/O; Hildo Jardim Alegria - Diretor - Contador - CRC/RJ-041841/S-RJ.

Serviço gratuito da Amazon atinge ações da Spotify

As ações do Spotify caíram mais de 4% nesta segunda-feira após notícias que a Amazon estava em negociações para lançar um serviço de música gratuito, com anúncios, que deverá intensificar a concorrência para o líder do setor.

A Amazon irá comercializar o serviço gratuito de música através de seu alto-falante ativado por voz, Echo, disse uma matéria da Billboard na sexta-feira, acrescentando que pode estar disponível a partir desta semana.

Até agora, a gigante do e-commerce oferece seu serviço Prime Music como parte de seu serviço de assinatura Amazon Prime por 119 dólares por ano. O Amazon Prime também oferece entregas gratuitas e acesso ao seu serviço Prime Video. Além disso, a empresa vende assinaturas da Amazon Music Unlimited por 9,99 dólares por mês, e está disponível para membros Prime por uma taxa menor de 7,99 dólares por mês.

O Spotify tinha 116 milhões de usuários gratuitos com anúncios e 96 milhões de assinantes pagantes em fevereiro de 2019. A Amazon disse que "dezenas de milhões" de clientes pagos ouvem o Prime Music e seu serviço independente Amazon Music Unlimited. A Amazon e o Spotify não responderam a um pedido da Reuters para comentários.

Crédito online já reavalia estratégias nos EUA

Provável recessão pode reduzir crédito e liquidez

Já temendo uma crise que pode trazer perdas crescentes de crédito, de liquidez e custos mais altos de financiamento, empresas de crédito online dos Estado Unidos como LendingClub, Kabbage e Avant estão reavaliando a qualidade dos seus empréstimos, assegurando financiamento de longo prazo e cortando custos.

Economistas consultados pela Reuters em março viram uma chance de 25% de recessão nos EUA nos próximos 12 meses. Mais recentemente, alguns executivos disseram que uma decisão do Federal Reserve, o banco central, de suspender o aumento das taxas de juros reforçou esses temores.

Os credores *peer-to-peer* (entre pares) e digitais surgiram em grande parte após a Grande Recessão de 2008.

Ao contrário dos bancos, que tendem a ter depósitos de baixo custo e mais estáveis, essas empresas de crédito online contam com financiamento do mercado, que pode ser mais difícil em tempos de estresse. Seus métodos de verificação também incluem muitas vezes a análise de dados não tradicionais, como o nível de educação dos mutuários. Embora as plataformas vejam isso como uma força, elas ainda precisam ser testadas em tempos de crise.

"Isso é muito importante para nós", disse à Reuters Scott Sanborn, presidente-executivo do LendingClub, em entrevista, referindo-se à possibilidade de uma recessão. "Não é uma questão de 'se', é 'quando' e não está a cinco anos de distância."

Sanborn e executivos de cerca de meia dúzia de outras dessas empresas online, que conversaram com a Reuters, disseram que o agravamento dos indicadores econômicos e as previsões os tornaram mais cautelosos. Suas preocupações são o mais recente sinal de que a crise dos EUA está próxima.

"Estávamos vendo economistas levantando alguns sinais de alerta, e estávamos seguindo os sinais do Fed e eles estavam se tornando mais brandos", disse Bhanu Arora, o chefe de empréstimos ao consumidor do banco de Chicago, Avant. "Queríamos estar preparados e prontos."

Para posicionar-se melhor para a recessão, a Avant apresentou um plano no final do ano passado que inclui o aperto das exigências de crédito para os segmentos identificados como de maior risco, disse Arora. Para ter certeza, os executivos disseram que ainda não estão vendo sinais gritantes de problemas em suas carteiras de empréstimos.

Uma desaceleração também está longe de ser certa. Na sexta-feira, o JPMorgan Chase, o maior banco do país em ativos, diminuiu os temores de uma recessão depois que registrou lucros trimestrais melhores do que o esperado, impulsionados pelo que descreveu como sólido crescimento econômico dos EUA.

Se uma desaceleração ocorrer, no entanto, ela separaria as empresas de crédito online mais fortes das mais fracas. "Todas essas plataformas diferentes dizem que podem verificar seus possíveis clientes de maneira única", disse Robert Wildhack, analista da Autonomous Research. "Esta será a primeira chance que temos para ver quem está certo e quem poderia estar pegando atalhos."

LEILÃO IBGE
RETIFICAÇÃO
Publicação em 03/04/2019, seção Negócio & Empresas, página 15. Onde se lê: dia 24/04/2019 Leia-se: dia 02/05/2019.

EDITAL DE COVOCAÇÃO
ALIANÇA FLUMINENSE DE SERVIDORES PÚBLICOS
CNPJ: 30.503.817-0001/43

Convoca, nos termos da Legislação em Vigor e do Estatuto da Entidade, todos os seus associados, quites e em pleno gozo de seus direitos sociais, para Assembleia Geral Ordinária e em seguida Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no próximo dia 22/04/2019, na Sede da Associação, sito a Avenida Emani do Amaral Peixoto, nº 178 / 202 – Centro – Niterói- RJ – A.G.O às 14:00 hr em 1ª convocação e em 2ª convocação às 15:00 hr com qualquer número de associados presentes , para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Apreciar e julgar as contas da Diretoria , exercicio de 2018, e b) Assuntos Gerais. A.G.E às 16:00 hr em 1ª convocação e em 2ª convocação às 17:00 hr com qualquer número de associados presentes , para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Reparo Estatutário, b) Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 16 de Abril de 2019.

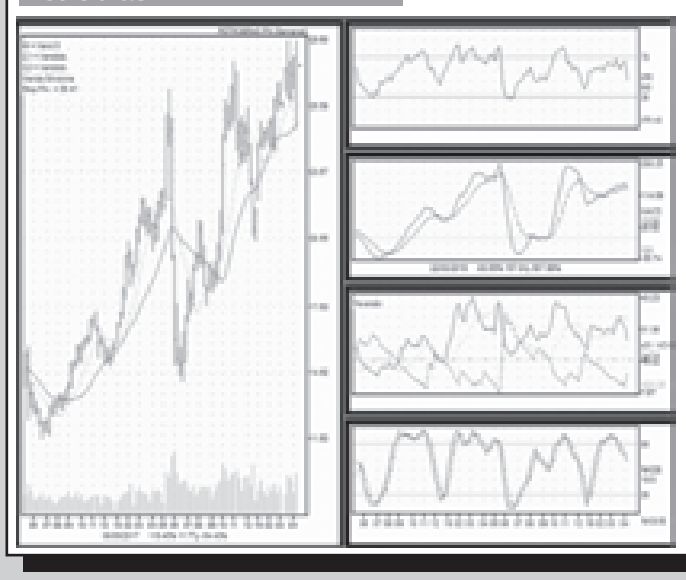
LUIZ HENRIQUE MENDES
PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO

PODER JUDICIÁRIO DO RIO DE JANEIRO
DO FORO CENTRAL
6ª VARA CÍVEL DA COMARCA REGIONAL
DA BARRA DA TIJUCA – RIO DE JANEIRO.
AVENIDA LUIZ CARLOS PRESTES, S/Nº, 2º ANDAR
BARRA DA TIJUCA – RJ
C.E.P.: 22775-055 - TEL.: (21) 3385-8818
E-MAIL: BTJ06VCIV@TJRJ.JUS.BR
EDITAL DE ALIENAÇÃO EM LEILÃO JUDICIAL
NA FORMA PRESENCIAL, COM PRAZO DE 05 DIAS
PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS E INTIMAÇÃO DO(S) EXECUTADO(S), EXTRAÍDOS DOS AUTOS DA AÇÃO DE COBRANÇA proposta por CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO MIDTOWN NOVA IPANEMA em face de LUIZ AUGUSTO DA SILVA e ENA DIAS LOUSADA – PROCESSO Nº 0018765-18.2013.8.19.0209, NA FORMA ABAIXO:

O(A) Doutor(a) **FLAVIA DE ALMEIDA VIVEIROS DE CASTRO** – Juiz(a) de Direito da Vara acima, FAZ SABER por esse Edital, a todos os interessados, e especialmente ao(s) devedor(es) supramencionado(s) - **LUIZ AUGUSTO DA SILVA e ENA DIAS LOUSADA**, que será realizado o público Leilão **pelo Leiloeiro Público ALEXANDRO DA SILVA LACERDA, NAS MODALIDADES PRESENCIAL E ELETRÔNICO (SIMULTÂNEO): O Primeiro Leilão, por valor igual ou superior a avaliação, será no dia 07/05/2019 às 15:00h, e, o Segundo Leilão, por valor igual ou superior a 50% da avaliação, no dia 09/05/2019 às 15:00h, sendo o Leilão Eletrônico disponibilizado no portal eletrônico do Leiloeiro www.alexandroleiloeiro.com.br e, o Leilão Presencial, na forma simultânea, será realizado no Auditório do Leiloeiro, situado na Avenida Almirante Barroso, nº 90, Gr. 606, Centro, Rio de Janeiro, RJ, na forma dos inciso II do Art. 884, do art. 882 do CPC/2015 e do §único do Art. 11 da Resolução do CNJ nº 236 de 13/07/2016. O Leilão Eletrônico estará disponível para Lances no portal eletrônico do Leiloeiro, com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência da Primeira data. DO BEM OBJETO DE LEILÃO: (Conforme laudo de avaliação indireta às fls. 150/151) Loja 153 do Edifício "Midtown Nova Ipanema" comercial, na Avenida das Américas, nº 5001 – Barra da Tijuca - RJ, encontra-se devidamente dimensionado, caracterizado e registrado sob a matrícula de nº 221730 no 9º RGI (Capital) e na Prefeitura sob o nº 2.966.311-9 - C.L. 09547-1**. JUSTIFICATIVA: Informo a V. Exa que compareci no local de diligencia no dia 19/04/2017 às 13hrs, onde encontrei a loja fechada, sendo informada pela funcionaria da administração do Midtown, que a loja 153 está vazia. IMÓVEL: Loja 153 do Edificio "Midtown Nova Ipanema" comercial na Av. das Americas, número 5001, na freguesia de Jacarepaguá, e das correspondentes frações ideias de 0,00683 do respectivo terreno designado por lote 01 do PAL 43654, e de 0,000024 de cada uma das áreas 1 a 10 do PAL 31944, medindo o lote 01 do PAL 43654 em sua totalidade 169,84m de frente em curva interna, aos fundos mede 22,00m, mais 126,46m pela Rua Ipanema, 70,5m a direita confrontando com o lote 2 do PAL 43654, de acordo com a matricula 221.730 do 9º Oficio de Registro de Imóveis e inscrição 2.966.311-9 (IPTU). DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: O prédio apresenta-se em regular estado de conservação, contendo subsolo, térreo, 1º e 2º pisos, contendo 146 lojas e salas comerciais, sendo um social e um de serviço. Idade do imóvel: 1999. LOJA: Localizada no pavimento térreo, com frente para o pátio, interno do centro empresarial. Area Edificiada 34m². DA LOCALIZAÇÃO: Boa localização, com vários Shoppings ao redor, transporte público diversificado. AVALIO o imóvel acima descrito em: R$ 390.000,00 (Trezentos e noventa mil reais). E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, foi expedido o presente, para cautelas de estilo, **ficando o(s) Executado(s)/Condôminos(s) intimado(s) da hasta pública se não for(em) encontrado(s) por intermédio deste Edital na forma do art. 889, 892 do NCPC**, sendo uma das vias afixadas no local de costume do Fórum. CUMPRA-SE. Dado e passado, nesta Cidade no Rio de Janeiro, em 15 de março de 2019. Eu, digitei _, e Eu, Chefe da Serventia, subscrevo _. (ass.) **FLAVIA DE ALMEIDA VIVEIROS DE CASTRO** – Juiz de Direito.

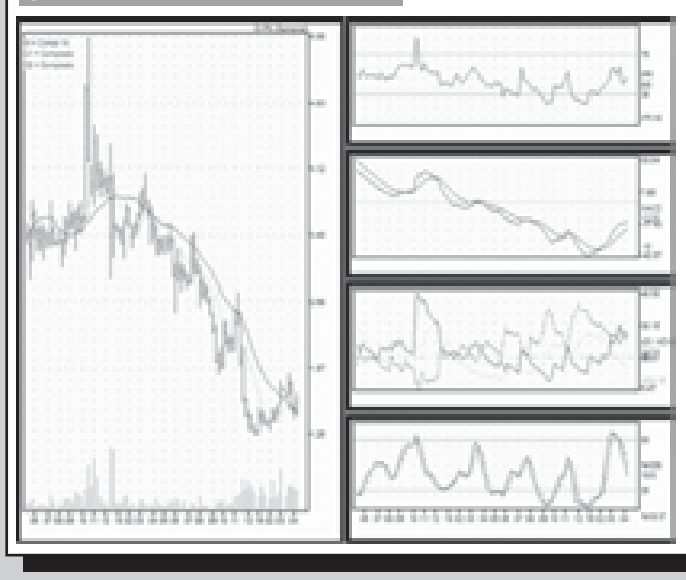
SEMANAL

Petrobras



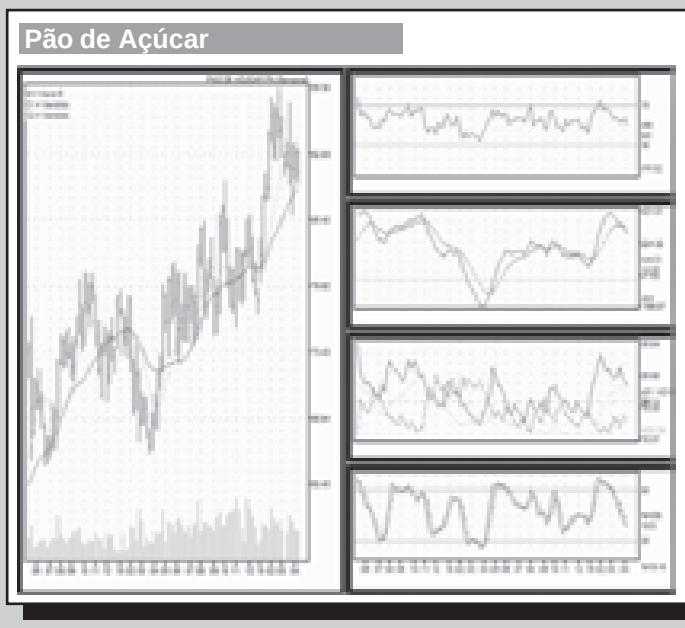
As ações preferenciais da Petrobras terminaram cotadas a R$ 25,93, com ganho de 0,39%. Os três indicadores semanais mostram mercado vendido..

Oi



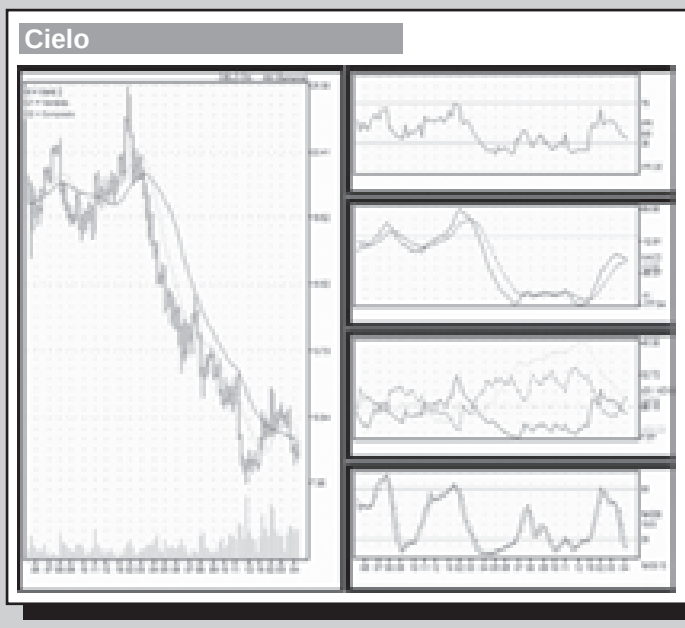
As ações preferenciais da Oi terminaram cotadas a R$ 1,60, com perda de 0,62%. Os três indicadores semanais mostram mercado comprado.

Pão de Açúcar



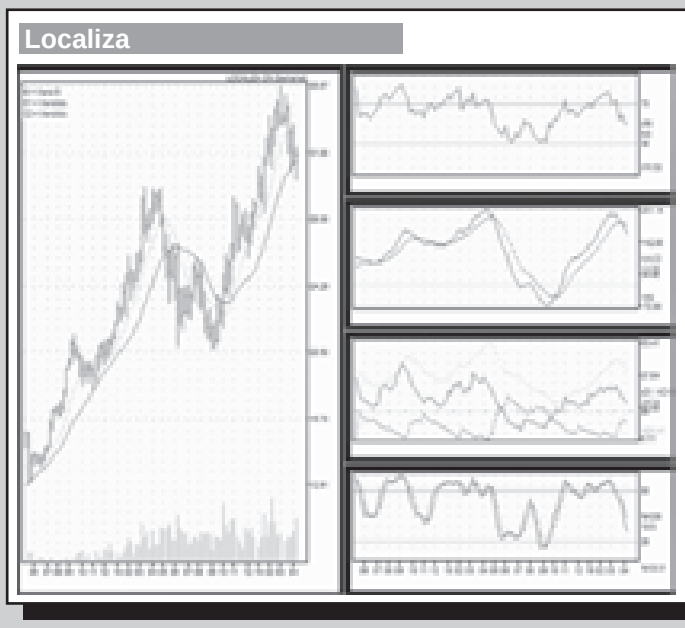
As ações preferenciais do Pão de Açúcar terminaram cotadas em R$ 91,80, com perdas de 0,78%. Os três indicadores semanais mostram mercado vendido.

Cielo



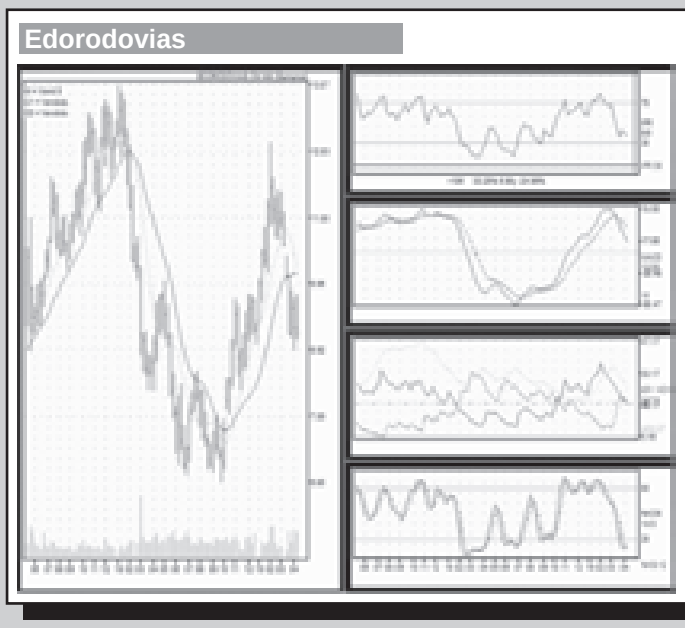
As ações ordinárias da Cielo terminaram cotadas a R$ 9,02, com desvalorização de 2,49%. Dos três indicadores semanais, um mostra mercado comprado e dois, vendido.

Localiza



As ações ordinárias da Localiza terminaram cotadas a R$ 32,80, com valorização de 2,36%. Os três indicadores semanais mostram mercado vendido..

Edorodovias



As ações ordinárias da Ecorodovias terminaram cotadas a R$ 8,80, com desvalorização de 4,24%. Os três indicadores semanais mostram mercado vendido.

Monitor
FINANCEIRO
Nelson Priori (npriori@monitormercantil.com.br)
Editor
monitorfinanceiro@monitormercantil.com.br
Monitor Financeiro é marca registrada pelo Monitor Mercantil S/A sob nº 820200107

acionista.com.br
Seu Site Capital

APLICATIVOS E GRÁFICOS PARA DECISÕES RÁPIDAS E SEGURAS.
Smartrack Pro
Option Track
Sistema gráfico para operações nos mercados Intraday e Diário.
Disponibilizamos cursos periódicos em nossas instalações.
Apligraf
Http://www.apligraf.com.br
Telefones: (021) 2533-4325

Mercado continua prevendo mais inflação e menos PIB

O mercado começa a semana um pouco mais pessimista em relação a economia. As instituições financeiras reduziram mais uma vez a projeção para o crescimento da economia este ano e em 2020. A estimativa para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) caiu de 1,97% para 1,95% este ano, na sétima redução consecutiva.

Para 2020, a projeção para o crescimento do PIB recuou de 2,70% para 2,58% na quarta redução consecutiva. As estimativas de crescimento do PIB para 2021 e 2022 permanecem em 2,50%.

Os números constam do boletim Focus, publicação semanal elaborada com base em estimativas de instituições financeiras sobre os principais indicadores econômicos.

Inflação

A estimativa de inflação, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), foi ajustada de 3,90% para 4,06% este ano. Para 2020, a previsão para o IPCA segue em 4%. Para 2021 e 2022, também não houve alteração: 3,75%. A meta de inflação deste ano, definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), é 4,25%, com intervalo de tolerância entre 2,75% e 5,75%. A estimativa para 2020 está no centro da meta: 4%. Essa meta tem intervalo de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Para 2021, o centro da meta é 3,75%, também com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual. O CMN ainda não definiu a meta de inflação para 2022.

Taxa Selic

Para controlar a inflação, o BC usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic. Para o mercado financeiro, a Selic deve permanecer no seu mínimo histórico de 6,5% ao ano, até o fim de 2019. Para o fim de 2020, a projeção segue em 7,50% ao ano. Para o fim de 2020 e 2021, a expectativa permanece em 8% ao ano.

A manutenção da Selic, como prevê o mercado financeiro, indica que o Copom considera as alterações anteriores nos juros básicos suficientes para chegar à meta de inflação. Ao reduzir os juros básicos, a tendência é diminuir os custos do crédito e incentivar a produção e o consumo.

A previsão do mercado financeiro para a cotação do dólar permanece em R$ 3,70 no fim de 2019 e subiu de R$ 3,75 para R$ 3,78 no fim de 2020.

Guia para uma 'sociedade de investidores'

CVM e Bird criam cursos para formação técnica de jovens carentes

Responsável pela regulação e fiscalização do mercado de capitais, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), autarquia vinculada ao Ministério da Economia, está tentando tornar realidade de alguns sonhos de jovens carentes. O Projeto Programe o Seu Futuro, lançado em parceria com o Banco Mundial (Bird), inicia no fim de abril dois cursos de formação para 120 jovens de Acari, zona norte do Rio de Janeiro. Instituições que tenham interesse em participar do projeto podem se credenciar pelos e-mails azwager@worldbank.org e vasco@cvm.gov.br.

O objetivo do projeto é contribuir para que jovens moradores de áreas carentes possam acertar em suas escolhas profissionais e realizar sonhos. O superintendente de Proteção e Orientação ao Investidor da CVM, José Alexandre Vasco, disse que a autarquia vem procurando ampliar de forma progressiva sua atuação, de modo a atingir novos segmentos, com o apoio de parceiros públicos e privados, como é o caso do Banco Mundial.

Segundo Vasco, "o projeto se insere como um piloto que, se bem-sucedido, será ampliado dentro da estratégia de levar a quem mais precisa a possibilidade de mudança de sua realidade, pavimentando o caminho para uma sociedade de investidores". O Banco Mundial considera que programas de formação na área tecnológica podem mudar o futuro de jovens carentes, incentivando-os a investir em educação e futuras carreiras.

Projeto piloto

O primeiro curso programado complementa a formação dos jovens com competências específicas do mundo do trabalho, preparando-os para a vida profissional. A educação financeira é um elemento central das aulas.

O segundo curso oferece a possibilidade de formação em áreas técnicas, que concentram grande demanda no mercado de trabalho. Segundo a assessoria de imprensa da CVM, será construída, na região da Pavuna, no Rio, uma academia de programação e de blockchain (tecnologia de registro distribuído conhecida como protocolo da confiança), cujo objetivo é capacitar os jovens nas novas habilidades tecnológicas em vigor no mundo, auxiliando-os na resolução de problemas e na linguagem digital.

Segundo pesquisa da empresa de soluções de recursos humanos ManPowerGroup, 34% dos empregadores brasileiros tiveram dificuldade de recrutar empregados em 2018. Entre as maiores dificuldades listadas para o processo de contratação no Brasil foram citadas a ausência de habilidades técnicas, falta de experiência e carência de habilidades interpessoais.

De acordo com a revista Forbes, atualmente existem 48 mil vagas abertas no Brasil apenas no setor de tecnologia, sem profissionais qualificados para preenchê-las, o que leva a uma perda potencial de R$ 115 bilhões para as empresas nacionais.

O Projeto Programe o seu Futuro tem o apoio do Centro de Integração Empresa-Escola, Instituto Sicoob, Banco Maré, Blockchain Academy e Cosmos Blockchain, e será acompanhado pelo Departamento de Avaliação de Impacto do Banco Mundial. Com Agência Brasil

Chineses querem os ativos brasileiros da portuguesa EdP

Por considerar como muito interessantes os ativos da Energias de Portugal, a China Three Gorges está planejando a compra deles, ao mesmo tempo em que se prepara para reduzir a oferta para a aquisição das ações da elétrica portuguesa e, para conseguir isso, alega que existem preocupações com obstáculos políticos ao negócio e com a própria avaliação da empresa. Devido a isso, examina transações menos ambiciosas, que excluem os ativos norte-americanos da empresa, segundo notícia publicada pela Bloomberg nesta segunda-feira.

A agência norte-americana não deu maiores detalhes sobre o projeto, mas em maio do ano passado, os chineses tentaram registrar uma oferta pública para a aquisição de aproximadamente 9,1 bilhões de ações da EdP na base de 3,26 euros cada. Atualmente estão mostrando preocupações com obstáculos políticos ao negócio e com a própria avaliação da empresa.

Na realidade, o objetivo da CTG era alcançar o controle indireto da subsidiária da EdP Renováveis que está instalada nos Estados Unidos. Agora, de acordo com a agência noticiosa, os chineses estão menos ambiciosos, excluindo esses ativos por considerarem que são os que mais tem possibilidade de provocar uma forte oposição dos reguladores.

Além disso, na última sexta-feira, a Comissão de Mercados de Valores Mobiliários apertou a China Three Gorges para que se decida quanto a oferta pública para a aquisição da companhia portuguesa. Com este ultimato, estabeleceu o fim da OPA para depois de 24 de abril, data na qual será realizada a assembleia geral.

Apesar dos sustos nada mudou para as ações

Na última semana, o Ibovespa terminou em 92.875 pontos. Nesse nível, existe "uma oportunidade de compra", destaca Thiago Salomão, analista da Rico Investimento. Para ele, apesar da semana ter sido de fortes emoções para o mercado, com o índice registrando queda de 4,4% devido a preocupação dos investidores com o sucesso da agenda de reformas do governo, o cenário-base otimista não mudou. Ressalta, no entanto, que "enquanto a Nova Previdência não for votada, o Ibovespa deve operar na faixa de indefinição entre 100 mil e 91 mil pontos."

Cemig quer a volta da Ana Veloso

Apesar do não ter havido comunicado oficial, circula no mercado que a Cemig quer que a executiva Ana Horta Veloso retorne ao posto de CEO da Light, do qual renunciou em 2017, alegando conflitos com a Andrade Gutierrez.

Outro rumor do mercado é que, como parte do desinvestimento da Cemig, a Light pode ter uma oferta subsequente de ações ainda neste semestre. Atualmente, a estatal mineira tem o controle da companhia elétrica do Rio de Janeiro, com participação de 49,99%, pois adquirir pela merreca de R$ 201,9 milhões a totalidade das ações da Rio Minas Energia Participações (RME) e da Luce Empreendimentos e Participações (Lepsa), que pertenciam ao banco BTG Pactual.

Ação da Monster subiu 60.000% desde 2000

A Bloomberg resolveu fazer o levantamento de qual a ação que teve a maior valorização desde o ano 2000. E verificou que, enquanto a Amazon subiu 5.300%, seguida pela Apple com ganhos de 2.300%, as acionistas da fabricante de bebidas energéticas, Monster Beverage, viram suas aplicações nesses títulos crescerem 60.000%.

A Bloomberg explica que o desempenho dessas ações está relacionado com o aumento dos resultados, que cresceram todos os anos desde 2008, e com a subida das receitas, que aumentaram sempre, pelo menos, 9% desde 2001.

EMMANUEL BLOCH ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA.
CNPJ. 33.259.722/0001-14

Edital de Convocação - Assembleia de Sócios: São convidados os senhores cotistas, para se reunirem em Assembleia de sócios cotistas, na sede da Sociedade, na Rua Sete de Setembro, 55 - 1901, no dia 25/04/2019, às 13:00h, para: a) Aprovação de contas e deliberar sobre o Balanço Patrimonial e do Resultado Econômico encerrado em 31/12/2018; b) Aprovação de pró-labore; c) Assuntos de interesse geral. RJ, 11/04/2019. As.) Jean Charles David Bernheim - Sócio Gerente.

CRUZADA DO MENOR
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convidamos os senhores associados da Cruzada do Menor a participar da Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia **09 de maio de 2019**, às 9:30hs em primeira convocação e às 10:00hs em segunda e última convocação, na Avenida Vieira Souto, 620 – salão de festas para deliberar sobre: **1 – Relatório das Demonstrações Financeiras do ano de 2017; 2 – Prestação de contas de 2018; 3 – Eleição de Diretoria; e 4 – Assuntos Gerais.** Rio de Janeiro, 15 de abril de 2019 – **Lia Carvalho - Presidente**

AA PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF n.º 42.461.863/0001-06 - NIRE 33.3.0003106-5

Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária. Ficam os Srs. Acionistas da A.A. Participações S.A. convocados a se reunirem na AGO da Cia. a ser realizada no dia 29/04/2019, às 11 horas, na sede social da Cia., situada na Av. Brigadeiro Lima e Silva, 1.204, sl. 605, pte., 25 de Agosto, Duque de Caxias, RJ, para deliberar sobre as seguintes ordens do dia: Deliberar sobre: (i) o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Cia., relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2018; (ii) a destinação do resultado do exercício; (iii) a reeleição dos membros da Diretoria da Cia. para um mandato de 3 anos e fixar sua respectiva remuneração. Duque de Caxias, 12/04/2019. Alexandre de Araújo Abreu, Diretor Presidente.

EMDA ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA.
CNPJ. 09.178.763/0001-00

Edital de Convocação - Assembleia de Sócios: São convidados os senhores cotistas, para se reunirem em Assembleia de sócios cotistas, na sede da Sociedade, na Rua Sete de Setembro, 55 - 1901, no dia 25/04/2019, às 14h, para: a) Aprovação de contas da Adminitração e deliberar sobre o Balanço Patrimonial e do Resultado Econômico encerrado em 31/12/2018; b) Eleição do Cons. Fiscal para 2019/2020; c) Aprovação pró-labore da Diretoria; d) Assuntos de interesse geral. RJ, 11/04/2019. As.) Jean Charles David Bernheim - Sócio Diretor; Mauro Bloch - Sócio Diretor.

FLUMINENSE INDUSTRIAL S.A.
CNPJ/MF nº 27.626.647/0001-80

Aviso aos Acionistas. Encontram-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede da Cia., localizada na Rua da Assembléia, nº 10 - sala 3716 - Centro - RJ; CEP: 20.011-901, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social findo em 31/12/18. S. Gonçalo/RJ, 20/03/2019. A Diretoria.

RESENDE ARMAZÉNS GERAIS E LOGÍSTICA DA AMAZÔNIA S/A - CNPJ: 09.392.347/0001-00

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017 A 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Valores expressos em reais)

BALANÇO PATRIMONIAL - Ativo	2018	2017
Circulante: Disponibilidades	51.996	709.884
Clientes	1.697.415	1.390.749
Impostos a recuperar	3.676	3.677
Despesas antecipadas	111.638	172.707
Outros	9.639	100.897
Total do ativo circulante	**1.874.363**	**2.377.915**
Não Circulante: Impostos a recuperar	10.762	10.762
Total do passivo não circulante	**10.762**	**10.762**
Permanente: Imobilizado	2.547.154	2.936.997
Total Permanente	**2.547.154**	**2.936.997**
Total do Ativo	**4.432.280**	**5.325.675**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	realizado	Capital acumulados	Lucros Total
Saldos em 31/12/2017	**16.410.000**	**(14.535.106)**	**1.874.894**
Aumento de Capital	3.000.000	-	3.000.000
Lucro líquido do exercício	-	(3.089.842)	(3.089.842)
Saldos em 31/12/2018	**19.410.000**	**(17.624.948)**	**1.785.052**

BALANÇO PATRIMONIAL - Passivo	2018	2017
Circulante: Fornecedores	994.322	2.077.611
Salários e encargos sociais	141.142	143.212
Impostos a recolher	108.704	105.938
Provisão para férias e encargos	141.717	199.208
Outras Provisões	718.593	382.932
Demais contas a pagar	542.751	541.880
Total do passivo circulante	**2.647.229**	**3.450.781**
Exigivel a Longo Prazo		
Patrimônio Líquido: Capital social	19.410.000	16.410.000
Lucros acumulados	(17.624.949)	(14.535.106)
Total do patrimônio líquido	**1.785.051**	**1.874.894**
Total do Passivo	**4.432.280**	**5.325.675**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	2018	2017
Receita operacional bruta		
Receita de armazenagem	13.613.326	13.570.100
Receita de transportes	367.445	201.364
Impostos e abatimentos sobre vendas	(834.811)	(853.001)
Receita operacional líquida	**13.145.961**	**12.918.463**
Custo dos serviços prestados	(14.613.106)	(14.074.101)
Lucro Bruto	**(1.467.145)**	**(1.155.638)**
Despesas operacionais líquidas		
Despesas gerais, administrativas e comerciais	(1.623.678)	(1.563.789)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	981	26.324
Lucro operacional	**(3.089.842)**	**(2.693.102)**
Resultados não-operacionais	-	145.023
Lucro líquido do exercício	**(3.089.842)**	**(2.548.080)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Introdução: A Resende Armazéns Gerais e Logística da Amazônia (RAGLA), sediada no Município de Resende, Rio de Janeiro é permissionária operadora logística para armazenagem de produtos acabados de empresas sediadas na Zona Franca de Manaus. **2. Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras da RAGLA foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme Lei das Sociedades por Ações e posteriores alterações. **a. Disponibilidades:** O valor total das disponibilidades está representado pelo saldo de contas correntes com instituições financeiras. **b. Clientes:** O saldo desta conta é representado pelas duplicatas a receber de clientes com vencimento para até 45 dias após a data de encerramento das demonstrações financeiras. Pelo baixo histórico de perdas com duplicatas a receber, a sociedade não constituiu provisão para devedores duvidosos. **c. Despesas Antecipadas:** Os seguros contratados para cobertura de perdas patrimoniais e perdas de estoques de clientes, estão registrados nesta conta e tem sua vigência até 31/01/2020. **d. Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes:** Os demais ativos circulantes e não circulantes estão demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. **e. Imobilizado:** O ativo imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil dos bens. **f. Passivo Circulante e Não Circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias. **g. Demonstração do Fluxo de Caixa:** A Companhia preparou e está apresentando a demonstração do fluxo de caixa em substituição a demonstração de origens e aplicações de recursos, conforme determinações da Lei 11.638/07.

3. Imobilizado:	Taxa Anual de Deprec.	Custo Original	Deprec. Acum.	Valor Residual em 31/12/2018
Benfeit.em Imóveis terceiros	10%	4.741.292	3.502.977	1.238.315
Computadores e Periféricos	20%	1.509.997	1.235.494	274.503
Instalações/Equipamentos	10%	4.252.579	3.338.997	913.602
Moveis e Utensílios	10%	416.556	295.822	120.734
Totais		**10.920.423**	**8.373.269**	**2.547.154**

4. Demais Contas a Pagar:	2018	2017
Alugueis a pagar	542.045	541.205
Empréstimo Consignado	707	675
Totais	**542.751**	**541.880**

5. Outras Provisões:	2018	2017
Provisão de Reclamação Trabalhista	187.086	165.023
Provisão para Perda de Inventário	375.340	28.859
Provisão de PLR	53.530	24.724
Demais Provisões	102.636	164.327
Totais	**718.593**	**382.932**

6. Seguros: A Sociedade contratou seguros para proteção de seu patrimônio e riscos com produtos de terceiros, de acordo com características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos e os riscos a que estejam expostos, observando-se os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica. Os montantes são considerados suficientes pela Administração para a cobertura dos riscos envolvidos. **7. Receita Operacional Bruta:** No ano de 2010, buscando apresentar alternativas de soluções logísticas para seus clientes, a sociedade passou a operar com o modelo de armazém geral para clientes instalados fora da Zona Franca de Manaus, separando fisicamente suas instalações para atendimento dos dois modelos logísticos. As receitas de armazenagem apresentadas na demonstração de resultados está distribuída da seguinte forma:

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO		
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**2018**	**2017**
Resultado Líquido	(3.089.842)	(2.548.080)
(+) Depreciação e amortização	748.497	641.109
Clientes	(410.643)	(247.787)
Impostos a recuperar	1	139.363
Despesas antecipadas	61.070	(4.256)
Outros	91.258	(72.320)
Fornecedores	(1.083.289)	1.295.514
Salários e encargos sociais	(2.070)	(32.109)
Impostos a recolher	2.766	34.089
Provisão para férias e encargos	(57.490)	(22.716)
Outras Provisões	335.660	(241.150)
Demais contas a pagar	872	83.636
(=) Caixa Líquido das Atividades Operacionais	**(3.403.212)**	**(974.707)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Imobilizado	(358.654)	(464.468)
(=) Caixa Líquido das Ativ. de Investimentos	**(358.654)**	**(464.468)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento do capital social	3.000.000	1.000.000
(=) Caixa Líquido das ativ. de financiamentos	**3.000.000**	**1.000.000**
(=) Aumento ou redução de Caixa Líquido	**(761.865)**	**(439.175)**
Caixa mais equivalentes de caixas iniciais	709.883	1.149.059
Caixa mais equivalentes de caixas finais	**(51.982)**	**709.883**

Receitas c/clientes do Entreposto da Z.Franca de Manaus	R$ 681.422
Receitas c/clientes fora da Zona Franca de Manaus	R$ 12.931.904
Total	**R$ 13.613.326**

DIRETORIA: Ronaldo Fernandes da Silva - Diretora Administrativa
CONTADOR: Vilson da Conceição Silva - CRC 1SP143.198-S

Natura comandará a The Body Shop na AL

Comprada da francesa L'Oreal há dois anos, marca continuará independente

A Natura, multinacional brasileira de higiene e cosmética, assumirá em maio as operações da The Body Shop (TBS) na América Latina. Trata-se de uma nova etapa no processo de transformação da marca britânica comprada pela fabricante brasileira de cosméticos em 2017, informou a empresa nesta segunda-feira, sem dar muitos detalhes sobre como será essa operação.

Segundo a Natura, a estratégia de negócio da marca TBS para a América Latina inclui adaptação do portfólio global para as especificidades da região, com maior ênfase no segmento de fragrâncias e presentes, além da revisão do gerenciamento de processos da rede de lojas.

A mudança no comando das operações da TBS acontece em um momento no qual a Natura também dá continuidade ao plano de expansão de sua marca, criada em 1969. Na semana passada, uma nova loja foi inaugurada em Goiânia (GO) e outras sete estão previstas para este segundo trimestre.

"A ideia é aproveitar a estrutura da Natura em áreas como finanças, tecnologia e infraestrutura para proporcionar à The Body Shop um crescimento consistente na região", disse a diretora de varejo da Natura, Paula Andrade, que passará a liderar também a operação da marca britânica na América Latina.

"Teremos uma captura (de sinergias) importante na parte da produção", contou a executiva em entrevista à Reuters, sem detalhar valores, ressaltando, contudo, que as áreas centrais dos negócios serão mantidas separadas para que as marcas não se misturem. "Vamos preservar as identidades das marcas", acrescentou.

Negócio

A Natura anunciou em 2017 a compra de 100% da TBS, que pertencia à francesa L'Oreal, numa operação de cerca de 1 bilhão de euros. Segundo a executiva, o grande esforço de sinergia é o Brasil, principal mercado da Natura, em razão do tamanho e facilidade de crescimento. Ela acrescentou que México e Chile também são operações importantes. Ela admitiu que há possibilidade de crescer em outros países da região, mas que tal expansão não está prevista no curto prazo.

De acordo com Paula Andrade, a TBS tem ao redor de 160 operações na América Latina, contemplando modelos de lojas próprias, franquias e espaços dentro de lojas de departamento, além do comércio eletrônico e entre empresas (B2B).

A executiva não descartou que unidades na região sejam fechadas, citando o processo mais amplo de reestruturação global da rede com foco em rentabilidade de cada negócio. A estratégia resultou em 2018 no fechamento líquido de 62 lojas próprias, consideradas não rentáveis.

Resultados

Em fevereiro, a Natura anunciou que obteve lucro líquido consolidado de R$ 548,4 milhões em 2018, número que representa uma queda de 18,2% em relação ao lucro de R$ 670 milhões registrado em 2017. A geração de caixa medida pelo Ebitda (lucro antes juros, impostos, depreciação e amortização) atingiu R$ 1,846 bilhão, cifra 6% superior a 2017 e um pouco abaixo dos R$ 1,87 bilhão estimados pelo mercado.

Líder no Brasil no mercado de venda direta, a Natura possui mais de 30 lojas próprias no país e oito lojas no exterior, em Paris, Nova York, Buenos Aires e Santiago. Em 2018, a empresa inaugurou sua 100ª franquia "Aqui tem Natura", modelo de negócio que fortalece o empreendedorismo das Consultoras de Beleza Natura. As lojas "Aqui tem Natura" estão presentes nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Goiás, Ceará, Bahia e Santa Catarina.

Fundo do Itaú paga por parte minoritária da Wiser Educação R$ 200 mi

A holding Wiser Educação conseguiu aporte de R$ 200 milhões do fundo Kinea Investimentos, do Itaú Unibanco, que comprou participação minoritária na empresa. O negócio passará ainda pela avaliação de órgãos reguladores. A venda foi anunciada nesta segunda-feira pelos empresários Flávio Augusto da Silva e Carlos Wizarda Martins - principais acionistas da holding. O grupo de educação - que conta com as marcas WiseUp, Number One o meu-Sucesso.com e Buzz Editora - tem 420 escolas de idiomas, frequentadas anualmente por mais de 120 mil alunos no Brasil.

Com a transação, a companhia continua sob o controle do fundador da WiseUp, Flávio Augusto da Silva, que assume a Presidência do Conselho de Administração e vai indicar três conselheiros. Charles Martins, um representante do Kinea e um conselheiro independente vão compor o Conselho.

Principal marca da Wiser, a WiseUp, conta com 300 unidades em todo o Brasil atendendo mais de 95 mil alunos. A NumberOne, rede mineira fundada em 1972 e adquirida pela Wiser em junho de 2017, tem 120 escolas e 25 mil alunos. Nos últimos 18 meses, só a divisão de escolas de inglês inaugurou 60 novas escolas no Brasil. Com a entrada do Kinea como sócio, o plano do grupo é atingir a marca de 1000 unidades até%3&Bacute; 2022, através de crescimento orgânico e aquisições.

A Kinea é uma empresa de investimentos alternativos, fundada em 2007 pelo Itaú Unibanco e sócios executivos. Atua em três classes de investimentos: Hedge Funds (fundos multimercados e de ações), Imobiliário (incorporação, renda imobiliária ou recebíveis imobiliários) e Private Equity.

"A entrada do Kinea reforça nosso posicionamento e nossa estratégia de consolidação do mercado de ensino de idiomas", afirma Flavio Augusto, presidente do Conselho da holding. Para Carlos Wizard, o setor de ensino de idiomas ainda apresenta grande potencial de crescimento. "Este mercado é amplo e pulverizado, com crescimento constante ano a ano. Nossa meta é liderar o setor em pouco tempo". Já a Kinea investiu na Wiser Educação pela qualidade da de gestão e pelas altas taxas de crescimento nos últimos

---

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE TERRENOS
CNPJ/MF 10.775.765/0001-57 - NIRE 33.3.0029284-5
Edital de Convocação: Ficam convocados os Srs. acionistas a se reunirem em AGO, que se realizará às 9h, do dia 26.04.2019, na Sede Social localizada na rua Teófilo Otoni, nº 15, para decidirem sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31.12.15, 31.12.16, 31.12.17 e 31.12.18; **(ii)** Deliberar sobre a destinação do resultado dos períodos; **(iii)** Eleição/ Reeleição dos membros da Diretoria; **(iv)** Deliberar sobre a remuneração dos Administradores. RJ, 08/04/2019. Rogério Luiz Lima Figueira – Diretor Presidente.

COMARCA DA CAPITAL
JUÍZO DE DIREITO DA 02ª VARA CÍVEL
REGIONAL DE JACAREPAGUÁ/RJ.
EDITAL DE INTIMAÇÃO, com o prazo de 20(vinte) dias. O MM Juiz de Direito, Dr (a) Marcelo Nobre de Almeida - Juiz Titular do Cartório da 2ª Vara Cível da Regional de Jacarepaguá, RJ, FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo, que funciona a Rua Profª Francisca Piragibe 80 - Fórum CEP: 22710-195 - Taquara - Rio de Janeiro - RJ e-mail: jpa02vciv@tjrj.jus.br, tramitam os autos da Ação de Procedimento Sumário - Despesas Condominiais - Processo nº 0019277-29.2007.8.19.0203, movida por CONDOMINIO RESIDENCIAL GEMINIANO DE GÓIS em face de SILVANA MARIA GOMES RIBEIRO E CAMILLA LACERDA DE PÁDUA. Que pelo mesmo **INTIMA CAMILA LACERDA DE PÁDUA - CPF 092.060.217-70**, que se encontram em lugar incerto e desconhecido, da designação dos Leilões Públicos que serão realizados nos dias **08/05/2019 e 15/05/2019, às 13:00 horas**, no Átrio do Fórum desta Regional, para venda em **1º e 2º Leilão respectivamente** pelo Leiloeiro Gustavo Portella Lourenço, o imóvel penhorado e avaliado no supra citado autos. RJ, 03/04/2019. Eu, Juliana dos Santos Gomes – Chefe da Serventia - Matr. 01/30117, o subscrevo.

JUÍZO DE DIREITO DA 42ª VARA CÍVEL
COMARCA DA CAPITAL/RJ.
EDITAL de 1º e 2º PÚBLICO LEILÃO PRESENCIAL E INTIMAÇÃO, com prazo de 05 (cinco) dias, extraído dos autos da Ação de Cobrança de Cotas Condominiais proposta pelo CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO BRAZ CUBAS em face do ESPÓLIO DE ALAOR RODRIGUES DE SOUZA E OUTROS - Processo nº. 0129745-26.2003.8.19.0001, passado na forma abaixo: A DRA. KATIA CILENE DA HORA MACHADO BUGARIM - Juíza de Direito Titular da Vara acima, FAZ SABER aos que o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, especialmente o **ESPÓLIO DE ALAOR RODRIGUES DE SOUZA; na pessoa dos seus HERDEIROS E/ OU SUCESSORES MARCO AURÉLIO RODRIGUES DE SOUZA; ANTÔNIO CARLOS RODRIGUES DE SOUZA, Á MEEIRA NILZA RIBAS DE SOUZA e o ESPÓLIO DE SIDNEY RODRIGUES DE SOUZA, bem como à DEFENSORIA PÚBLICA, na forma do Art. 889 - Inciso I, §Único do CPC,** que no dia **25/04/2019**, às 14:00 horas, no Átrio do Fórum da Capital, à Av. Erasmo Braga, n°115, Térreo, (Hall dos Elevadores), Castelo/RJ., pelo Leiloeiro Público GUSTAVO PORTELLA LOURENÇO, disponível no sítio: www.gustavoleiloeiro.lel.br, e www.sindicatodosleiloeirosrj.com.br, será vendido acima da avaliação, ou no dia **30/04/2019**, pela melhor oferta, 50% do valor da avaliação o **DIREITO E AÇÃO** ao **APARTAMENTO 302 DO EDIFÍCIO SITUADO NA AVENIDA PRADO JUNIOR N° 307, COPACABANA/RJ, FOREIRO A MUNICIPALIDADE,** com a fração de 12,001618 e **uma vaga na garagem** com a fração de 2,321618 do terreno. Avaliação: **R$ 843.225,00 (Oitocentos e quarenta e três mil, duzentos e vinte cinco reais).** Conforme certidão do 05º RGI - matriculado sob o nº. 107.182, descrito como Apto. nº. 302, do edifício situado na Av. Prado Junior nº. 307, FOREIRO A MUNICIPALIDADE, com a fração de 12,00/618 e uma vaga na garagem com a fração de 2,32/618 do terreno, registrado em nome de Albertina Peixoto Guerrelhas, assistida por seu marido Herculano Guerrelhas; **AV.01 – PROMESSA DE VENDA:** acha-se prometido a venda a ALAOR RODRIGUES DE SOUZA, desquitado; **R.02 PENHORA EM 1º GRAU:** 12ª VFP - Execução Fiscal nº. 2001.120.018745-4; **R.03 PENHORA EM 2º GRAU:** 12ª VFP – Execução Fiscal nº. 2002.120.002217-0; **R.04 PENHORA EM 3º GRAU:** 12ª VFP – Execução Fiscal nº. 2004.120.032292-3; **R.5 PENHORA EM 4º GRAU**: Oriunda da própria ação. **Debito de IPTU** no exercício de 1999 á 2019, total de **R$ 16.488,05 mais os acréscimos legais**. – **Taxa de Incêndio** de 2014 à **2017, total de R$ 373,54.** - A alienação será livre de ônus desde que, após a satisfação do crédito executado, o produto restante seja suficiente para quitar todas as dívidas, inclusive de condomínio e impostos incidentes sobre o bem, na forma do art.130, § Único do C.T.N c/c § 1º - artigo 908 do NCPC. Condição de pagamento: Arrematação à vista, acrescido de 5% de comissão ao Leiloeiro e ás Custas de Cartório de 1% até o máximo permitido. As certidões estão nos autos. Ficam os executados e credores por intermédio deste Edital, intimados do Leilão Público Presencial, na forma do Art. 889 e seus incisos do CPC. E para que cheque ao conhecimento de todos os interessados foi expedido o presente, que será publicado através do site de leilões on-line: **www.gustavoleiloeiro.lel.br e www.sindicatodosleiloeirosrj.com.b**r, de acordo com o Art. 887, § 2º e 3º do CPC. Rio, 29/03/2019. Eu, Marcelo Araújo Viveiros Alves – Substituto do Chefe da Serventia – mat. 01/27876, o subscrevo.

EDITAL DE
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, com CNPJ sob o nº **33.094.269/0001-33**, por sua presidente abaixo assinado e no uso de suas atribuições legais e estatutárias, CONVOCA a todos os empregados bancários, associados ou não, que prestam serviços no Conglomerado Alfa S/A (Banco Alfa S/A; Banco Alfa de Investimento S/A; e Financeira Alfa S/A – CFI) , da base territorial deste município, para a Assembléia Geral Extraordinária que se realizará dia 17 de abril de 2019, às 10:00 h, em primeira convocação, e às 10:30 h, em segunda convocação, no endereço à Avenida Rio Branco, nº 99, Centro Rio de Janeiro – RJ, para apreciação da seguinte ordem do dia: **1) Discussão e deliberação acerca de Acordo Coletivo de Trabalho que dispõe sobre o Sistema Alternativo Eletrônico de Controle de Jornada de Trabalho, com vigência de dois anos retroativo a 04 de janeiro de 2019.** Rio de Janeiro, 16 de abril de 2019.
ADRIANA DA SILVA NALESSO
- Presidente -

NBCUniversal Networks International Brasil Programadora S.A.
CNPJ/MF nº 01.253.766/0001-40 - NIRE 33.3.003.0259-0
Ata da AGO: Local, data e hora: Na sede da **NBCUniversal Networks International Brasil Programadora S.A.** (a "**Cia.**"), localizada na Av. das Américas, 1.650, Bloco 4, salas 201, 202, 203, 204, 228, 229, 230, 231, 232 e 233, Barra da Tijuca, CEP 22640-101, RJ/RJ, no dia 30/03/2019, às 10h. **Mesa:** Alberto Carlos Pecegueiro do Amaral - Presidente da Mesa; e Marcelo Scalzo – Secretário da Mesa. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de Acionistas representando a totalidade do capital social da Cia., na forma do §4º do art. 124 da Lei 6.404/76, conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Cia.. **Deliberações tomadas por unanimidade de votos dos acionistas:** Instalada a Assembleia, após discutir e votar a ordem do dia, a totalidade dos Acionistas da Cia. decidiu por unanimidade e sem ressalvas: **1.** Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia na forma sumária, nos termos do § 1º do art. 130 da Lei nº 6.404/76. **2.** Apreciar e aprovar o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, assim como as demais DFs da Cia., referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2018, que foram publicados no DOERJ e no jornal Monitor Mercantil no dia 29/03/2019. **3.** Tendo em vista a apuração de lucro no exercício social encerrado em 31/12/2018, no valor total de R$70.696.561,22, que somado ao valor dos JCP relativo ao exercício social de 2018, totaliza o valor de R$71.993.695,82, aprovam os Acionistas as seguintes deliberações: **3.1** Com relação aos JCP relativos ao exercício social de 2018, no valor total de R$1.297.134,60, já distribuídos aos Acionistas na proporção de suas participações societárias, conforme previamente aprovado na AGE da Cia. realizada no dia 10/12/2018, outorgam os Acionistas, neste ato, a mais ampla e irrestrita quitação à Cia.; **3.2** Com relação a parte do lucro relativo ao exercício social de 2018, correspondente ao valor de R$70.696.561,22, aprovam os Acionistas, neste ato, sua destinação a título de dividendos, na forma do art. 20, item (b) do Estatuto Social, a ser distribuído aos Acionistas, na proporção de suas participações societárias, conforme segue: **Acionistas / % / R$:** GLOBOSAT PROGRAMADORA LTDA. / 47,5 % / 33.580.866,58; USA BRASIL HOLDINGS L.L.C / 52,5 % / 37.115.694,64; Total a ser distribuído / 100,0 % / R$70.696.561,22. **3.3** Consignam ainda os Acionistas que não será constituída reserva legal, tendo em vista o atingimento de seu limite legal e estatutário, determinando também que não será constituída reserva operacional por decisão unânime dos Acionistas da Cia.. **4.** Aprovar a remuneração anual global dos membros da Diretoria para o presente exercício social no valor de R$1.319.760,00. **Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, a Assembleia foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual depois de então ser lida e aprovada, foi assinada por todas as partes presentes à Assembleia. RJ, 30/03/2019. Alberto Carlos Pecegueiro do Amaral - Presidente; Marcelo Scalzo - Secretário. **Acionistas Presentes: GLOBOSAT PROGRAMADORA LTDA.** Alberto Carlos Pecegueiro do Amaral - Diretor; Roberto Pereira Primo - Diretor. **USA BRASIL HOLDINGS L.L.C.:** Fabio Monteiro Marques - Procurador. Jucerja nº 3574179 em 08/04/2019.

PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - ÁREA ESTENDIDA

Pelo presente edital ficam convocados todos os professores da Educação Básica (Educação infantil, ensino fundamental e médio), com exercício do magistério nas escolas, bem como nos estabelecimentos ou nas instituições de ensino deste segmento, nos municípios de Itaguaí, Seropédica e Paracambi, associados ou não ao Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região - Sinpro-Rio, a comparecerem à Assembleia Setorial Extraordinária que se realizará no dia 27 de abril de 2019, às 10h em primeira convocação e às 10h30, em segunda e última convocação, no auditório da Subsede do Sindicato dos Professores, sito na Rua Manaí, 180 - Campo Grande, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

1- aprovação da pauta de reivindicações a ser encaminhada à direção do Sindicato dos Estabelecimento de Ensino do Estado do Rio de Janeiro - Sinepe, com vistas à abertura do processo de negociação coletiva para a data-base de 2019;
2- deliberar, dentre os itens da pauta, sobre contribuição de natureza assistencial ao Sindicato, autorizando seu desconto em folha;
3- autorizar a diretoria a promover o processo de negociação coletiva, celebrar convenção coletiva, bem como autorizar a adoção de medidas judiciais para preservação da data-base por meio da instauração de protesto judicial e Dissídio Coletivo, podendo celebrar acordo no Dissídio;
4- discutir e decidir sobre aspectos da campanha salarial e formas de convencimento para o bom desenvolvimento do processo negocial;
5- outros assuntos ligados à negociação coletiva correspondente à data-base.

Esta convocação é feita na forma do estatuto da entidade, notadamente quanto ao quorum de deliberação.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 2019
Oswaldo Teles - Presidente

SinproRio

EDITAL DE
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, com CNPJ sob o nº 33.094.269/0001-33, por sua presidenta abaixo assinada e no uso de suas atribuições legais e estatutárias, **CONVOCA** a todos os empregados da Banco Brasil Plural S/A, da base territorial deste município, para a Assembléia Geral Extraordinária que se realizará dia 17 de abril de 2019, às 14:00 h, em primeira convocação, e às 14:30 h, em segunda convocação, no endereço à Praia de Botafogo, nº 228 – 9º andar, Edifício Argentina, Botafogo, para apreciação da seguinte ordem do dia: **1) discussão e deliberação a cerca da proposta de Acordo Coletivo de Participação nos lucros ou resultados no exercício 2019;** Rio de Janeiro, 16 de abril de 2019.
ADRIANA DA SILVA NALESSO
- Presidenta -

RIOCENTRO S.A - CENTRO DE FEIRAS, EXPOSIÇÕES E CONGRESSOS DO RIO DE JANEIRO
CNPJ nº 42.587.568/0001-09 - NIRE 33.3.0007331-1
EDITAL DE CONVOCAÇÃO.
Ficam convocados os acionistas do RIOCENTRO S.A – CENTRO DE FEIRAS EXPOSIÇÕES E CONGRESSOS DO RIO DE JANEIRO para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária no dia 29 de abril de 2019, às 14 horas, na Rua Maia de Lacerda, 157 – 4º andar – Estácio, Rio de Janeiro, RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1) Relatório de Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2018; 2) Eleição dos Conselhos de Administração e Fiscal; 3) Honorários dos Conselhos de Administração e Fiscal; 4) Honorários de Diretoria; 5) Aprovação da Proposta Orçamentária 2019. RJ/RJ, 12/04/2019.
Ricardo Trindade Corrêa
Presidente do Conselho de Administração.

LITEL PARTICIPAÇÕES S.A. - Cia Aberta
CNPJ Nº 00.743.065/0001-27 - NIRE Nº 33300161899
Convocação: Ficam convocados os senhores acionistas da Litel Participações S.A. a comparecer na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 30/04/2019, às 10h, na sede social da Cia, na Rua da Assembleia, nº 10, 37º andar, sala 3701 (parte), Centro, RJ – RJ, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I. Em AGO: 1.1)Apreciação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2018, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, em conformidade com as publicações efetivadas no Monitor Mercantil e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro no dia 05/04/2019; 1.2)Apreciação do Resultado do exercício findo em 31/12/2018 e destinação do Lucro Líquido do exercício; e, 1.3) Eleição dos membros para compor o Conselho de Administração da Companhia com mandato até a AGO a realizar-se em 2021. II. Em AGE: 1.4) Fixação da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2019. Arthur Prado Silva - Presidente do Conselho de Administração.

CELEO REDES TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ/MF Nº 31.001.230/0001-07 - NIRE: 33.3.0032764-9
Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real para Distribuição Pública com esforços restritos, da Celeo Redes Transmissora de Energia S.A. a ser realizada em 26 de abril de 2019. Ficam convocados os titulares das debêntures da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da **Celeo Redes Transmissora de Energia S.A.** ("Debenturistas", "Debêntures" e "Companhia", respectivamente), a reunirem-se em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos do artigo 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e da Cláusula 9 da Escritura de Emissão de Debêntures, celebrada em 13 de dezembro de 2018, entre a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.** ("Agente Fiduciário"), a **Celeo Redes Transmissão de Energia S.A.** ("CRTE"), a Celeo Redes Brasil S.A., Vila do Conde Transmissora de Energia S.A. e LT Triângulo Transmissora de Energia S.A., conforme aditada de tempos em tempos ("Escritura de Emissão"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia de 26 de abril de 2019, às 11:00 horas, na sede da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Câmara, nº 160, sala 1433, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia:** (i) vencimento ou não vencimento antecipado da Emissão, em razão do não envio tempestivo de cópia das demonstrações financeiras completas acompanhadas do relatório da administração e do parecer de auditoria ou relatório de revisão especial dos auditores independentes conforme previsto na Escritura de Emissão e, caso aprovado o não vencimento, aprovar ou não a concessão de prazo adicional para o cumprimento das obrigações descritas na cláusula 7.1. (i) (a) da Escritura de Emissão, referentes ao envio no prazo de 90 dias após o termino do exercício social de 31 de dezembro de 2018 das referidas demonstrações financeiras; e (ii) autorização para o Agente Fiduciário, em conjunto com a Companhia, realizar todos os atos e assinar todos os documentos necessários ao cumprimento integral das deliberações objeto dos itens acima. A documentação relativa à ordem do dia acima está à disposição na sede da Companhia e na sede da Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Fiduciário") situada na Av. das Américas, 3.434, Bloco 07, Sala 201, Barra da Tijuca, CEP 22640-102. Os Debenturistas deverão se apresentar no endereço acima indicado portando os documentos que comprovem a titularidade das respectivas Debêntures. Eventuais instrumentos de mandato outorgados pelos Debenturistas para sua representação na Assembleia ora convocada deverão ser encaminhados ao Agente Fiduciário até 2 (dois) dias úteis antecedentes à sua realização através do e-mail ger2.agente@oliveiratrust.com.br, e as vias originais deverão ser entregues ao Agente Fiduciário, na data da Assembleia. Informações adicionais sobre a Assembleia ora convocada e a matéria constante da ordem do dia acima, podem ser obtidas junto à Emissora e/ou Agente Fiduciário. **Rio de Janeiro, 16 de abril de 2019. Celeo Redes Transmissão de Energia S.A.**

A!BODYTECH PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 07.737.623/0001-90

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	5.075	7.037	11.891	10.728
Contas a receber	4	40.937	44.702	70.108	68.255
Cheques em custódia	5	9.030	11.415	11.961	15.262
Impostos a recuperar	6	10.393	9.021	12.749	11.080
Derivativos		719	-	719	-
Outros		5.721	4.467	6.942	6.202
Total do ativo circulante		71.875	76.642	114.370	111.527
Ativo não circulante					
Títulos e valores mobiliários	3	717	1.018	2.262	2.475
Partes relacionadas	14	33.999	32.436	33.987	30.088
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	64.208	49.905	63.188	48.885
Depósitos judiciais		3.546	3.394	4.503	4.369
Investimento	7	114.930	110.310	-	-
Imobilizado líquido	8	246.011	273.522	379.224	394.789
Intangível	9	54.885	57.272	81.514	83.864
Outros		21	68	675	719
Total do ativo não circulante		518.317	527.925	565.353	565.189
Total do ativo		590.192	604.567	679.723	676.716

	Nota	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	49.196	114.275	53.436	120.511
Fornecedores		16.010	19.390	23.599	27.008
Obrigações trabalhistas		8.683	6.042	11.601	8.332
Obrigações tributárias	11	9.803	9.029	11.680	10.614
Obrigações tributárias parceladas	12	2.413	676	2.415	717
Derivativos		-	610	-	631
Serviços faturados e não executados	13	59.383	60.927	83.957	82.843
Partes relacionadas	14	11.557	6.503	2.766	2.485
Outros		7.503	6.643	10.218	8.659
Total do passivo circulante		164.548	224.095	199.672	261.800
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	249.048	191.006	251.644	193.620
Fornecedores		-	1.231	-	1.231
Obrigações tributárias parceladas	12	7.315	1.728	7.321	1.736
Provisão para contingências	15	1.397	1.599	1.898	1.764
Adiantamento para futuro aumento de capital		283	283	283	283
Outros		1.545	1.861	2.019	2.496
Total do passivo não circulante		259.588	197.708	263.165	201.130
Patrimônio líquido					
Capital social	12	285.542	285.542	285.542	285.542
Reservas de capital		55.674	55.674	55.674	55.674
Prejuízos acumulados		(175.160)	(158.452)	(175.160)	(158.452)
		166.056	182.764	166.056	182.764
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	50.830	31.022
Total do Patrimônio líquido		166.056	182.764	216.886	213.786
Total do passivo e patrimônio líquido		590.192	604.567	679.723	676.716

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Atribuível aos acionistas da Controladora							
	Reservas de capital							
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de ágio	Custos nas emissões da debêntures conversíveis	Prejuízos acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	285.542	21.550	40.168	(6.044)	(131.965)	209.251	22.379	231.630
Capital integralizado	-	-	-	-	-	-	5.705	5.705
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	-	(239)	(239)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(26.487)	(26.487)	3.177	(23.310)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	285.542	21.550	40.168	(6.044)	(158.452)	182.764	31.022	213.786
Capital integralizado	-	-	-	-	-	-	19.803	19.803
Perda no investimento	-	-	-	-	-	-	(2.378)	(2.378)
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	-	(2.841)	(2.841)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(16.708)	(16.708)	5.224	(11.484)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	285.542	21.550	40.168	(6.044)	(175.160)	166.056	50.830	216.886

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

1. Contexto operacional: A A!Bodytech Participações S.A. ("A!Bodytech" ou "Companhia" e conjuntamente com as suas controladas "Grupo") é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada no Rio de Janeiro - RJ. Foi constituída em 07 de novembro de 2005, tem como objetivo: (a) A exploração de atividades esportivas em geral, inclusive academias de ginástica, atletismo, musculação, natação e outras atividades e serviços afins, tais como sauna, salões de beleza, salões de massagem, salões de estética, cabeleireiros, bares e restaurantes. (b) A prestação de serviços de gestão e administração de academias de ginásticas e centros esportivos. (c) O licenciamento de marcas e patentes, inclusive de quaisquer espécies de material e vestuário esportivo. (d) A realização de eventos esportivos. (e) A realização de importações de bens e serviços relacionados às atividades da Companhia. (f) O exercício de outros negócios afins ou correlatos ao seu objeto social. (g) A participação no capital de outras sociedades de qualquer natureza ou tipo. Atualmente a Companhia e suas controladas estão presentes nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Distrito Federal, Rio Grande do Norte, Pará, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Maranhão, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Piauí e Paraná. Adicionalmente, a Companhia está presente em Alagoas, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Paraíba e Mato Grosso com operações de franquia. Situação econômico-financeira: No decorrer do exercício de 2018, as ações da administração da Companhia foram norteadas no sentido de: (i) inovar no desenvolvimento de serviços, produtos e programas, com o objetivo de ocupar a capacidade ociosa das academias, com destaque para (a) a consolidação dos planos para estudantes, (b) o lançamento de planos específicos para clientes com idade acima de 70 anos e para lojistas nos diversos shopping centers onde a Companhia tem operações, (c) o desenvolvimento de um projeto de academia especifico para o público infantil, entre outros; (ii) desenvolver uma cultura digital em todos os níveis para gerar ganhos de produtividade, aumento das vendas e melhoria de relacionamento com os clientes, com o desenvolvimento e lançamento do novo site e de um novo aplicativo IOS / Android; (iii) implementar ações que aumentem o engajamento de colaboradores, clientes e parceiros, com a consolidação do programa Member Get Member para clientes e o lançamento de programa semelhante para os personal trainers ambos completamente desenvolvidos para ambiente virtual, (iv) priorizar a redução do endividamento através da otimização dos investimentos e crescimento do EBITDA, com (a) a modernização de 15 academias contribuindo para o aumento da diversidade na oferta de serviços, (b) a inauguração de 2 novas academias com capital próprio, (c) a desmobilização de operações que apresentavam margem de contribuição negativa, com encerramento das atividades de 4 unidades da bandeira Formula, sendo 2 operações próprias e 2 operações franqueadas e (d) redução da operação de locação de equipamentos para franqueados com a venda dos equipamentos para os mesmos; (v) manter o foco e a gestão para que custos e despesas não evoluam acima da inflação, com destaque para (a) as ações desenvolvidas na área de gestão energética, com a aquisição de energia no mercado livre e a contratação para entrada no mercado de geração distribuída em 2019, (b) a renegociação de fornecedores com destaque para a adquirência de cartão de crédito e (c) a contínua renegociação dos contratos de aluguel. A estratégia adotada no decorrer de 2018, teve como objetivo adicional reforçar o posicionamento full service da companhia, gerando diferenciação e vantagem competitiva em relação a crescente concorrência de academias de baixo preço. Como resultado, em 2018, a Companhia (i) cresceu sua base de clientes ativos em 11,1%, (ii) expandiu suas receitas em 6,3%, (iii) aumentou a geração de caixa operacional (EBITDA) em 3,6%, e (iv) investiu na modernização das unidades atuais e em novas academias o valor de R$ 25.916, sendo R$ 12.825 por meio de aumento de capital de suas controladas. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta insuficiência de capital circulante de R$85.302 (R$150.273 em 2017), que, se deduzidos da conta de serviços faturados e não executados, substancialmente não exigíveis em caixa, tal insuficiência é reduzida para um capital circulante negativo de R$1.345 (capital circulante negativo de R$67.430 em 2017). A Companhia encerrou o exercício com 101 academias operando (103 academias em 2017), sendo, 68 próprias, 1 franquia BT, 29 franquias Fórmula Academia, além de 3 operações gerenciadas em clubes. A Administração acredita que a reestruturação de dívidas concluída em junho de 2018, aliada a redução das taxas básicas de juros da economia brasileira e as ações implementadas para recuperação da base de clientes e para adequação da base de custos, assegurará geração de caixa compatível com o serviço da dívida da Companhia. **2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis:** A autorização pela Administração para conclusão da preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas ocorreu em 02 de abril de 2019. Desta forma, estas demonstrações financeiras consideram eventos subsequentes que pudessem ter efeito sobre as mesmas até a referida data. **2.1. Base de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.12. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registros nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em prazo não superior a um ano. Consolidação: As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as seguintes empresas:

Controladas	2018	2017
BRDF Fitness Center Academia de Ginástica S.A.	61,13	63,33
Focus Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	83,3	83,3
Gama Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	64,99	70
RM Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	99,93	99,95
Bahia Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	80,55	75,24
BT01 Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	70	70
FHS Administração, Partipações e Serviços Ltda.	70	70
Nova Express Comércio, Empreendimentos e Participações Ltda.	99,9	99,9
Fórmula BRDF Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	99,9	99,9
Fórmula Tiju Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	52,02	70
Fórmula Bahia Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	-	100
Multione Fitness Ltda	100	100
BT02 Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	99	99

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que o controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são usualmente elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. A consolidação é feita a partir da data de aquisição de cada investida e tem como principais procedimentos: (i) a eliminação das transações realizadas entre as empresas consolidadas; e (ii) a eliminação das participações no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas. **2.2 Instrumentos financeiros:** Em relação à NBC TG 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, com aplicação a partir de 1º de janeiro de 2018, são abarcados, na Companhia, os seguintes itens patrimoniais: fundo de aplicação; créditos a receber de clientes; instrumentos financeiros derivativos; e contas corrente com relacionadas. Contabilmente, não houve alteração no tratamento dados a qualquer item, conforme detalhado a seguir: **Fundo de aplicação**: são valores de curto prazo, geralmente classificados como caixa e equivalente de caixa, uma vez que podem ser resgatados para fins de fluxo de caixa. Podem ainda ser classificados como depósitos judiciais, quando representam depósitos efetuados pela Companhia em garantia de algum processo judicial em que é parte. Em todos os casos. A mensuração ocorre pelo valor justo com contrapartida em conta de resultado (VJR), uma vez que no caso de caixa e equivalente de caixa são considerados, nos termos da NBC TG 48, como mantidos para negociação. No caso dos depósitos judiciais, não são mantidos para negociação presente, mas não houve a opção irrevogável de reconhecer pelo valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA). Portanto, transita pelo resultado (VJR). **Créditos a receber de clientes**: não possuem componentes de financiamento, uma vez que representam o valor acordado entre as parte, com vencimento médio de trinta dias, ou seja, não ultrapassa um exercício financeiro, não sendo aplicável também o cálculo de ajuste a valor presente. No tocante às perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, a Companhia já adota política de estimar suas perdas futuras. A política atual prevê que valores de clientes com atraso superior a 180 dias tendem a se tornar incobráveis, sendo, neste momento, reconhecidos as perdas de créditos. **Instrumentos financeiros derivativos:** são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz do hedge accounting, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido classificado como outros resultados abrangentes. Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de hedge afetar o resultado. Contas correntes com relacionadas: são ativos que possuem componentes de financiamento, uma vez que representam o valor acordado entre as partes, sendo aplicável taxa média de captação. A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa. Da mesma forma, a Companhia classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício. **2.4 Títulos e valores mobiliários:** A Companhia classifica suas aplicações financeiras na categoria de mantidos para negociação, considerando o propósito para qual o investimento foi adquirido. As aplicações financeiras mantidas para negociação são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros e variações monetárias, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. **2.5 Investimentos:** Os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras individuais. Os investimentos em controladas são eliminados para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos nas controladas são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada. O ágio relacionado com a controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) integrar o valor contábil do investimento na controlada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável. Para fins de demonstrações financeiras consolidadas, o ágio é reclassificado para o ativo intangível. A participação societária na controlada é demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro ou prejuízo líquido atribuível aos acionistas da controlada. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional em relação ao valor recuperável do investimento em sua investida. Quando ocorrer perda de influência significativa sobre a controlada, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da controlada no momento da perda de controle ou influência significativa e o valor justo do investimento remanescente resultados da venda. **2.6 Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. **2.7 Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Custos de empréstimos: Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. **2.8 Ajuste a valor presente:** A Companhia reconhece os ativos e passivos provenientes de operações de longo prazo, bem como operações relevantes de curto prazo, caso consideradas relevantes em relação ao capital de giro e as demonstrações financeiras como um todo, ajustadas ao valor presente. O desconto a valor presente toma por base as taxas básicas de juros praticadas pela Companhia no curso de suas operações e os prazos das referidas transações. **2.9 Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **2.10 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** Impostos correntes (lucro real): A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das demonstrações financeiras. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade, conforme o conceito descrito no Pronunciamento Técnico CPC 32 - Imposto sobre o lucro sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os seus correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, bem como sobre o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social apurados no exercício. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e a contribuição social diferidos forem realizados. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são mantidos pelos valores esperados de realização. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos apenas se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **2.11. Participação nos lucros de empregados e administradores:** A Companhia possui planos de benefícios a funcionários, na forma de participação nos lucros e planos de bônus e, quando aplicável, encontra-se reconhecido em resultado na rubrica "Despesas gerais e administrativas". A provisão e pagamento de bônus são baseados em meta de resultados anuais, devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. **2.12. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. *Estimativas e premissas:* As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir. a) *Valor justo de instrumentos financeiros:* Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. b) *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:* A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alteração nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. c) *Avaliação do valor recuperável de ativos:* A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos da Companhia com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de valor recuperável de seus ativos. Caso tais evidências sejam identificadas, realiza-se um cálculo do valor recuperável do ativo e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável constitui-se provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido do ativo ao seu valor recuperável, quando aplicável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. As premissas utilizadas para determinação dos valores dos ativos baseiam-se na avaliação ou na indicação de que o ativo registrado a valor contábil excede o seu valor recuperável. Essas indicações levam em consideração a obsolescên-

Demonstrações dos resultados Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	Nota	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Receita operacional líquida	17	293.780	281.808	413.653	389.097
Custo dos serviços prestados	17	(211.250)	(199.210)	(290.017)	(270.699)
Lucro bruto		82.530	82.598	123.636	118.398
Receitas (despesas) operacionais:					
Despesas comerciais	19	(9.302)	(8.001)	(12.148)	(10.278)
Despesas gerais e administrativas	17	(74.484)	(69.010)	(94.471)	(84.361)
Equivalência patrimonial		9.475	7.166	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	20	9	(2.394)	4.585	(2.308)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e do resultado de equivalência patrimonial		8.228	10.359	21.602	21.451
Despesas financeiras	18	(54.195)	(63.673)	(56.514)	(69.504)
Receitas financeiras	18	15.647	12.904	15.338	13.880
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		(30.320)	(40.410)	(19.574)	(34.173)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	21	13.612	13.923	8.090	10.863
Prejuízo líquido do exercício		(16.708)	(26.487)	(11.484)	(23.310)
Prejuízo líquido atribuído aos acionistas controladores		(16.708)	(26.487)	(16.708)	(26.487)
Prejuízo líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	5.224	3.177

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Prejuízo líquido do exercício	(16.708)	(26.487)	(11.484)	(23.310)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes	(16.708)	(26.487)	(11.484)	(23.310)
Total do resultado abrangente do exercício atribuível a				
Participação dos acionistas não controladores	-	-	5.224	3.177
Participação dos acionistas controladores	-	-	(16.708)	(26.487)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

Atividades operacionais	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Prejuízos antes do imposto de renda e contribuição social	(30.320)	(40.410)	(19.574)	(34.173)
Ajuste de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro antes do imposto com o fluxo de caixa				
Depreciação e amortização	37.178	35.406	50.466	48.127
Resultado da equivalência patrimonial	(9.475)	(7.166)	-	-
Ajuste no valor justo dos derivativos	(1.329)	680	(1.350)	659
Provisão para contingências	189	1.019	504	1.215
Ganho/perda com participações societárias	747	2.480	(2.378)	2.480
Juros e variação cambial de empréstimos e financiamentos e debêntures	37.596	44.816	38.912	47.252
IR/CS diferido	(691)	548	(6.213)	548
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.332	7.414	2.201	8.036
Baixas de imobilizados e investimentos	2.438	2.959	2.709	3.424
(Aumento) diminuição nas contas do ativo				
Contas a receber de clientes	4.818	13.690	(1.190)	13.160
Depósitos judiciais	(152)	(323)	(134)	(438)
Impostos a recuperar	(1.372)	(1.546)	(1.669)	(2.138)
Despesas antecipadas	527	(103)	(81)	(81)
Outras variações no ativo	(1.737)	1.735	(635)	(594)
Aumento (diminuição) nas contas do passivo				
Fornecedores	(4.611)	3.648	(4.203)	8.028
Juros pagos	(30.234)	(46.226)	(31.293)	(48.574)
Impostos, taxas e contribuições	8.098	3.807	8.349	(1.117)
Obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias	2.641	(5)	3.269	176
Serviços faturados e não prestados	(1.544)	-	1.114	-
Outras variações no passivo	153	(260)	993	(1.185)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	(503)
Fluxos de caixa líquido originado das (aplicado nas) atividades operacionais	14.252	22.163	39.797	44.302
Atividades de investimentos				
Títulos e valores mobiliários	301	1.859	213	1.248
Aquisições de imobilizado	(8.613)	(21.868)	(33.990)	(29.708)
Aquisições de intangível	(1.102)	(823)	(1.146)	(844)
Dividendos recebidos	4.458	1.125	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital nas investidas	(350)	(6.234)	-	-
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimentos	(5.306)	(25.941)	(34.923)	(29.304)
Atividades de financiamento				
Créditos com partes relacionadas	3.491	1.157	(3.899)	(9.536)
Captações de empréstimos e debêntures	27.500	26.000	32.500	31.000
Pagamentos de empréstimos	(41.899)	(31.036)	(49.170)	(49.885)
Distribuição de lucros	-	-	(2.841)	(2.294)
Aumento de capital e AFAC	-	(10)	19.803	5.270
Fluxo de caixa líquido originado (aplicação nas) de atividades de financiamento	(10.908)	(3.889)	(3.607)	(25.445)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	(1.962)	(7.667)	1.163	(10.447)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.037	14.704	10.728	21.175
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5.075	7.037	11.891	10.728

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

A!BODYTECH PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 07.737.623/0001-90

cia do ativo, a redução significativa e inesperada de seu valor de mercado, alteração no ambiente macro econômico em que a Companhia atua, e flutuação das taxas de juros que possam impactar os fluxos de caixa futuros das unidades geradoras de caixa. O principal ativo da Companhia que têm seus valores de recuperação anualmente testados no final de cada exercício social é o intangível com vida útil indefinida. d) *Arrendamento mercantil:* Arrendamento mercantil operacional: Arrendamentos mercantis para os quais a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis contingentes são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos. Arrendamento mercantil financeiro: Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.13. Apuração do resultado:** O resultado das operações (receitas, custo e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. Serviços faturados e não prestados correspondem aos pagamentos antecipados, cujos serviços não foram prestados. Os valores são apropriados para a receita na demonstração do resultado do exercício pela efetiva prestação do serviço. **2.14. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.15. Combinação de negócios:** Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na Empresa adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Adicionalmente, eventuais diferenças entre valores justos estimados e os efetivamente pagos serão ajustadas no resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de perdas do valor recuperável, se houver. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado às respectivas unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pela combinação. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar o ganho ou perda na alienação **2.16. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2). **2.17. Novas e interpretações novas e revisadas já emitidas e adotadas:** Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2018 pelo "International Accounting Standards Board – IASB", foram aplicados pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 9 (CPC 48)- Instrumentos Financeiros (i)	Em 2014, o IASB publicou em sua completude a IFRS 9 , a qual substitui em grande parte o IAS 39. A IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecimento e mensuração de ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra e venda de itens não financeiros, além de metodologia de redução ao valor recuperável "impairment", contabilização de "hedge", entre outros.	Aplicação em exercícios anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018, com alteração na classificação de seus ativos e passivos financeiros.
IFRS 15 (CPC 47) - Receita de Contratos com Clientes	A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016, e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS. A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. O Grupo planeja adotar a nova norma na data de vigência requerida com base no método retrospectivo completo.	A Companhia não identificou impactos significativos em comparação com as atuais normas de receitas em relação ao reconhecimento da receita exigidas pela IFRS.

(i) - A partir de 1° de janeiro de 2018 entrou em vigor o CPC 48 Instrumentos financeiros que introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros e substitui o modelo de "perda incorrida" do IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada.

	Classificação Anterior	Classificação de acordo com o CPC 48
Ativos:		
Caixa e Bancos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Titulos e valores mobiliários	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio de resultado
Instrumentos derivativos - ativo	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio de resultado
Cheques em custodia	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Conta corrente de empresas relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Instrumentos derivativos - passivo	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

Em vigor para períodos a incorrer em ou após 1º de janeiro de 2019

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 16 Arrendamento (vigencia a partir de 01/01/2019) (i)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 16 e entende que sua adoção provocará um impacto nas demonstrações financeiras.
Interpretação IFRIC 23 Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda (Vigência a partir de 01/01/2019)	A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre a renda quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afete a aplicação da IAS 12, e não se aplica a impostos ou exações alheias ao âmbito da IAS 12, nem inclui, de forma específica, as exigências relativas a juros e multas associadas a incertezas no tratamento aplicável aos tributos.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRIC 23 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

(i) CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos: A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 terá sobre as demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque: As novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que o Grupo apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Arrendamentos em que a Companhia é um arrendatário: A Companhia anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas. A Administração revisou todos os contratos de arrendamento das empresas do grupo e reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais de imóveis, veículos, máquinas e equipamentos, containers entre outros. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudará porque o Grupo reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A Companhia espera reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento de aproximadamente R$265.000, em 1º de janeiro de 2019. A natureza das despesas relacionadas a estes ativos e passivos de arrendamento mudará em relação ao modelo vigente até 31 de dezembro de 2018, uma vez que serão reconhecidas despesas de depreciação para os ativos e despesas de juros sobre os passivos. A Companhia pretende aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Os ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades serão mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor dos passivos de arrendamento no momento da adoção. Com a substituição da despesa linear de arrendamento operacional com o custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesas de juros sobre a obrigação de arrendamento, a Companhia conclui que a aplicação do CPC 06/IFRS 16, vai gerar um relevante aumento na sua divida financeira, e uma melhora do EBITDA e do fluxo de caixa operacional.

3. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
Descrição	2018	2017	2018	2017
Caixa e equivalente de caixa				
Caixa e bancos	**845**	4.386	**5.562**	7.399
Operações compromissadas			**656**	250
Certificados de depósitos bancários (CDB)	**4.230**	2.651	**5.673**	3.079
Total do caixa e equivalentes de caixa	**5.075**	7.037	**11.891**	10.728
Títulos e valores mobiliários				
Certificados de depósitos bancários (CDB)	**717**	1.018	**2.262**	2.475
Total dos títulos e valores mobiliários	**717**	1.018	**2.262**	2.475

As aplicações financeiras classificadas em equivalentes de caixa têm vencimentos inferiores a três meses contados da data de contratação ou possuem compromisso de recompra por parte das instituições financeiras, e os montantes classificados como títulos e valores mobiliários referem-se a títulos com vencimentos superiores a três meses, e são mantidos para negociação. As aplicações financeiras classificadas como títulos e valores mobiliários referem-se a certificados de depósito bancário (CDBs) e as operações compromissadas com lastro em debêntures, integralmente de instituições financeiras de primeira linha, são substancialmente remuneradas com base em 90% a 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A parcela registrada no ativo não circulante refere-se a aplicações financeiras utilizadas como garantia de reserva de liquidez da segunda e terceira emissão de debêntures e capital de giro.

4. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Mensalidades	**35.288**	36.959	**63.980**	60.286
Marketing	**283**	296	**103**	105
Royalties	**373**	454	**373**	454
Outras	**5.487**	7.541	**6.146**	7.958
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	**(494)**	(548)	**(494)**	(548)
Total	**40.937**	44.702	**70.108**	68.255

A análise de vencimento das contas a receber de clientes está representada na tabela abaixo;

	Controladora		Consolidado	
Faixas de vencimento	2018	2017	2018	2017
A vencer				
De 1 a 30 dias	**15.204**	16.983	**22.569**	23.548
De 31 a 60 dias	**3.307**	4.343	**7.183**	6.958
De 61 a 90 dias	**2.673**	1.299	**6.161**	3.376
De 91 a 180 dias	**5.713**	4.078	**12.552**	9.314
Mais de 180 dias	**8.742**	12.062	**14.474**	16.956
Vencidos (*)	**5.298**	5.937	**7.169**	8.103
Total	**40.937**	44.702	**70.108**	68.255

Parte dos títulos vencidos (23,4%) são títulos com vencimentos nos dias 28, 29, 30 e 31 de dezembro, que não foram pagos pelos bancos e pelas administradoras dos cartões de créditos em razão do feriado de final de ano. Em janeiro, fevereiro e março a Companhia realizou 60,8% do saldo total dos títulos vencidos. A Companhia tem como política baixar para a despesa os cheques devolvidos há mais de 180 dias para os quais não há mais expectativa de recebimento. No exercício de 2018 foi registrado uma perda de crédito no valor de R$1.332 (R$1.262 em 2017) e R$2.201 (R$1.585 em 2017) no consolidado. A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos seus créditos. A Companhia não tem histórico de problemas relevantes com recebimento de clientes, o que reforça a razoabilidade da reserva estimada pela Companhia. A movimentação das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldos no início do exercício	548	29
Constituição de PECLD	-	519
Valores recuperáveis	(54)	-
Saldos no final do exercício	**494**	**548**

5. Cheques em custódia: Correspondem aos cheques recebidos dos clientes decorrentes da venda dos planos e forma de pagamentos oferecidos (trimestral/semestral/anual). Os valores são realizados nos prazos de vencimento de cada parcela, mediante o depósito em conta bancária da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
Faixas de vencimento	2018	2017	2018	2017
A vencer				
De 1 a 30 dias	**1.695**	2.071	**2.290**	2.754
De 31 a 60 dias	**1.523**	1.880	**2.048**	2.503
De 61 a 90 dias	**1.167**	1.427	**1.565**	1.915
De 91 a 180 dias	**2.532**	3.257	**3.367**	4.360
Mais de 180 dias	**1.917**	2.581	**2.409**	3.452
Vencidos	**196**	199	**282**	278
Total	**9.030**	11.415	**11.961**	15.262

6. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
IRRF s/aplicações	**5.162**	4.416	**5.786**	4.916
Imposto de renda	**384**	371	**1.068**	1.022
Contribuição social	**152**	146	**448**	401
PIS	**69**	129	**94**	157
Cofins	**235**	374	**337**	436
Retenção Lei 10833/2003	**1.392**	1.028	**1.396**	1.032
Programa de regularização de impostos	**1.283**	1.436	1.500	1.642
Outros	**1.716**	1.121	2.120	1.474
Total	**10.393**	9.021	**12.749**	11.080

Os créditos de IRRF sobre aplicações financeiras são utilizados ao longo do ano quando apurado IR a recolher, ou compensados com outros tributos federais a partir do ano seguinte quando restar saldo a recuperar. Os créditos do Programa de Regularização de Impostos são basicamente pela adesão ao programa e desistência do PRT e adesão ao PERT. Que serão utilizados para futuros parcelamentos de débitos federais

7. Investimentos

	Controladora	
	2018	2017
Investimentos em controladas	90.269	85.649
ágio em subsidiárias	24.661	24.661
	114.930	110.310

Nas demonstrações contábeis consolidadas, o ágio (goodwill) fica registrado no subgrupo do Ativo Intangível por se referir à expectativa de rentabilidade da controlada adquirida, cujos ativos e passivos estão consolidados com os da controladora. Já no balanço individual da controladora, esse ágio fica no seu subgrupo de Investimentos, do mesmo grupo de Ativos Não Circulantes, porque, para a investidora, faz parte do seu investimento na aquisição da controlada, não sendo ativo intangível seu (como dito atrás, a expectativa de rentabilidade futura – o genuíno intangível – é da controlada). No consolidado todos os ágios são registrados como intangível.

Movimentação dos investimentos – Controladora

Investida	2017	Dividendos	Equivalência patrimonial	Ganho/ perda investimento	AFAC	2018
BRDF Fitness Center Academia de Ginástica S.A.	14.840	(2.751)	2.263	-	-	**14.352**
Focus Fitness Academia de Ginástica Ltda.	1.689	(667)	687	(104)	-	**1.605**
Nova Express Comércio e Equip. e Part. Ltda.	185	-	(60)	1	-	**126**
RM Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	15.586	-	1.134	(1.439)	-	**15.281**
Gama Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	17.394	-	2.121	652	-	**20.167**
Bahia Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	8.993	-	254	-	-	**9.247**
BT01 Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	2.612	-	(442)	-	350	**2.520**
FHS Adm. Participações e Serviços Ltda.	5.925	-	618	-	-	**6.543**
Fórmula BRDF Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	339	-	(1)	-	-	**338**
Fórmula Tiju Fitness Center Academia de Ginástica Ltda. (1)	13.472	(1.040)	2.965	143	-	**15.540**
Multione Fitness Ltda.	4.450	-	(155)	-	-	**4.295**
BT02 Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	164	-	91	-	-	255
Total	**85.649**	**(4.458)**	**9.475**	**(747)**	**350**	**90.269**

(1) Redução da participação societária de 70% para 52,02%, gerando um ganho devido a redução na participação dos prejuízos acumulados.

Investida	2016	Dividendos	Equivalência patrimonial	Ganho/ perda investimento	Redução de capital	AFAC	2017
BRDF Fitness Center Academia de Ginástica S.A. (1)	11.918	-	3.003	(81)	-	-	**14.840**
Focus Fitness Academia de Ginástica Ltda.	1.649	(1.125)	1.165	-	-	-	**1.689**
Nova Express Comércio e Equip. e Part. Ltda.	499	-	(314)	-	-	-	**185**
RM Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	16.480	-	1.160	(2.054)	-	-	**15.586**
Gama Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	15.965	-	1.429	-	-	-	**17.394**
Bahia Fitness Center Academia de Ginástica Ltda. (2)	6.819	-	162	(345)	-	2.357	**8.993**
BT01 Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	2.439	-	(515)	-	-	688	**2.612**
FHS Adm. Participações e Serviços Ltda.	5.185	-	740	-	-	-	**5.925**
Fórmula BRDF Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	338	-	(1)	-	-	2	**339**
Fórmula Tiju Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	8.571	-	1.146	-	-	3.755	**13.472**
Multione Fitness Ltda.	5.991	-	(941)	-	(600)	-	**4.450**
BT02 Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	-	-	132	-	-	32	**164**
Total	**75.584**	**(1.125)**	**7.166**	**(2.480)**	**(600)**	**6.834**	**85.649**

(1) Redução da participação societária de 64,3% para 61,13%, gerando uma perda devido a redução na participação dos lucros acumulados. (2) Aumento da participação societária de 70% para 75,24%, gerando uma perda devido ao aumento na participação dos prejuízos acumulados. Informações relevantes sobre os investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

Investida	Participação percentual	Total de ativos	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo)
BRDF Fitness Center Academia de Ginástica S.A.	61,13	45.759	18.143	23.447	35.851	3.702
Focus Fitness Academia de Ginástica Ltda.	83,30	4.282	1.900	1.928	8.183	825
Gama Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	64,99	40.130	29.896	31.030	19.583	3.205
RM Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	99,93	17.759	14.497	15.291	7.541	1.135
Bahia Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	80,55	13.416	10.989	11.478	7.931	315
BT01 Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	70,00	4.426	6.575	3.599	2.139	(631)
FHS Adm. Participações e Serviços Ltda.	70,00	17.463	4.919	9.347	9.841	883
Nova Express Comércio e Equip. e Part. Ltda.	99,90	5.348	1.055	126	3.388	(61)
Fórmula BRDF Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	99,90	339	10	339	-	(1)
Fórmula Tiju Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	52,02	38.663	27.764	29.868	25.658	5.495
Multione Fitness Ltda.	100,00	5.398	5.540	4.295	4.276	(155)
BT02 Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	99,00	2.716	6.000	259	31.725	92

O teste de recuperação dos ativos foi aplicado individualmente para cada controlada de acordo com CPC 01, que leva em consideração o fluxo de caixa descontado de cada unidade geradora de caixa, que corresponde a cada uma das academias. Como resultado dessa análise, a Companhia não identificou perda na deterioração dos ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

8. Imobilizado

Controladora Descrição	% taxa de depreciação anual	Saldo em 2017	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 2018
Custo						
Computadores e periféricos	20	11.859	657	-	(57)	12.469
Máquinas e equipamentos	10	13.613	725	-	(65)	14.273
Móveis e utensílios	10	13.278	294	-	(103)	13.469
Bicicletas, aparelhos de musculação	20	96.581	900	-	(7.051)	90.430
Veículos	20	45	-	-	-	45
Esteiras	20	1.131	-	-	(51)	1.080
Equipamentos de ginásticas olímpicas	20	8.177	331	-	(6)	8.502
Equipamentos médicos	10	2.383	37	-	-	2.420
Instalações	10	31.100	1.034	-	-	32.134
Importação em andamento	10	166	28	-	-	194
Outros	20	751	18	-	-	769
Construção em andamento	-	10.218	187	(166)	(53)	10.186
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5	309.903	4.402	166	(23)	314.448
		499.205	8.613	-	(7.409)	500.419
Depreciação						
Computadores e periféricos		(8.670)	(1.433)	-	56	(10.047)
Máquinas e equipamentos		(7.239)	(1.260)	-	33	(8.466)
Móveis e utensílios		(7.938)	(1.093)	-	70	(8.961)
Bicicletas, aparelhos de musculação		(55.953)	(9.988)	-	4.749	(61.192)
Veículos		(45)	-	-	-	(45)
Esteiras		(1.046)	(34)	-	51	(1.029)
Equipamentos de ginásticas olímpicas		(3.812)	(1.012)	-	3	(4.821)
Equipamentos médicos		(1.900)	(275)	-	-	(2.175)
Instalações		(13.973)	(3.148)	-	-	(17.121)
Outros		(567)	(32)	-	-	(599)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(124.540)	(15.421)	-	9	(139.952)
		(225.683)	(33.696)	-	4.971	(254.408)
Imobilizado líquido		**273.522**	**(25.083)**	**10**	**(2.438)**	**246.011**

Controladora Descrição	% taxa de depreciação anual	Saldo em 2016	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 2017
Custo						
Computadores e periféricos	20	11.048	1.098	-	(287)	11.859
Máquinas e equipamentos	10	12.922	751	-	(60)	13.613
Móveis e utensílios	10	12.962	508	-	(192)	13.278
Bicicletas, aparelhos de musculação	20	97.388	5.249	13	(6.069)	96.581
Veículos	20	45	-	-	-	45
Esteiras	20	1.131	-	-	-	1.131
Equipamentos de ginásticas olímpicas	20	6.734	1.453	-	(10)	8.177
Equipamentos médicos	10	2.376	12	-	(5)	2.383
Instalações	10	29.514	1.624	-	(38)	31.100
Importação em andamento	10	64	115	(13)	-	166
Outros	20	751	-	-	-	751
Construção em andamento	-	10.370	212	(364)	-	10.218
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5	298.240	11.300	364	(1)	309.903
		483.545	22.322	-	(6.662)	499.205
Depreciação						
Computadores e periféricos		(7.362)	(1.584)	-	276	(8.670)
Máquinas e equipamentos		(6.010)	(1.260)	-	31	(7.239)
Móveis e utensílios		(6.909)	(1.143)	-	114	(7.938)
Bicicletas, aparelhos de musculação		(48.781)	(10.419)	-	3.247	(55.953)
Veículos		(44)	(1)	-	-	(45)
Esteiras		(996)	(50)	-	-	(1.046)
Equipamentos de ginásticas olímpicas		(2.985)	(837)	-	10	(3.812)
Equipamentos médicos		(1.540)	(365)	-	5	(1.900)
Instalações		(11.176)	(2.817)	-	20	(13.973)
Outros		(532)	(35)	-	-	(567)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(112.354)	(12.187)	-	1	(124.540)
		(198.689)	(30.698)	-	3.704	(225.683)
Imobilizado líquido		**284.856**	**(8.376)**	**-**	**(2.958)**	**273.522**

Consolidado Descrição	taxa de depreciação anual	Saldo em 2017	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 2018
Custo						
Terrenos	-	8.109	-	-		8.109
Computadores e penféncos	20	15.867	1.390	34	(57)	17.234
Máquinas e equpamentos	10	18.895	3.393	1.653	(110)	20.525
Móveis e utensfcos	10	18.154	638	109	(106)	18.795
Bicicletas, aparelhos de musculação	20	129.102	4.492	1.665	(7.769)	127.490
Veículos	20	55	-	-	-	55
Esteiras	20	1.303	-	-	(51)	1.252
Equpamentos de ginásticas olímpicas	20	11.870	798	298	(9)	12.957
Equpamentos médicos	10	3.377	146	121	-	3.644
RM Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	20	16.480	-	1.160	(2.054)	**15.586**
Gama Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	20	15.965	-	1.429	-	**17.394**
Bahia Fitness Center Academia de Ginástica Ltda. (2)	20	6.819	-	162	(345)	**8.993**
BT01 Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	20	2.439	-	(515)	-	**2.612**
FHS Adm. Participações e Serviços Ltda.	20	5.185	-	740	-	**5.925**
Fórmula BRDF Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	20	338	-	(1)	-	**339**
Fórmula Tiju Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	20	8.571	-	1.146	-	**13.472**
Multione Fitness Ltda.	20	5.991	-	(941)	-	**4.450**
BT02 Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	20	-	-	132	-	**164**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5	309.903	4.402	166	(23)	314.448
		499.205	8.613	-	(7.409)	500.419
Depreciação						
Computadores e periféricos		(8.670)	(1.433)	-	56	(10.047)
Máquinas e equipamentos		(7.239)	(1.260)	-	33	(8.466)
Móveis e utensílios		(7.938)	(1.093)	-	70	(8.961)
Bicicletas, aparelhos de musculação		(55.953)	(9.988)	-	4.749	(61.192)
Veículos		(45)	-	-	-	(45)
Esteiras		(1.046)	(34)	-	51	(1.029)
Equipamentos de ginásticas olímpicas		(3.812)	(1.012)	-	3	(4.821)
Equipamentos médicos		(1.900)	(275)	-	-	(2.175)
Instalações		(13.973)	(3.148)	-	-	(17.121)
Outros		(567)	(32)	-	-	(599)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(124.540)	(15.421)	-	9	(139.952)
		(225.683)	(33.696)	-	4.971	(254.408)
Imobilizado líquido		**273.522**	**(25.083)**	**10**	**(2.438)**	**246.011**

Consolidado Descrição	taxa de depreciação anual	Saldo em 2016	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 2017
Custo						
Terrenos	-	8.109	-	-		8.109
Computadores e periféricos	20	11.048	1.098	-	(287)	11.859
Máquinas e equipamentos	10	12.922	751	-	(60)	13.613
Móveis e utensílios	10	12.962	508	-	(192)	13.278
Bicicletas, aparelhos de musculação	20	97.388	5.249	13	(6.069)	96.581
Veículos	20	45	-	-	-	45
Esteiras	20	1.131	-	-	-	1.131
Equipamentos de ginásticas olímpicas	20	6.734	1.453	-	(10)	8.177
Equipamentos médicos	10	2.376	12	-	(5)	2.383
Instalações	10	29.514	1.624	-	(38)	31.100
Importação em andamento	10	64	115	(13)	-	166
Outros	20	751	-	-	-	751
Construção em andamento	-	10.370	212	(364)	-	10.218
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5	298.240	11.300	364	(1)	309.903
		483.545	22.322	-	(6.662)	499.205
Depreciação						
Computadores e periféricos		(7.362)	(1.584)	-	276	(8.670)
Máquinas e equipamentos		(6.010)	(1.260)	-	31	(7.239)
Móveis e utensílios		(6.909)	(1.143)	-	114	(7.938)
Bicicletas, aparelhos de musculação		(48.781)	(10.419)	-	3.247	(55.953)
Veículos		(44)	(1)	-	-	(45)
Esteiras		(996)	(50)	-	-	(1.046)
Equipamentos de ginásticas olímpicas		(2.985)	(837)	-	10	(3.812)
Equipamentos médicos		(1.540)	(365)	-	5	(1.900)
Instalações		(11.176)	(2.817)	-	20	(13.973)
Outros		(532)	(35)	-	-	(567)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(112.354)	(12.187)	-	1	(124.540)
		(198.689)	(30.698)	-	3.704	(225.683)
Imobilizado líquido		**284.856**	**(8.376)**	**-**	**(2.958)**	**273.522**

A!BODYTECH PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 07.737.623/0001-90

Equipamentos de comunicação	10	4	-	-	-	4
Instalações	10	43.661	2.207	317	-	46.185
Importação em andamento	10	167	28	-	-	195
Outros	20	1.078	43	13	-	1.108
Construção em andamento	-	12.358	4.014	4.502	(54)	11.814
Benfeitorias em móveis de terceros	5	444.261	17.800	3.624	(25)	465.652
		708.261	34.949	-	(8.181)	735.019
Depreciação						
Computadores e periféncos		(11.563)	(2.000)	(2)	56	(13.509)
Máquinas e equipamentos		(10.056)	(1.928)	168	52	(11.764)
Móveis e utensílios		(10.529)	(1.535)	(2)	72	(11.994)
Bicicletas, aparelhos de musculação		(75.449)	(14.175)	(115)	5.332	(84.407)
Veículos		(55)	-	-	-	(55)
Esteras		(1.216)	(34)	-	51	(1.199)
Equipamentos de ginásticas olímpicas		(5.924)	(1.526)	(32)	3	(7.479)
Equipamentos médicos		(2.730)	(403)	(16)	-	(3.149)
Equipamentos de comunicação		(3)	(1)	-	-	(4)
instalações		(19.252)	(4.382)	(1)	-	(23.635)
Outros		(744)	(52)	-	-	(796)
Benfeitorias em móveis de terceiros		(175.951)	(21.871)	-	18	(197.804)
		(313.472)	(47.907)	-	5.584	(355.795)
Imobilizado liquido		394.789	(12.958)		(2.597)	379.224

Consolidado

Descrição	% taxa de depreciação anual	Saldo em 2016	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 2017
Custo						
Terrenos	-	8.109	-	-	-	8.109
Computadores e periféricos	20	14.626	1.616	-	(375)	15.867
Máquinas e equipamentos	10	18.119	1.016	-	(240)	18.895
Móveis e utensílios	10	17.836	628	-	(310)	18.154
Bicicletas, aparelhos de musculação	20	127.725	8.807	13	(7.443)	129.102
Veículos	20	55	-	-	-	55
Esteiras	20	1.303	-	-	-	1.303
Equipamentos de ginásticas olímpicas	20	10.038	1.860	-	(28)	11.870
Equipamentos médicos	10	3.328	66	-	(17)	3.377
Equipamentos de comunicação	10	4	-	-	-	4
Instalações	10	41.543	2.181	-	(63)	43.661
Importação em andamento	10	65	115	(13)	-	167
Outros	20	1.078	-	-	-	1.078
Construção em andamento	-	12.049	945	(636)	-	12.358
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5	430.925	12.701	636	(1)	444.261
		686.803	29.935	-	(8.477)	708.261
Depreciação						
Computadores e periféricos		(9.799)	(2.118)	-	354	(11.563)
Máquinas e equipamentos		(8.436)	(1.746)	-	126	(10.056)
Móveis e utensílios		(9.143)	(1.590)	-	204	(10.529)
Bicicletas, aparelhos de musculação		(66.044)	(13.644)	-	4.239	(75.449)
Veículos		(54)	(1)	-	-	(55)
Esteiras		(1.166)	(50)	-	-	(1.216)
Equipamentos de ginásticas olímpicas		(4.732)	(1.214)	-	22	(5.924)
Equipamentos médicos		(2.251)	(492)	-	13	(2.730)
Equipamentos de comunicação		(3)	-	-	-	(3)
Instalações		(14.996)	(4.281)	-	25	(19.252)
Outros		(687)	(65)	-	8	(744)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(158.016)	(17.990)	-	55	(175.951)
		(275.327)	(43.191)	-	5.046	(313.472)
Imobilizado líquido		**411.476**	**(13.256)**	**-**	**(3.431)**	**394.789**

Em 2018 a Companhia capitalizou encargos financeiros incorridos sobre financiamento no montante de R$120 na controladora e no consolidado (R$227 em 2017, controladora e consolidado). Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía R$47.371 (R$30.744 em 2017) em equipamentos dados em garantia de empréstimos. A Administração da Companhia revisa anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados a existência de eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano de 2018 e 2017. **9. Intangível**

Controladora

Descrição	% taxa de amortização anual	2017	Adições	Baixas	2018
Custo					
Marcas e patentes	-	105	-	-	105
Ágio - Accioly Fitness	-	1.563	-	-	1.563
Ágio - Cemari S.A.	-	29.255	-	-	29.255
Ágio - Atrio Centro Poliesportivo	-	2.519	-	-	2.519
Ágio - A!Club Fitness	-	1.197	-	-	1.197
Ágio - Indianópolis Fitness	-	3.252	-	-	3.252
Ágio - Santana Fitness	-	4.216	-	-	4.216
Ágio - Hapag Participações	-	4.134	-	-	4.134
Ágio - BJ Academia Empreendimentos	-	4.426	-	-	4.426
Ágio - Lambda	-	88.905	-	-	88.905
Licença de uso de software	20	33.302	1.102	(10)	34.394
Carteiras de clientes	33	7.666	-	-	7.666
Fundo de comércio	10	1.177	-	-	1.177
Carteiras de clientes - A!Club Fitness	33	245	-	-	245
		181.962	1.102	(10)	183.054
Amortização					
Licença de uso de software		(27.192)	(3.412)	-	(30.604)
Fundo de comércio		(1.087)	(43)	-	(1.130)
Carteira de clientes		(7.406)	-	-	(7.406)
Outros		(89.005)	(24)	-	(89.029)
		(124.690)	(3.479)	-	(128.169)
Intangível líquido		57.272	(2.377)	(10)	54.885

Controladora

Descrição	% taxa de amortização anual	2016	Adições	Baixas	2017
Custo					
Marcas e patentes	-	105	-	-	105
Ágio - Accioly Fitness	-	1.563	-	-	1.563
Ágio - Cemari S.A.	-	29.255	-	-	29.255
Ágio - Atrio Centro Poliesportivo	-	2.519	-	-	2.519
Ágio - A!Club Fitness	-	1.197	-	-	1.197
Ágio - Indianópolis Fitness	-	3.252	-	-	3.252
Ágio - Santana Fitness	-	4.216	-	-	4.216
Ágio - Hapag Participações	-	4.134	-	-	4.134
Ágio - BJ Academia Empreendimentos	-	4.426	-	-	4.426
Ágio - Lambda	-	88.905	-	-	88.905
Licença de uso de software	20	32.491	823	(12)	33.302
Carteiras de clientes	33	7.666	-	-	7.666
Fundo de comércio	10	1.177	-	-	1.177
Carteiras de clientes - A!Club Fitness	33	245	-	-	245
		181.151	823	(12)	181.962
Amortização					
Licença de uso de software		(22.646)	(4.557)	11	(27.192)
Fundo de comércio		(969)	(118)	-	(1.087)
Carteira de clientes		(7.406)	-	-	(7.406)
Outros		(89.005)	-	-	(89.005)
		(120.026)	(4.675)	11	(124.690)
Intangível líquido		61.125	(3.852)	(1)	57.272

Consolidado

Descrição	% taxa de amortização anual	2017	Adições	Baixa	Transferência	2018
Custo						
Marcas e patentes	-	104	-	-	-	104
Ágio - Accioly Fitness	-	1.563	-	-	-	1.563
Ágio - Cemari S.A.	-	29.255	-	-	-	29.255
Ágio - Atrio Centro Poliesportivo	-	2.517	-	-	-	2.517
Ágio - RM Academia	-	2.513	-	-	-	2.513
Ágio - Indianópolis Fitness	-	3.252	-	-	-	3.252
Ágio - Santana Fitness	-	4.216	-	-	-	4.216
Ágio - A!Club Fitness	-	1.197	-	-	-	1.197
Ágio - Alpha Par	-	6.311	-	-	-	6.311
Ágio - FHS Adm. Participações	-	8.063	-	-	-	8.063
Ágio - BJ Academia Empreendimentos	-	4.427	-	-	-	4.427
Ágio - Nova Express	-	4.946	-	-	-	4.946
Ágio - Hapag Participações	-	4.971	-	-	-	4.971
Ágio - RRO Academia	-	876	-	-	-	876
Ágio - Multione Fitness	-	4.270	-	-	-	4.270
Ágio - Lambda	-	88.905	-	-	-	88.905
Ágio - BT03 Vitória Fitness Center	-	9	-	(1)	-	8
Licença de uso de software	20	33.944	1.187	-	10	35.141
Carteiras de clientes	33	7.887	-	-		7.887
Fundo de comércio	10	1.177	-	-	-	1.177
Outros	-	1	-	-	(1)	-
		210.404	1.187	(1)	9	211.599
Amortização						
Licença de uso de software		(27.651)	(3.469)	-	(9)	(31.129)
Fundo de comércio		(1.087)	(43)	-	-	(1.130)
Carteira de clientes		(7.406)	-	-	-	(7.406)
Ágio Lambda		(88.905)	-	-	-	(88.905)
Outros		(1.491)	(24)	-	-	(1.515)
		(126.540)	(3.536)	0	(9)	(130.085)
Intangível líquido		83.864	(2.349)	(1)	-	81.514

Consolidado

Descrição	% taxa de amortização anual	2016	Adições	Baixas	2017
Custo					
Marcas e patentes	-	104	-	-	104
Ágio - Accioly Fitness	-	1.563	-	-	1.563
Ágio - Cemari S.A.	-	29.255	-	-	29.255
Ágio - Atrio Centro Poliesportivo	-	2.517	-	-	2.517
Ágio - RM Academia	-	2.513	-	-	2.513
Ágio - Indianópolis Fitness	-	3.252	-	-	3.252
Ágio - Santana Fitness	-	4.216	-	-	4.216
Ágio - A!Club Fitness	-	1.197	-	-	1.197
Ágio - Alpha Par	-	6.311	-	-	6.311
Ágio - FHS Adm. Participações	-	8.063	-	-	8.063
Ágio - BJ Academia Empreendimentos	-	4.427	-	-	4.427
Ágio - Nova Express	-	4.946	-	-	4.946
Ágio - Hapag Participações	-	4.971	-	-	4.971
Ágio - RRO Academia	-	876	-	-	876
Ágio - Multione Fitness	-	4.270	-	-	4.270
Ágio - Lambda	-	88.905	-	-	88.905
Ágio - BT03 Vitória Fitness Center	-	-	9	-	9
Licença de uso de software	20	33.118	834	(8)	33.944
Carteiras de clientes	33	7.887	-	-	7.887
Fundo de comércio	10	1.177	-	-	1.177
Outros	-	-	1	-	1
		209.568	844	(8)	210.404
Amortização					
Licença de uso de software		(23.073)	(4.593)	15	(27.651)
Fundo de comércio		(969)	(118)	-	(1.087)
Carteira de clientes		(7.406)	-	-	(7.406)
Ágio Lambda		(88.905)	-	-	(88.905)
Outros		(1.491)	-	-	(1.491)
		(121.844)	(4.711)	15	(126.540)
Intangível líquido		87.724	(3.867)	7	83.864

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. A taxa de desconto utilizada foi de 14,3%. A Companhia não identificou a necessidade de constituir provisão para *impairment* dos ágios nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

10. Empréstimos e financiamentos

Controladora	2018		2017	
Descrição	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Capital de giro (i)	20.403	21.142	26.200	15.556
BNDES - direto (ii)	3.064	1.024	3.776	3.787
Debêntures (iii)	25.729	220.814	81.909	164.494
Outros (iv)	-	6.068	2.390	7.169
Total	**49.196**	**249.048**	**114.275**	**191.006**

Consolidado	2018		2017	
Descrição	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Capital de giro (i)	23.846	23.634	30.867	17.361
BNDES - direto (ii)	3.861	1.147	5.345	4.596
Debêntures (iii)	25.729	220.795	81.909	164.494
Outros (iv)	-	6.068	2.390	7.169
Total	**53.436**	**251.644**	**120.511**	**193.620**

(i) Capital de giro - As taxas variam de 0,22% a 0,66% ao mês acrescido a remuneração do CDI e são garantidos por aval dos acionistas da Companhia, equipamentos e recebíveis (50% sobre os valores a receber referente cartões de créditos e cheques custódia). (ii) Financiamentos - A taxa do financiamento é de 9,30% a 12,30% ao ano acrescido de TJLP, cesta de moedas que é de 3,70% a 5,30% a.a., variação do dólar de 4,80 a 5,30 e é garantido por aval dos sócios e equipamentos. (iii) Debêntures - Trata-se de 3.100 debêntures simples com valor unitário de R$100, não conversíveis em ações, quirografárias, com garantia real adicional oferecida em direitos creditórios. As debêntures foram emitidas em 15 de maio de 2013 (1.900 debêntures) e 30 de setembro de 2014 (1.200 debêntures), com vencimentos para 2020 e 2021, respectivamente, e são destinadas ao pagamento de dívidas e investimentos em novas academias. A remuneração é paga trimestralmente baseada no CDI acrescida de 4,35%. Os saldos de debêntures apresentados estão líquidos dos custos de captação. Os custos são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos, conforme CPC 08 (R1) - "Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários". O saldo a apropriar em 31 de dezembro de 2018 é de R$ 8.147. (iv) Empréstimo com a empresa BR Proerties, no montante de R$ 96.068, acrescido de CDI mais 2% com vencimentos a partir de 2020, obtido para construção de academia em shopping. Abaixo demonstramos os saldos por vencimento dos contratos:

Descrição	Controladora	Consolidado
2019	11.103	11.530
2020	18.899	21.200
2021	15.631	19.757
2022 em diante	260.759	260.759
Total	**306.392**	**313.246**

Adicionalmente às garantias prestadas, estão previstos em alguns contratos de empréstimos e financiamentos a manutenção de *covenants*. Estes compreendem a avaliação de indicadores determinados contratualmente baseados na dívida líquida, EBITDA e o resultado financeiro. A Companhia não havia cumprido os índices financeiros acordados contratualmente, entretanto, obteve concordância (*waiver*) dos bancos para não declarar o vencimento antecipado das dívidas. Em 05 de junho de 2018 os credores da 2ª e da 3ª emissões de debêntures aprovaram uma nova estrutura para os referidos financiamentos da Companhia. As principais modificações foram: • Redução da taxa de financiamento em 0,5% ao ano; • Readequação das garantias e inclusão de novos *covenants*; • Carência das parcelas de amortização das dívidas até agosto de 2019; • Definição de Capex máximo anual; • Alteração dos índices financeiros dos *covenants*; • Readequação dos percentuais de garantia; e • O principal será amortizado trimestralmente a partir de agosto de 2019, de maneira trimestral, em 13 parcelas, sendo a última em agosto de 2022.

11. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
Descrição	2018	2017	2018	2017
IRPJ	**13**	13	**302**	200
CSLL	**-**	-	**101**	69
IRRF (*)	**930**	747	**1.168**	940
IOF (*)	**-**	17	**40**	53
PIS (*)	**435**	201	**535**	296
COFINS (*)	**2.022**	1.065	**2.486**	1.503
ISS	**6.114**	6.708	**6.625**	7.189
CSRF	**205**	193	**335**	274
Outros	**85**	85	**88**	90
Total	**9.803**	9.029	**11.680**	10.614

(*) Em fevereiro de 2017 a Companhia aderiu ao Programa de Regularização Tributária - PRT, incluindo os débitos: PIS, Cofins, IRRF, CSRF e IOF, optando pelo pagamento de 24% da dívida consolidada em 24 prestações mensais e sucessivas e liquidação do restante com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social.

12. Obrigações tributárias parceladas

	Controladora		Consolidado	
Descrição	2018	2017	2018	2017
Parcelamento	**-**	3	**-**	3
Parcelamento ISS (*)	**8.446**	291	**8.454**	330
Parcelamento PERT	**-**	2.110	**-**	2.120
Parcelamento INSS	**1.282**	**-**	**1.282**	**-**
Total	**9.728**	**2.404**	**9.736**	**2.453**
Circulante	**2.413**	**676**	**2.415**	**717**
Não circulante	**7.315**	**1.728**	**7.321**	**1.736**

(a) Em dezembro de 2018 a Companhia consolidou os débito incluídos no Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, com a opção para pagamento à vista de no mínimo 5% do valor da dívida consolidada em 3 parcelas mensais e sucessivas, e o restante utilizando prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, com redução de 90% dos juros e 70% da multa. (b) A Companhia aderiu em 26 de julho de 2018 programa Concilia Rio (ISS) junto a Prefeitura do Rio de Janeiro, referente ao período de junho a dezembro de 2017. Os débitos foram convertidos em UFIR e incidem juros de 1% ao mês e serão amortizados em 60 parcelas. **13. Serviços faturados e não prestados (consolidado):** Correspondem aos valores de serviços a serem prestados no montante de R$83.857 (R$82.843 em 2017), decorrente do plano escolhido (trimestral/semestral/anual) pelo cliente para liberação do acesso às instalações das academias e afins. Os valores são apropriados para a receita na demonstração do resultado do exercício pela efetiva prestação do serviço. A Administração da Companhia monitora o índice de cancelamento dos serviços faturados e não executados de forma a manter no balanço o montante efetivamente comprometido. A Companhia e suas controladas assinam contratos de prestação de serviços por períodos que variam de trimestral a anual. No fechamento dos contratos são efetuados parcelamentos das mensalidades mediante cartão de crédito ou cheques.

14. Transações com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
Ativo	2018	2017	2018	2017
BT01 Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	12	-	-	-
Nova Express Com. Empreend. E Part. Ltda.	-	2.348	-	-
BTFtit Serviços e Acomp. Treinos Desportivos (*)	33.987	30.088	33.987	30.088
	33.999	**32.436**	**33.987**	**30.088**

	Controladora		Consolidado	
Passivo	2018	2017	2018	2017
RM Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	423	128	-	-
Fórmula Tiju Fitness Center Acad. De Ginástica Ltda.	801	1.050	-	-
BRDF Fitness Center Acad. De Ginástica Ltda.	407	2.840	-	-
Bahia Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	418	-	-	-
FHS Administração, Participações e Serviços Ltda.	69	-	-	-
Gama Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	4.497	-	-	-
Multione Fitness Ltda .	480	-	-	-
Nova Express Com. Empreend. E Part. Ltda.	957	-	-	-
Rio Poty Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	740	-	-	-
BTG Pactual	2.765	2.485	2.766	2.485
	11.557	**6.503**	**2.766**	**2.485**

As transações entre partes relacionadas são empréstimos às controladas para capital de giro, suportados por contratos de mútuo, sendo os valores corrigidos pela taxa média de captação da Companhia. (*) Empréstimo concedido a empresa BT Fit, com vencimentos de 90 dias e atualizados com a taxa CDI mais 6% ao ano. Esse empréstimo é garantido pelos acionistas. Honorários da Administração: Os honorários dos administradores da Companhia e de suas controladas no exercício de 2018 totalizaram R$3.455 (R$2.080 em 2017). **15. Provisão para contingências:** A Companhia e as controladas são parte integrante de diversos processos de naturezas trabalhista e cível. Com base na análise individual destes processos, tendo como suporte a opinião dos advogados, foram provisionadas as causas consideradas prováveis, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado				
Natureza da contingência	Saldo em 2017	Adições (reversões)	Transferências	Pagamentos	Saldo em 2018
Cíveis	**326**	29	2	(93)	**264**
Trabalhistas	**1.438**	475	203	(482)	**1.634**
Total	**1.764**	**504**	**205**	**(575)**	**1.898**

	Consolidado				
Natureza da contingência	Saldo em 2016	Adições (reversões)	Transferências	Pagamentos	Saldo em 2017
Cíveis	468	194	(48)	(288)	326
Trabalhistas	974	967	102	(605)	1.438
Total	**1.442**	**1.161**	**54**	**(893)**	**1.764**

As causas com probabilidade de perdas avaliadas como possíveis estão relacionadas a seguir:

Descrições	2018	2017
Contingências fiscais	**3.960**	3.621
Contingências trabalhistas	**1.757**	5.551
Contingências cíveis	**1.327**	3.323
Total	**7.044**	12.495

16. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R$ 285.542, divididos em 121.425.155 ações ordinárias, sem valor nominal. b) Reserva de capital: A reserva de capital corresponde ao ágio na emissão de novas ações integralizadas no transcorrer dos exercícios. c) Destinação dos lucros: O lucro líquido do exercício é destinado conforme lei das S.A., sendo 5% à reserva legal, até atingir 20% do capital social; 25% do lucro líquido, após a destinação da reserva legal, como dividendos mínimos obrigatórios; e o saldo remanescente tem a destinação a ser aprovada pela Assembleia Geral. **17. Receitas, custos e despesas administrativas e gerais**

	Controladora		Consolidado	
Descrição	2018	2017	2018	2017
Receitas				
Planos	**292.426**	275.929	**417.850**	389.616
Matrícula/avaliação	**3.920**	2.239	**6.289**	3.215
Nutrição	**113**	127	**122**	145
Personal	**25.209**	23.159	**34.988**	31.578
Patrocínio	**1.503**	2.552	**1.503**	2.571
Locação	**9.022**	11.256	**13.019**	14.984
Marketing	**3.031**	2.788	**1.036**	1.118
Royalties	**-**	3.071	**2.753**	3.071
Outras	**9.294**	8.127	**10.686**	9.475
(-) Impostos	**(43.835)**	(41.900)	**(65.044)**	(58.880)
(-) Cancelamento de receitas	**(6.903)**	(5.540)	**(9.549)**	(7.796)
Total receita operacional líquida	**293.780**	281.808	**413.653**	389.097

	Controladora		Consolidado	
Descrição	2018	2017	2018	2017
Custos dos serviços prestados				
Pessoal	**(45.435)**	(40.463)	**(66.892)**	(58.506)
Ocupação	**(93.755)**	(88.929)	**(126.021)**	(117.305)
Manutenção	**(10.796)**	(9.868)	**(14.531)**	(13.022)
Materiais	**(4.690)**	(4.450)	**(6.943)**	(6.147)
Serviços prestados	**(30.307)**	(28.374)	**(43.092)**	(39.459)
Depreciação e amortização	**(37.178)**	(35.403)	**(50.466)**	(48.127)
Outros	**(4.033)**	(3.897)	**(5.755)**	(5.474)
Crédito de PIS e Cofins	**14.944**	12.174	**23.683**	17.341
Total dos custos	**(211.250)**	(199.210)	**(290.017)**	(270.699)

	Controladora		Consolidado	
Descrição	2018	2017	2018	2017
Despesas administrativas e gerais				
Honorários da administração	**(2.152)**	(1.939)	**(3.455)**	(2.080)
Pessoal	**(51.011)**	(47.128)	**(66.145)**	(59.573)
Ocupação	**(1.508)**	(1.336)	**(1.508)**	(1.336)
Serviços prestados	**(10.934)**	(9.448)	**(11.786)**	(9.934)
Comunicação	**(1.155)**	(1.705)	**(1.439)**	(2.115)
Manutenção	**(170)**	(140)	**(171)**	(140)
Material	**(1.109)**	(826)	**(1.253)**	(937)
Perda de crédito	**(1.332)**	(1.262)	**(2.201)**	(1.585)
Outras despesas gerais	**(5.113)**	(5.226)	**(6.513)**	(6.661)
Total das despesas administrativas e gerais	**(74.484)**	(69.010)	**(94.471)**	(84.361)

18. Despesas e receitas financeiras	Controladora		Consolidado	
Descrição	2018	2017	2018	2017
Juros sobre empréstimos e financiamentos	**(10.499)**	(10.478)	**(11.173)**	(13.367)
Juros sobre impostos e reparcelamentos	**(2.913)**	(4.091)	**(2.936)**	(4.329)
IOF/IOC	**(376)**	(825)	**(524)**	(955)
Tarifas bancárias	**(417)**	(396)	**(822)**	(618)
Juros debêntures	**(27.009)**	(36.287)	**(27.009)**	(36.287)
Variação cambial e perda com operações de derivativos	**(9.572)**	(9.068)	**(10.070)**	(11.359)
Despesas emissão debêntures	**(3.208)**	(2.410)	**(3.214)**	(2.410)
Comissão de fianças	**(180)**	(117)	**(180)**	(178)
Juros sobre capital próprio	**-**	-	**(565)**	-
Outros	**(21)**	(1)	**(21)**	(1)
Despesas financeiras	**(54.195)**	(63.673)	**(56.514)**	(69.504)
Rendimentos das aplicações financeiras	**88**	186	**202**	491
Juros recebidos	**5.314**	4.989	**5.529**	4.532
Variação cambial e ganho com operações de derivativos	**8.210**	4.929	**8.537**	5.686
PIS e Cofins sobre receita financeira	**(363)**	(389)	**(438)**	(444)
PERT	**-**	3.116	**-**	3.116
Juros sobre capital próprio	**996**	-	**-**	-
Outros	**1.402**	73	**1.508**	499
Receitas financeiras	15.647	12.904	**15.338**	13.880

19. Despesas comerciais	Controladora		Consolidado	
Descrição	2018	2017	2018	2017
Propaganda e promoções	**(3.468)**	(1.893)	**(3.776)**	(2.009)
Material gráfico	**(434)**	(323)	**(598)**	(438)
Cópia	**(12)**	(11)	**(16)**	(12)
Eventos	**(1.203)**	(987)	**(1.538)**	(1.202)
Criação, internet e promoção	**(109)**	(19)	**(114)**	(24)
Doações	**(1)**	(2)	**(1)**	(2)
Patrocínio	**(10)**	-	**(12)**	-
Taxa administrativas	**(4.029)**	(4.706)	**(6.052)**	(6.521)
Brindes	**(36)**	(60)	**(41)**	(70)
Total	**(9.302)**	(8.001)	**(12.148)**	(10.278)

20. Outras receitas (despesas) operacionais	Controladora		Consolidado	
Descrição	2018	2017	2018	2017
Ganhos na alienação do ativo imobilizado	**831**	632	**898**	746
Ganho (perda) sobre investimentos	**(747)**	(2.479)	**3.672**	(2.479)
Provisão devedores duvidosos	**1**	(519)	**1**	(519)
Outras	**(76)**	(28)	**14**	(56)
Total	**9**	(2.394)	**4.585**	(2.308)

21. Imposto de renda e contribuição social: Ativo fiscal diferido: A movimentação dos impostos diferidos nos exercícios de 2018 e 2017 está demonstrada a seguir:

	Controladora						
Controladora - descrição	Saldo em 2016	Pagamento PERT	Adições/ exclusões	Saldo em 2017	Pagamento PERT	Adições/ exclusões	Saldo em 2018
Crédito fiscal diferido sobre prej. Fiscal e base negativa	**61.269**	**(14.461)**	**15.339**	**62.147**	**868**	**13.515**	**76.530**
Diferenças temporárias							
Amortização fiscal de ágio	**(12.234)**	**-**	**(322)**	**(12.556)**	**-**	**(80)**	**(12.636)**
Outros	**367**	**-**	**(53)**	**314**	**-**	**-**	**314**
Total	**49.402**	**(14.461)**	**14.964**	**49.905**	**868**	**13.435**	**64.208**

A Administração estima realizar o ativo fiscal diferido conforme cronograma abaixo:

Ano	Créditos tributários
2019	(12.565)
2020	6.382
2021	11.106
2022	14.447
2023	22.629
Acima de 2023	22.209
	64.208

Reconciliação da alíquota nominal versus alíquota efetiva

A!BODYTECH PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 07.737.623/0001-90

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Prejuízo do exercício antes do IRPJ e CSLL	**(30.320)**	(40.410)	**(19.574)**	(34.173)
Crédito de imposto de renda e contribuição social à aliquota nominal - 34%	**10.309**	13.739	**6.655**	11.619
Ajuste para obteção da alíquota efetiva				
Multas e penalidades	**12**	(63)	**11**	(80)
Gratificação da diretoria	**-**	-	**1**	-
Equivalência patrimonial	**3.222**	2.436	**-**	-
Prejuízos cedido para coligadas	**668**	(1.029)	**-**	-
Baixa creditos tributários	**-**	-	**269**	-
Outros	**(599)**	(1.160)	**1.154**	(676)
Crédito fiscal na demonstração do resultado	**13.612**	13.923	**8.090**	10.863
Corrente	**-**	-	**(5.457)**	(5.018)
Diferido	**13.612**	13.923	**13.547**	15.881

22. Instrumentos financeiros: 22.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria: A Companhia e controladas avaliaram seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado, quanto à seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. Os instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos. A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros da Companhia classificados por categoria:

	Controladora					
	2018			2017		
Ativos financeiros	**Custao amortizado**	**A valor justo por meio do resultado (*)**	**Total**	**Custo amorti-zado**	**A valor justo por meio do resultado (*)**	**Total**
Caixas e equivalentes de caixa	845	4.230	5.075	4.386	3.662	8.048
Títulos e valores mobiliários	-	717	717	-	11	11
Instrumentos derivativos - ativo	-	719	719	-	-	-
Contas a receber	40.937	-	40.937	44.702	-	44.702
Cheques em custódia	9.030	-	9.030	11.415	-	11.415
Depósitos judiciais	3.546	-	3.546	3.394	-	3.394
Conta corrente empresas relacionadas	33.999	-	33.999	32.436	-	32.436
Instrumentos derivativos - passivo	-	-	-	-	(610)	(610)
Total	**87.961**	**5.666**	**93.627**	**96.333**	**3.063**	**99.396**

	Consolidado					
	2018			2017		
Ativos financeiros	**Emprés-timos e recebíveis**	**A valor justo por meio do resultado (*)**	**Total**	**Emprés-timos e recebí-veis**	**A valor justo por meio do resultado (*)**	**Total**
Caixas e equivalentes de caixa	5.562	6.329	11.891	7.399	3.329	10.728
Títulos e valores mobiliários	-	2.262	2.262	-	2.475	2.475
Instrumentos derivativos - ativo	-	719	719	-	-	-
Contas a receber	70.108	-	70.108	68.255	-	68.255
Cheques em custódia	11.961	-	11.961	15.262	-	15.262
Depósitos judiciais	4.503	-	4.503	4.369	-	4.369
Conta corrente empresas relacionadas	33.987	-	33.987	30.088	-	30.088
Instrumentos derivativos – passivo	-	-	-	-	(631)	(631)
Total	**126.121**	**9.310**	**135.431**	**125.373**	**5.173**	**130.546**

(*) Os instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo podem ser mensurados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado, conforme abaixo: Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigido) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos. Nível 2: a mensuração do valor justo é derivada de outros insumos cotados incluídos no Nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, quer diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (ou seja, derivada de preços). Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo. As aplicações financeiras e derivativos contabilizadas a valor justo por meio do resultado são mensuradas pelo Nível 2. Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários, cuja remuneração é equivalente às taxas praticadas no mercado financeiro. Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos, tendo em vista estarem contabilizados pelos seus correspondentes valores contratuais. Os empréstimos e financiamentos não tem negociação ativa e as taxas de juros são pós-fixadas e estão consistentes com as práticas no mercado; dessa forma, os saldos contábeis informados não diferem de forma relevante dos respectivos valores justos. As taxas de juros praticadas nas debêntures são condizentes com o mercado brasileiro considerando seu objetivo e avaliação de riscos específicos. Em relação aos financiamentos obtidos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os mesmos apresentam taxas diferenciadas. Essas taxas são contratadas, evidenciando melhores oportunidades, na época, de captação para a empresa. **22.2. Gestão de risco financeiro:** A Companhia está exposta a riscos inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Companhia, destacam-se: a) Risco de taxas de juros: Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis. b) Risco de crédito: O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um contrato o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber). O risco de crédito da Companhia é minimizado em função da pulverização de sua carteira de clientes. c) Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma individualizada para cada empresa e agregada pelo departamento financeiro da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez das empresas para assegurar que as mesmas tenham caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida das empresas e cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial. d) Derivativos: Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui instrumentos derivativos em aberto para cobertura de seus empréstimos em moeda estrangeira no mercado a termo (Swap) no montante de US$4.294. A Companhia apresenta uma receita financeira de R$ 719 (R$ 610 de despesa financeira em 2017) na Controladora e no Consolidado (R$631 de despesa financeira em 2017), os saldos estão registrados no balanço patrimonial sob a rubrica “Instrumentos financeiros derivativos passiva” no montante de R$719. A Companhia e suas controladas não contratam instrumentos derivativos com fins especulativos e geralmente não os liquida antes de seus respectivos vencimentos. Nos contratos de derivativos não existe nenhuma margem dada em garantia. Os valores são apurados com base em modelos e cotações disponíveis no mercado, que levam em conta condições de mercado presentes ou futuras, sendo valores brutos, anteriores à incidência de impostos. O valor justo desses instrumentos na data das demonstrações financeiras por contraparte, classificados na rubrica “Instrumentos financeiros derivativos”, está demonstrado a seguir: *Swap* cambial

			Consolidado	
			Valor justo em	
Descrição	**Faixas de vencimento mês/ ano**	**Valor referência (nacional)**	**2018**	**2017**
Swap (cambial)	Novembro de 2020			
Posição ativa	US$ + 6%	16.500	17.293	-
Efeito no resultado do exercício			719	(1.357)

Swap – Contrato de compra de dólar futuro

	Consolidado						
Tipo da operação	**Ban-co**	**Data de início**	**Data de vencimen-to**	**Valor da operação**	**Valor dado**	**Preço de exercício**	**Resulta-do efeito acumulado ganho (perda)**
SWAP Fluxo de caixa a termo	ABC	06/12/2018	07/01/2019	R$ 15.812,50	R$ 849,48	R$ 854,64	**R$ (5)**
SWAP Fluxo de caixa a termo	ABC	06/12/2018	04/02/2019	R$ 15.125,00	R$ 828,23	R$ 829,93	**R$ (2)**
SWAP Fluxo de caixa a termo	ABC	06/12/2018	08/03/2019	R$ 14.437,50	R$ 834,19	R$ 837,84	**R$ (4)**
SWAP Fluxo de caixa a termo	ABC	06/12/2018	05/04/2019	R$ 13.750,00	R$ 807,22	R$ 815,10	**R$ (8)**
SWAP Fluxo de caixa a termo	ABC	06/12/2018	06/05/2019	R$ 13.062,50	R$ 800,16	R$ 818,30	**R$ (18)**
SWAP Fluxo de caixa a termo	ABC	06/12/2018	04/06/2019	R$ 12.375,00	R$ 791,15	R$ 803,81	**R$ (13)**
SWAP Fluxo de caixa a termo	ABC	06/12/2018	05/07/2019	R$ 11.687,50	R$ 787,46	R$ 802,20	**R$ (15)**
SWAP Fluxo de caixa a termo	ABC	06/12/2018	05/08/2019	R$ 11.000,00	R$ 773,01	R$ 794,30	**R$ (21)**
SWAP Fluxo de caixa a termo	ABC	06/12/2018	03/09/2019	R$ 10.312,50	R$ 759,05	R$ 781,16	**R$ (22)**
SWAP Fluxo de caixa a termo	ABC	06/12/2018	02/10/2019	R$ 9.625,00	R$ 750,17	R$ 773,47	**R$ (23)**
SWAP Fluxo de caixa a termo	ABC	06/12/2018	01/11/2019	R$ 8.937,50	R$ 742,83	R$ 768,00	**R$ (25)**
SWAP Fluxo de caixa a termo	ABC	06/12/2018	02/12/2019	R$ 8.250,00	R$ 728,83	R$ 762,41	**R$ (34)**
SWAP Fluxo de caixa a termo	ABC	06/12/2018	03/01/2020	R$ 7.562,50	R$ 723,55	R$ 756,53	**R$ (33)**
SWAP Fluxo de caixa a termo	ABC	06/12/2018	03/02/2020	R$ 6.875,00	R$ 712,09	R$ 746,79	**R$ (35)**
SWAP Fluxo de caixa a termo	ABC	06/12/2018	02/03/2020	R$ 6.187,50	R$ 693,67	R$ 734,56	**R$ (41)**
SWAP Fluxo de caixa a termo	ABC	06/12/2018	01/04/2020	R$ 5.500,00	R$ 690,67	R$ 730,09	**R$ (39)**
SWAP Fluxo de caixa a termo	ABC	06/12/2018	04/05/2020	R$ 4.812,50	R$ 681,38	R$ 726,38	**R$ (45)**
SWAP Fluxo de caixa a termo	ABC	06/12/2018	01/06/2020	R$ 4.125,00	R$ 666,78	R$ 713,22	**R$ (46)**
SWAP Fluxo de caixa a termo	ABC	06/12/2018	01/07/2020	R$ 3.437,50	R$ 657,77	R$ 707,89	**R$ (50)**
SWAP Fluxo de caixa a termo	ABC	06/12/2018	03/08/2020	R$ 2.750,00	R$ 649,83	R$ 702,52	**R$ (53)**
SWAP Fluxo de caixa a termo	ABC	06/12/2018	03/09/2020	R$ 2.062,50	R$ 636,26	R$ 693,50	**R$ (57)**
SWAP Fluxo de caixa a termo	ABC	06/12/2018	05/10/2020	R$ 1.375,00	R$ 623,51	R$ 686,46	**R$ (63)**
SWAP Fluxo de caixa a termo	ABC	06/12/2018	03/11/2020	R$ 687,50	R$ 611,49	R$ 678,43	**R$ (67)**
Total das operações em aberto em 31/12/2018				R$ 189.750	R$ 16.799	R$ 17.518	**R$ (719)**
Total das operações liquidadas durante o exercício de 2018							**R$ (710)**
Total das operações							**R$ (1.429)**

23. Seguros: A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A apólice está em vigor e o prêmio foi devidamente pago. Consideramos que temos um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações, sendo a nossa cobertura de seguros consistentes com outras empresas de dimensão semelhante operando no setor. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Modalidade	**Limite máximo de indenização**	**Vigência**	**Seguradora**
Risco nomeado e operacional	74.282	07/07/2018 07/07/2019	Generali Brasil Seguros S.A.

24. Eventos subsequentes: Não ocorreram até a presente data eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Companhia.

Diretoria: Luiz Carlos Costeira Urquiza - Diretor Presidente, Daniel Loureiro de Figueiredo - Diretor Financeiro, Marcelo Vianna Moreira Pequeno - Diretor de Operações Próprias, Paulo Ramos Bodas - Diretor de Manutenção e Projetos, Eduardo Silveira Netto - Diretor Técnico, Bruno Leal Franco - Diretor sem Designação Específica;
Contador: Maryleila Santos da Costa CRC-RJ 071197-O

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da **A!Bodytech Participações S.A.** Rio de Janeiro - RJ: **Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **A!Bodytech Participações S.A. (“Companhia”)**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **A!Bodytech Participações S.A.** em 31 de dezembro de 2018, desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Recuperabilidade de ativos não financeiros:** Conforme mencionado nas Notas 8, 9 e 21, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui ativos não financeiros significativos, representados principalmente pelo imposto de renda e contribuição social diferidos, ativo imobilizado e intangíveis. Tais ativos são revisados anualmente com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas e operacionais que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, sendo que ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas, incluindo o ágio, devem ser submetidos a testes de impairment anualmente, independente de indicativos de deterioração. A avaliação quanto à recuperabilidade desses ativos, incluindo a definição das Unidades Geradoras de Caixa (UGC), envolve julgamentos complexos e tem alto grau de subjetividade, assim como é baseado em diversas premissas cuja realização é afetada por projeções de mercado e cenários econômicos incertos, além dos pressupostos para estimar as bases tributárias futuras. A avaliação do valor recuperável envolve julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas nas projeções dos fluxos de caixa, incluindo taxas de crescimento e de desconto. Distorções na determinação do valor recuperável tanto do ágio como do ativo imobilizado podem resultar em impacto relevante nas demonstrações contábeis. Dessa forma, esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu este assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • A avaliação dos critérios de definição e identificação das Unidades Geradoras de Caixa (UGC); • O envolvimento de especialistas para nos auxiliar na avaliação das projeções elaboradas pela Administração para recuperabilidade destes ativos; • Avaliação da adequação e consistência das premissas utilizadas nas estimativas e projeções dos fluxos de caixa futuros e demonstrações do resultado comparando-as, quando disponível, com dados de fontes externas, tais como o crescimento econômico projetado e a inflação de custos; • Avaliação da metodologia de cálculo e da análise de sensibilidade das premissas; e • Revisão da adequada divulgação realizada nas Notas Explicativas nº 8,9 e 21 às demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade dos ativos não financeiros, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações contábeis individuais e consolidadas de períodos anteriores examinadas por outro auditor independente:** Os valores correspondentes, individuais e consolidados, relativos aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e as demonstrações contábeis relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e as respectivas notas explicativas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 20 de junho de 2018, sem qualquer modificação. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2019.

BDO RCS Auditores Independentes - CRC 2 SP 013846/O-1 – S - RJ
Fernando Pereira da Silva Marques - Contador CRC 1 RJ 092490/O-3

SEU DIREITO

Monica Gusmão
Professora de Direito Empresarial.
monik@predialnet.com.br

Tá lá o corpo estendido no chão

“Tá lá o corpo
Estendido no chão
Em vez de rosto uma foto
De um gol
Em vez de reza
Uma praga de alguém
E um silêncio
Servindo de amém..”
(*MPB4*)

Questão que merece destaque é a dor de pessoas próximas a alguém que falece por conduta ilícita. O direito impõe ao causador do dano a obrigação da reparação junto aos familiares (dano moral indireto, reflexo ou por ricochete). O dano moral indireto ou reflexo é aquele que se origina de um ato lesivo ao direito personalíssimo de determinada pessoa, não se esgotando, contudo na própria vítima direta, atingindo, de forma mediata, direito personalíssimo de terceiro, em razão de seu vínculo afetivo estreito com aquele diretamente atingido.

É possível reconhecer a repercussão no núcleo familiar formado por pai, mãe e filhos, o sentimento de unidade que permeia tais relações faz presumir que a agressão moral repercute diretamente contra um deles, atingindo-os em sua própria esfera íntima ao provocar-lhes dor e angústia decorrentes da exposição negativa, humilhante e vexatória imposta, direta ou indiretamente, a todos. A questão não é tão fácil quanto parece. Quem pode pedir a reparação do dano? O STJ tem considerado como parte legítima da demanda reparatória qualquer parente em linha reta ou colateral até o quarto grau (AREsp 1.290.597):

“(...) deve haver uma limitação subjetiva dos beneficiários sob pena de se criar um dano de legitimação infinita… (...)

“Superior Tribunal de Justiça possui sólida jurisprudência no sentido de que os parentes colaterais possuem legitimidade para ação indenizatória, cabendo ao juiz a quo verificar, em cada caso concreto, a existência do abalo moral. Nesse cenário, o mero grau de parentesco não é suficiente para excluir, de forma prematura, a legitimidade dos tios pleiteantes.

“ (...) De acordo com a jurisprudência desta Casa, são ordinariamente legitimados para a ação indenizatória o cônjuge ou companheiro, os descendentes, os ascendentes e os colaterais, de modo não excludente. Relativamente aos colaterais, aliás, a orientação desta Casa firmou-se no sentido de que ‘os irmãos de vítima fatal de acidente aéreo possuem legitimidade para pleitear indenização por danos morais ainda que não demonstrado o vínculo afetivo entre eles ou que tenha sido celebrado acordo com resultado indenizatório com outros familiares’” (AgRg no REsp 1.418.703/RJ) (...)

Segundo o ministro Salomão, do STJ, “nesse tipo de reparação deve haver limitações tanto em relação ao número de ações relacionadas a um mesmo evento quanto em relação ao valor cobrado do responsável pelo dano. Conceder legitimidade ampla e irrestrita a todos aqueles que, de alguma forma, suportaram a dor da perda de alguém – como um sem-número de pessoas que se encontram fora do núcleo familiar da vítima – significa impor ao obrigado um dever também ilimitado de reparar um dano cuja extensão será sempre desproporcional ao ato causador. Ao reverso, quando se limitam os legitimados a pleitear a indenização por dano moral (limitação subjetiva), há também uma limitação na indenização global a ser paga pelo ofensor.”

O que o direito não permite é que familiares se beneficiem da dor alheia, por exemplo, um irmão ajuíza ação de indenização para cobrança dos danos em relação ao falecimento de seu irmão, que raramente via, não tinha um vínculo afetivo reconhecido em razão de briga familiar. Não é crível que alegue dor moral se não possui laços afetivos com o falecido. A indenização pressupõe a dor, o trauma sofrimento profundo dos que ficaram. Na minha opinião esse pedido é ato de má-fé.

Outro ponto importante sobre o tema é necessidade da comprovação de dependência econômica para pleitear indenização por danos morais indiretos. Para o STJ, o requerente não precisa provar que o falecido o mantinha financeiramente. Em resumo: a dor somente tem preço para quem efetivamente a sente.